

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/08/20	



TCE/BA APRECIA CONTAS DE RUI COSTA AMANHÃ (27)



admin 26 Agosto, 2020

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) vai apreciar, em sessão plenária nesta quinta-feira (27), a prestação de contas do governador Rui Costa relativas ao exercício de 2019. A prestação de contas do Poder Executivo terá como relator o conselheiro-corregedor, Inaldo da Paixão Santos Araújo, indicado pelo plenário da Corte de Contas.

Depois da apreciação pelo plenário, o parecer prévio será enviado à Assembleia Legislativa para julgamento dos deputados estaduais, que dão a palavra final, acatando ou não a recomendação da Corte. No ano passado, em decisão por maioria de votos, o TCE/BA encaminhou a proposta de parecer prévio pela aprovação, com três ressalvas e 33 recomendações e alerta específico quanto aos limites de despesa total com Pessoal e Encargos Sociais.

Tramitação

O parecer prévio do TCE/BA tramita na Assembleia de forma análoga aos projetos de lei, sendo submetido a exames nos colegiados temáticos. O material, quando publicado no Diário Oficial, é encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, onde é aberto um prazo inicial de dez dias para os parlamentares – caso achem necessário – requererem

informações adicionais. Depois é concedido prazo de 15 dias para a apresentação das respostas por parte do TCE/BA.

Finda esta etapa, é aberto novo prazo, de outros 15 dias, para os deputados emendarem a matéria, sendo então designado o relator. A partir daí, o colegiado deverá reunir-se em até 15 dias para votar o relatório, que, depois de aprovado, será apreciado de modo definitivo em plenário.

Foto: Mateus Pereira/ GOVBA

Veículo: TV CNN	
Data: 26/08/2020	Programa: Notícias
Assunto: Paulo Guedes se reúne com secretários Estaduais de Fazenda. Assunto: Reforma Tributária.	

Data: 26/08/2020

Hora: 15:44:12

Duração: 03:49

Emissora: TV CNN

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Paulo Guedes se reúne com secretários Estaduais de Fazenda. Assunto: Reforma Tributária.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Dados do Fecomércio-BA indicam que varejo sofreu contração de -6,37 mil pontos de venda entre abril e junho

MAIS DE 6 MIL LOJAS FECHAM NA BAHIA

MARJORIE MOURA

A crise provocada pelo novo coronavírus fez com que o varejo perdesse 135,2 mil lojas – com vínculos empregatícios – entre abril e junho deste ano, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC). Segundo a Fecomércio-BA, o varejo baiano sofreu contração de -6,37 mil pontos de venda no mesmo período deste ano e o presidente do Sindilojas, Paulo Motta, disse que, em Salvador, algumas lojas instaladas no Shopping Piedade fecharam as portas.

O saldo negativo no segundo trimestre equivale a 10% do número de estabelecimentos comerciais verificado antes da pandemia e supera a perda anual registrada em 2016 (-105,3 mil). A Bahia ocupa a 6ª posição em perdas

no Brasil, sendo antecedida por São Paulo (-40,43 mil), Minas Gerais (-16,13 mil), Rio de Janeiro (-11,37 mil), Rio Grande do Sul (-9,69 mil) e Paraná (-9,48 mil). No Nordeste, o varejo baiano lidera o ranking de lojas fechadas, seguido por Pernambuco (-4,25 mil) e Ceará (-3,35 mil).

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, lembra que a crise do setor coincidiu com a edição de diversos decretos estaduais e municipais que restringiram total ou parcialmente a circulação de consumidores em estabelecimentos comerciais. "As vendas presenciais, historicamente a principal modalidade de consumo por parte da população, tiveram o volume muito reduzido neste período", afirma Tadros, ressaltando que, "apesar do grave quadro conjuntural no segundo trimestre,



Algumas lojas do Shopping Piedade fecharam as portas

o ritmo de recuperação das vendas no comércio tem surpreendido.

A previsão da CNC é que o setor chegue ao fim de 2020 com menos 88,7 mil estabelecimentos, em comparação com o ano passado, totalizando 1,252 milhão de lojas em todo o País.

Os segmentos mais atingidos pela crise se caracterizam pela predominância na comercialização de itens considerados não essenciais, como: lojas de utilidades domésticas (-35,3 mil estabelecimentos ou -12,9% do total de lojas antes da pandemia); vestuário, tecidos, calçados e acessórios (-34,5 mil lojas ou -17%); e comércio automotivo (-20,5 mil ou -9,9%). O varejo de produtos de informática e comunicação foi o segmento que apresentou as menores perdas absolutas (-1,2

mil) e relativas.

Para Paulo Motta, "infelizmente é o que está se passando na economia do país e da autorização de retorno sob condições, algumas lojas só vão funcionar até o fim do ano, com muito desemprego. A roda da economia está funcionando negativamente, retratando uma retomada muito lenta. A esperança maior consistência de vendas no varejo é no quarto trimestre, apesar das limitações de acesso e protocolos de precaução que reduzem o acesso, porque ainda é muito preocupante o aumento da contaminação na Bahia. O trabalho deve ser cauteloso, até alcançar o ponto de equilíbrio entre receita e despesa. A solidariedade vai ser importante para garantir a sobrevivência das pessoas e da atividade comercial", concluiu.

Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupopostarde.com.br

A classe que se deu bem na pandemia

A pandemia não atingiu a todos de forma homogênea. Alguns setores, como o ramo de supermercados, farmácias e outros, elevaram suas vendas, enquanto outros, como turismo, bares e restaurantes e varejo, foram fortemente afetados e ainda lutam para se recuperar. Sob o ponto de vista da renda, deu-se o mesmo movimento, alguns segmentos viram sua renda mensal desaparecer, outros passaram a ter um importante auxílio emergencial do governo e houve ainda aqueles que economizaram, e muito, com a Covid-19.

A maior parte dos trabalhadores que conseguiram manter seu salário durante a pandemia vai sair dela em situação financeira melhor do que entrou. A explicação é simples e tem a ver com o isolamento social, que tirou as pessoas das ruas e com isso houve uma redução significativa em suas despesas, de

tal modo que no fim do mês o salário passou a sobrar.

Para essas famílias, a pandemia representou uma redução drástica de despesas com combustível, de gastos com restaurantes, bares e entretenimento e de compras de todo tipo que foram suspensas pela impossibilidade de ir às ruas comprar ou consumir. Com isso, formou-se para essas famílias, ao longo de cinco meses, uma poupança forçada, que agora pode transformar-se em consumo e impul-

sionar a economia. É nessa faixa de renda que os agentes econômicos, empresários e comerciantes precisam começar a atuar, facilitando e estimulando o consumo de bens duráveis, de viagens para o pós-pandemia, de serviços e mesmo a compra de imóveis, já que, frente a baixa taxa de juros ora em vigor, o mercado imobiliário tornou-se uma alternativa, não apenas de consumo, mas de investimento.

Essa poupança forçada abre espaço também para o

investimento no setor produtivo e para a abertura de novas frentes na economia, já que não dá mais para viver de renda com juros de 2% ao ano, a pandemia não vai durar para sempre e as oportunidades estão voltando a surgir. Nessa mesma linha, abre-se, por outro lado, uma perspectiva de incremento na atividade econômica via consumo com a prorrogação do auxílio emergencial e sua substituição pelo programa Renda Brasil, que vai colocar mais dinheiro na mão dos brasileiros, e isso se transformará inevitavelmente em consumo e em maior atividade econômica.

Essa é, portanto, uma nova forma de ver o atual estágio da economia brasileira, que não pode estar centrado na recessão que já aconteceu, mas é passado, e tem de estar focada nas oportunidades de negócios que vão marcar a economia no último trimestre do ano e em 2021.

[A pandemia] tirou as pessoas das ruas e com isso houve uma redução em suas despesas

Tem de estar focada nas oportunidades de negócios que vão marcar a economia

Covid-19: erro estatístico

As estatísticas de Covid-19 no Brasil viraram piada. Esta semana, segundo os dados do Consórcio de Veículos de Imprensa, a Bahia e o Rio de Janeiro atingiram recordes de mortes em 24 horas. Mas isso só aconteceu no papel e na TV, pois a taxa de ocupação das UTIs desses estados está em torno de 55%, não há pressão no sistema de regulação e há ociosidade

nos hospitais. Qual a explicação? As secretarias de Saúde dos estados estão lançando diariamente no sistema mortes ocorridas há 30, 60 e até 90 dias atrás e os veículos de imprensa divulgam essa informação como se fossem mortes nas últimas 24 horas. As duas informações precisam ser divulgadas separadamente, senão, adeus credibilidade.

O último banco da Bahia

A Bahia sempre teve tradição na área bancária, desde 1834, quando foi criado o primeiro banco privado do país, a Caixa Econômica da Bahia, que depois transformou-se no Banco Econômico. Depois, em 1858, surgiu o Banco da Bahia, peça fundamental em nossa economia e que hoje é controlado pelo Bank of Communications, uma das instituições financeiras

mais antigas da China. A especialização baiana nas finanças foi desaparecendo, mas o antigo Banco Nacional da Bahia, fundado em 1965 e controlado por tradicional família baiana, permaneceu funcionando com o nome de Banco Capital. Mas o último banco da Bahia foi vendido esta semana para uma fintech, a Social Bank, com sede em Uberlândia.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 27/08/2020	Página:

Correio*

Cerca de 6 mil lojas fecharam na Bahia no 2º trimestre, segundo CNC

CRISE Um levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Fecomércio-BA apontou que cerca de 6 mil lojas do varejo fecharam as portas no segundo trimestre deste ano. Todos os estados do Brasil também registraram contração nos pontos de venda, com 135 mil fechamentos.

Segundo o levantamento, a Bahia (-6,37mil) ocupa a 6ª posição em perdas no Brasil, sendo antecedida por São Paulo (-40,43 mil), Minas Gerais (-16,13 mil), Rio de Janeiro (-11,37 mil), Rio Grande do Sul (-9,69 mil) e Paraná (-9,48 mil). No Nordeste, o varejo baiano lidera o ranking de lojas fechadas, seguido de

Pernambuco (-4,25mil) e Ceará (-3,35mil).

Os segmentos mais atingidos no Brasil por essa crise são os que comercializam itens considerados não essenciais como: lojas de utilidades domésticas (-35,3 mil estabelecimentos); vestuário, tecidos, calçados e acessórios (-34,5 mil lojas); e comércio automotivo (-20,5 mil). O varejo de produtos de informática e comunicação foi o segmento a registrar as menores perdas absolutas (-1,2 mil) e relativas (-3,6%) no número de estabelecimentos em operação.

Já no chamado varejo essencial, menos afetado pelo isolamento social, o fecha-

mento de pontos de venda foi menos intenso do que a média do setor (-9,9%), em sua maioria. É o caso dos hiper, super e minimercados (-4,9%) e das farmácias; perfumarias e lojas de cosméticos (-4,3%). Mesmo autorizado a funcionar na maior parte do país, o ramo de combustíveis e lubrificantes se viu indiretamente prejudicado pela queda na circulação de consumidores (-12,2%).

Levando-se em conta esse cenário, a expectativa da entidade é de que o varejo chegue ao final do ano com 1,252 milhão de estabelecimentos com vínculos empregatícios - menos 88,7 mil, na comparação com final de 2019.

No Nordeste, o varejo baiano lidera o ranking de lojas fechadas, seguido de Pernambuco (-4,25mil) e Ceará (-3,35mil)

ASSESSORA DE GUEDES DEFENDE TRIBUTAR MAIS QUEM CONSUME SAÚDE, EDUCAÇÃO E LIVROS

ENTREVISTA A assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, afirmou ontem que a intenção do governo, ao propor um imposto sobre valor agregado, não é aumentar a tributação sobre setores específicos, como

saúde e educação, ou mesmo sobre livros, mas sim sobre as pessoas que consomem esses produtos e serviços, que segundo ela têm mais condições de pagar impostos.

Vanessa Canado fez a declaração ao comentar a pro-

posta de reforma tributária do governo, enviada ao Congresso em julho, e que prevê unificação do PIS e da Cofins (incidente sobre a receita, folha de salários e importação) num tributo que receberia o nome de Contribuição Social sobre Operações

com Bens e Serviços (CBS).

"A gente propôs oneração da CBS não sobre os setores, mas sobre as pessoas que têm capacidade produtiva de pagar os tributos", declarou ela, durante live dos jornais Valor Econômico e O Globo, de acordo com o G1.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 27/08/2020	Página:

Correio*

CÂMARA APROVA SOCORRO DE R\$ 4 BI A TRANSPORTE

PROJETO A Câmara aprovou ontem projeto de socorro de R\$ 4 bilhões da União ao serviço de transporte coletivo. O projeto, que ainda passará pelo Senado, prevê que os repasses serão feitos com recursos vinculados ao Fundo das Reservas Monetárias (FRM), extinto em junho. A estimativa é que o fundo tenha cerca de R\$ 8,6 bilhões.

A proposta cria o Regime Especial de Emergência para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Remetup), uma ajuda emergencial devido à pandemia para Estados e municípios com mais de 200 mil habitantes.

Pelo texto, os recursos serão transferidos a Estados e municípios e liberados a empresas de transporte em etapas, após cumprimento de uma série de condições estabelecidas em um termo de adesão. Governadores e prefeitos interessados na ajuda devem manifestar interesse em assinar o termo em até 30 dias após a publicação da lei.

PETROBRAS DEIXA BR DISTRIBUIDORA

Venda O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem a proposta para venda da participação remanescente de 37,5% detida pela estatal na BR Distribuidora. Em julho de 2019, a Petrobras havia reduzido a participação na companhia de 71,25% para os atuais 37,5%.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 27/08/2020	Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Economia tem escolhas difíceis

Não há mágica na economia. O presidente Jair Bolsonaro terá que escolher entre quebrar o teto ou propor ao Congresso medidas amargas para ampliar programas sociais. Mesmo criando impostos ele pode ter dificuldade de gastar mais porque o teto estabelece que as despesas só podem crescer de acordo com a inflação. O que ele vai escolher? O presidente quer combustivel para o seu populismo e, portanto, o teto tende a cair. O ministro Paulo Guedes vai dizer que quem recebeu os votos foi Bolsonaro, portanto é ele que decide.

Ontem formou-se o tipo da situação em que ninguém tem razão. O presidente Bolsonaro jogou para a plateia, na sua agenda cada vez mais eleitoreira, ao dizer que suspendeu o projeto da equipe econômica, porque não tiraria "do pobre para dar ao paupérrimo". O ministro Paulo Guedes erra sempre o mesmo erro: achar que é fácil o que é politicamente muito difícil. Acabar com programas sociais antigos, no meio de um recessão e alta de desemprego, só se tivesse muito apoio do presidente e grande articulação política. No ano passado tentou diminuir os be-

neficiados pelo abono salarial e o Congresso rejeitou.

O presidente está em campanha, é populista e nunca teve como agenda a austeridade fiscal. Em 2018, repetiu algumas frases que aprendeu com Paulo Guedes para vender a ilusão do liberalismo austero que o mercado financeiro comprou, com enorme dose de autoengano. Bolsonaro quer o bônus das bondades que o governo fizer, mas não quer ficar com ônus algum de eventual medida amarga. Na reforma da Previdência deixou que outros pagassem o custo de defendê-la, e lavou as mãos: "por mim não faria". Guedes avalizou um político que durante sua carreira de deputado jamais demonstrou entender a importância do controle das contas públicas. Para completar, nem Bolsonaro como polí-

tico, nem Guedes como economista têm intimidade com políticas sociais. A pandemia criou a necessidade de políticas de socorro para a população.

O auxílio emergencial nasceu de uma pressão da sociedade, o valor se elevou por decisão do Congresso. Mas agora, feliz com a popularidade, o presidente creditou tudo ao governo e já prometeu: "resolvemos entender até dezembro". E depois disso ele quer uma política social para dizer que é do seu governo, como fez com o Minha Casa, Minha Vida. Os juros caíram meio ponto percentual, mas na cerimônia do Planalto foi vendida a ideia de que era um programa novo.

O que a equipe econômica quer explicar é que uma pessoa que recebe abono salarial não é um "excluído". Tem carteira as-

sinada, 13º salário, FGTS. A política pública seria mais focalizada se estivesse voltada para quem está agora sem renda. A dúvida: é o único lugar de onde se pode tirar para ampliar o Bolsa Família? O Ministério da Economia já sabia que teria que brigar no Congresso, mas foi no-cauteado pelo próprio presidente, que em vez de discutir internamente, expôs a divergência de público para faturar politicamente. Assim ele pode fingir a sensibilidade social que nunca teve.

O Big Bang Day do ministro Paulo Guedes é um conjunto de ideias que ele vem defendendo, mas nunca elaborou para apresentar. Vamos ver se agora consegue. Ele fala em desvincular, desindexar, e desobrigar o Orçamento como se fosse algo simples e inédito. Todas as

equipes econômicas tentaram desengessar o Orçamento, e tudo o que conseguiram foi a flexibilização parcial com a DRU, a Desvinculação de Receitas da União.

Outra proposta que está sendo formulada é a da criação de um imposto. A assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, explicou que o novo tributo que está sendo pensado será amplo.

— A contribuição sobre pagamentos ganha nova conotação em relação à CPMF por conta da digitalização da economia. Quando se torna a economia menos corpórea, a forma de rastrear a economia sem dúvida é mais fácil por meio de pagamentos. Para ser um tributo de base ampla, ele não captura só as transações da economia digital. Tem que capturar todas as transações da economia.

Não é fácil fazer isso. Nada é fácil no Ministério da Economia em época de crise. Por isso é preciso se preparar para o debate político. Mas antes de tudo o presidente da República tem que saber se quer pagar o preço de governar, ou se quer apenas fazer demagogias de palanque.

COM MARCELO LOUREIRO

Câmara aprova criação de novo Tribunal Federal

GASTO PÚBLICO A Câmara aprovou ontem o texto-base do projeto que cria o Tribunal Regional Federal da 6.^a Região, em Minas Gerais. A proposta, de autoria do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, sofreu críticas até mesmo do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por criar uma nova estrutura em meio a discussões sobre contenção de despesas públicas. A votação foi simbólica. Todos os partidos orientaram a favor, menos Novo, Cidadania e PV

A proposta prevê que o novo tribunal será um desmembramento do TRF da 1.^a Região, que hoje atua em 13 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins) e no Distrito Federal. A matéria segue para o Senado.

O relator da proposta, deputado Fábio Ramalho (MDB-MG), argumentou que o Estado de Minas Gerais “é um dos grandes responsáveis pela asoberbada demanda processual na 1.^a Região, justificando a criação do novo tribunal”.

Segundo o Relatório Justiça em Números 2018, feito

pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a área do TRF da 1.^a Região corresponde a 80% do território nacional, abrangendo 46% dos municípios do Brasil e atendendo a 37% da população.

Após críticas de parlamentares de que o projeto não teria urgência necessária no momento em que o país enfrenta o coronavírus, o relator, Fábio Ramalho, incluiu um dispositivo estabelecendo que a efetiva instalação do novo tribunal ocorrerá apenas quando terminar o estado de calamidade pública.

O novo tribunal contará com a média do orçamento da seção judiciária de Minas Gerais nos últimos cinco anos, podendo ser complementado até o limite do teto de gastos. Contrário ao projeto, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi favorável ao destaque do Partido Novo que pretendia limitar o aumento de despesas de todos os TRFs ao valor deste ano, acrescido da variação do teto para 2021, de 2,13%. A proposta foi rejeitada. “Nós que somos contrários à criação do novo TRF deixamos claro que haverá aumento das despesas”, afirmou Maia.

●● (Minas Gerais) É um dos grandes responsáveis pela asoberbada demanda processual na 1.^a Região, justificando a criação do novo tribunal

Fábio Ramalho

deputado federal (MDB-MG), relator do projeto, justificando a criação da nova estrutura para a Justiça Federal

●● Nós que somos contrários à criação do novo TRF deixamos claro que haverá aumento das despesas

Rodrigo Maia
(DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados

Renda Brasil azeda relações no Planalto

Insatisfeito,
Bolsonaro dá três dias para Guedes refazer proposta de programa social

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O presidente Jair Bolsonaro deu um prazo de três dias, que termina amanhã, para que o ministro da Economia, Paulo Guedes, apresente nova proposta para o Renda Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família e deve ser a marca social do governo. O desenho apresentado anteontem, em reunião no Planalto, previa a revisão ou extinção de outros benefícios, como o abono salarial, o que foi rejeitado por Bolsonaro. Ontem, o presidente avisou, em cerimônia pública, que não vai "tirar de pobres para dar a paupérrimos".

O presidente criticou publicamente a proposta do Renda Brasil apresentada pela equipe de Paulo Guedes, o que foi visto como sinal de descontentamento com o titular da Economia. Os rumores de um possível pedido de demissão de Guedes ganharam força no mercado e o índice Bovespa caiu. O ministério chegou a negar boatos de convocação da imprensa para o pedido de demissão de Paulo Guedes. Segundo a assessoria de imprensa da pasta, Guedes "continua despachando normalmente" e está em videoconferência com secretários estaduais de Fazenda, conforme agenda oficial.

Após criticar o Renda Brasil, o presidente afirmou que o projeto está suspenso. "Ontem (anteontem) discutimos a possível proposta do Renda Brasil. E eu falei 'está suspenso', vamos voltar a conversar. A proposta, como a equipe econômica apareceu para mim não será enviada ao Parlamento. Não posso tirar de pobres para dar a paupérrimos. Não podemos fazer isso aí", disse Bolsonaro, durante evento em Minas Gerais, na manhã de ontem.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente que para chegar ao benefício médio de R\$ 300, como quer Bolsonaro, é preciso cortar deduções de saúde e educação do Imposto de Renda.

Bolsonaro também confirmou que a ideia da equipe econômica era usar o dinheiro que hoje paga o abono salarial de trabalhadores para bancar parte do Renda Brasil, mas deixou claro que não gostou da possibilidade. "Por exemplo, a questão do abono para quem ganha até dois salários mínimos, que seria como um décimo quarto salário... Não podemos tirar isso de 12 milhões de pessoas para dar a um Bolsa Família, um Renda Brasil, seja lá o que for o nome", disse.

OUTRA REUNIÃO

Um novo encontro de Bolsonaro com ministros foi marcado para sexta, mas ainda não foi oficializado pelo Planalto. Técnicos que trabalham no desenho do Renda Brasil se reuniram ontem para dar início aos ajustes pedidos pelo presidente, que quer uma solução sem passar pela revisão do abono.

A avaliação na área econômica, porém, é que a revisão do benefício era "fundamental" para criar espaço no Orçamento para bancar o novo programa, que teria maior alcance e valor que o Bolsa Família. Só a extinção do abono, uma espécie de 14.º salário pago a trabalhadores com carteira assinada, poderia liberar cerca de R\$ 20 bilhões.

Entre integrantes da equipe econômica, já há a percepção de que o Renda Brasil vai acabar com alcance e valor "não tão diferente" do Bolsa Família, que hoje paga em média R\$ 190 a 14 milhões de famílias, diante das resistências do presidente em bancar a revisão dos programas considerados ineficientes e a necessidade de respeitar o teto de gastos. Além do abono, estão na mira dos técnicos mais de 20 ações do governo, como o seguro-desfeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida),



“ Ou o Brasil começa a produzir, fazer um plano que interessa a todos, que é o emprego, ou estamos fadados ao insucesso **Jair Bolsonaro**

Presidente da República, ao criticar o Renda Brasil



“ O ministro Paulo Guedes continua despachando normalmente, conforme agenda oficial **Assessoria**

Trecho de nota que nega rumores de pedido de demissão de Guedes

entre outros.

No início de sua gestão, Bolsonaro deu aval a uma proposta de redução do alcance do abono salarial, que foi incluída na reforma da Previdência, mas acabou sendo rejeitada pelos parlamentares. A percepção dentro do governo, porém, é que o momento político agora é outro e que o custo político da proposta da Economia é alto para quem quer elevar sua popularidade.

LANÇAMENTO ADIADO

O governo trabalhava com a expectativa de que o Renda Brasil fosse lançado anteontem, mas o evento foi cancelado por ordem de Bolsonaro. Em uma reunião de uma hora e meia, o presidente pediu uma alternativa para o Renda Brasil e reforçou que faz questão de manter o auxílio emergencial para os 66 milhões de brasileiros até o final do ano.

O presidente afirmou que o "melhor programa para o país", na visão dele, é a geração de empregos. "Ou o Brasil começa a produzir, a fazer um plano que interessa a todos nós, que é o emprego, ou estamos fadados ao insucesso. Não posso fazer milagre".

Bolsonaro também afirmou que as novas parcelas do auxílio emergencial devem ficar acima dos R\$ 200 defendidos inicialmente pela equipe econômica, mas abaixo dos atuais R\$ 600 destinados aos trabalhadores informais durante a pandemia.

"O auxílio emergencial custa aproximadamente R\$ 50 bilhões por mês. É uma conta pesada. Sabemos que os R\$ 600 é pouco para muitos que recebem, mas é muito para o país que se endivida", afirmou o presidente.

Uma das propostas apresentadas pela Economia era manter o auxílio emergencial só para as 21 milhões de famílias que deverão ser atendidas pelo Renda Brasil, mas Bolsonaro quer que todos os informais e desempregados recebam a ajuda. O governo quer ainda evitar que o programa que vai substituir o Bolsa Família comece com o desgaste de um valor menor do que o benefício pago na pandemia. O auxílio é visto como um dos fatores que fizeram o presidente atingir o maior índice de popularidade desde o início do seu governo.

Governo avalia como acessar recurso de abono salarial

A equipe econômica do governo enfrenta impasse para usar o dinheiro que hoje paga o abono salarial de trabalhadores para bancar parte do Renda Brasil. Mesmo que o abono seja extinto, como quer a equipe do ministro Paulo Guedes, os recursos só começariam a ficar "livres" no Orçamento a partir de 2022. O governo, porém, quer começar a fazer uma ponte entre o auxílio emergencial criado por causa da

pandemia do novo coronavírus e o Renda Brasil ainda em 2020.

O abono salarial é pago a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos. O desembolso tem certa defasagem. Quem teve ao menos 30 dias de emprego registrado em 2019, recebe entre julho deste ano e março de 2021. Já quem trabalhou ou está empregado com carteira durante o ano de 2020 deve

receber o benefício entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022.

Ainda que o governo consiga apoio no Congresso Nacional para extinguir o abono por meio de mudança constitucional - uma alternativa já tentada por governos anteriores, sem sucesso -, quem já adquiriu o direito precisará ter o benefício honrado pelo governo.

"Basicamente, há um cronograma de pagamento do

abono que se estende por até 18 meses após o ano-base, então os recursos ficariam disponíveis lentamente", afirma o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper.

Segundo a Agência Estado, o impasse está sendo discutido pela equipe econômica, mas ainda não há solução fechada. Há um grupo de técnicos que defende antecipar o pagamento dos benefícios já contratados

para este ano, liberando o espaço do abono no Orçamento dos próximos anos. No entanto, outro grupo tem dúvidas sobre a viabilidade da ideia, dada a restrição no Orçamento de 2020. O gasto com o abono entra no cálculo do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas do governo à inflação.

Ontem, o Ministério da Economia informou que só se manifestará após o anúncio oficial da medida.

Bolsonaro pede a Guedes um novo Renda Brasil

JULIA LINDNER, O ESTADO DE S. PAULO

O presidente Jair Bolsonaro disse que suspendeu a proposta do Renda Brasil apresentada a ele pela equipe econômica esta semana. Bolsonaro afirmou que não vai "tirar (recursos) dos mais pobres" para abastecer o novo programa, em formulação pelo governo para substituir o Bolsa Família.

"Ontem discutimos a possível proposta do Renda Brasil. E eu falei 'está suspenso', vamos voltar a conversar. A proposta, como a equipe econômica apareceu para mim não será enviada ao Parlamento. Não posso tirar de pobres para dar a paupérrimos. Não podemos fazer isso aí", disse durante evento em Minas Gerais, nesta quarta-feira, 26.

Como mostrou o Estadão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente que para chegar ao benefício médio de R\$ 300, como quer Bolsonaro, é preciso cortar deduções de saúde e educação do Imposto de Renda. Atualmente, o valor médio pago pelo programa criado na gestão petista é de R\$ 190.

Além disso, pela proposta da equipe econômica, haveria uma revisão de programas considerados "ineficientes":

a) abono salarial (benefício de um salário mínimo voltado para quem ganha até dois pisos, mas que acaba sendo recebido também por jovens de classe média



NEGOU
Presidente não quer cortar benefícios para pobres

em início de carreira);
b) salário-família (pago a trabalhadores formais e autônomos que contribuem para a Previdência Social, de acordo com a quantidade de filhos);

c) seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida, mas com alto índice de irregularidades);

d) Farmácia Popular (promove a distribuição de medicamentos de uso comum, para tratamento de hipertensão, diabetes e asma, por exemplo, também é considerado sem foco pelos técnicos, por beneficiar famílias independentemente de sua renda).

Bolsonaro também confirmou que a ideia da equipe econômica era usar o dinheiro que hoje paga o abono salarial de trabalhadores

para bancar parte do Renda Brasil, mas deixou claro que não gostou da possibilidade. "Por exemplo, a questão do abono para quem ganha até dois salários mínimos, que seria como um décimo quarto salário... Não podemos tirar isso de 12 milhões de pessoas para dar a um Bolsa Família, um Renda Brasil, seja lá o que for o nome do programa", disse.

Para acabar com o abono salarial, é preciso aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), o que exige apoio de três quintos da Câmara (308 de 513 deputados) e do Senado (49 de 81 senadores). Vários governos já tentaram sem sucesso, inclusive estava prevista uma restrição na reforma da Previdência, mas a medida foi retirada.

O seguro-defeso e o salário-família dependem da

aprovação de um projeto de lei para serem extintos, o que exige apoio da maioria. Mesmo assim, também não é uma tarefa fácil, porque tentativas em outros governos não prosperaram.

O presidente afirmou que o "melhor programa para o País", na visão dele, é a geração de empregos. "Ou o Brasil começa a produzir, a fazer um plano que interessa a todos nós, que é o emprego, ou estamos fadados ao insucesso. Não posso fazer milagre."

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Bolsonaro disse também que as novas parcelas do auxílio emergencial devem ficar acima dos R\$ 200 defendidos inicialmente pela equipe econômica, mas abaixo dos atuais R\$ 600 destinados aos trabalhadores informais durante a pandemia da covid-19. "O valor não será nem R\$ 200, nem R\$ 600, estamos discutindo com a equipe econômica", afirmou o presidente.

"O auxílio emergencial custa aproximadamente R\$ 50 bilhões por mês. É uma conta pesada. Sabemos que R\$ 600 é pouco para muitos que recebem, mas se muito para o País, que se endivida. E, lamentavelmente, como é emergencial temos que ter um ponto final nisso", declarou na cerimônia desta quarta.

Hoje, 14,2 milhões de famílias recebem o Bolsa Família, mas 95% delas estão recebendo, desde abril, o auxílio criado para ajudar no enfrentamento da crise causada pelo novo coronavírus.

CRIME

Destino de Flordelis e Anderson na noite do crime envolto em mistério

CAROLINA HERINGER, DE O GLOBO

O destino da deputada federal Flordelis dos Santos e de seu marido, Anderson do Carmo, na madrugada do assassinato do pastor, continua cercado de mistérios. Mesmo após a conclusão da segunda fase das investigações, na qual a pastora foi indicada pelo crime, a dúvida sobre o que o casal fez antes do crime continua a rondar os investigadores. Uma das suspeitas da Delegacia de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo, levantada ao longo do inquérito, é de que o casal tenha ido a uma casa de swing em Botafogo, na Zona Sul do Rio.

Os investigadores da DHNISG concluíram, após receber informações da CET-Rio, que o casal não esteve em Copacabana, conforme alegado por Flordelis em seus depoimentos à polícia. O último registro do órgão foi de que o carro do casal passou naquela noite por um radar localizado na Rua Humaitá, no bairro homônimo e vizinho a Botafogo.

Em coletiva de imprensa na manhã dessa segunda-feira, o delegado titular da DHNISG, Allan Duarte, afirmou aos jornalistas que Flordelis e Anderson estiveram em Botafogo na madrugada do crime, e não em Copacabana.

Em seus depoimentos à polícia, Flordelis afirmou não saber o nome do local onde esteve com o marido em

Copacabana e relatou apenas que eles comeram petiscos, sem conseguir também apontar a localização exata de onde estiveram. As suspeitas são de que Flordelis não quisesse revelar o verdadeiro local onde esteve com o marido. Aliado a isso, uma testemunha revelou aos policiais, ao longo das investigações, ter ficado sabendo que Flordelis e Anderson tinham o costume de frequentar uma casa de swing.

Um gerente da boate de Botafogo prestou depoimento na DHNISG em junho deste ano, mas negou reconhecer o casal como frequentador do local. O relato, no entanto, não fez com que os investigadores descartassem a hipótese, uma vez que consideram improvável que funcionários desse tipo de estabelecimento apontem possíveis frequentadores do local.

A suspeita de que o casal tenha ido a casa de swing consta em um relatório da DH do dia 1º de julho deste ano, produzido a pedido do Ministério Público estadual. No documento, ao qual O GLOBO teve acesso, é analisado o trajeto feito pelo carro do casal e apontada a proximidade da boate com o último ponto por onde eles passaram. Segundo o relatório, a distância é de cerca de 500 metros.

Após depoimento do gerente da casa, não foram colhidos novos relatos e o inquérito foi encerrado. A polícia não confirmou a suspeita e nem descartou.

FRITURA

Esplanada faz as apostas: até quando Guedes resiste

VICENTE NUNES, DO CORREIO BRASILIENSE

De superministro, ao qual foi dado todo poder para decidir sobre os rumos da economia do país, Paulo Guedes parece ter se transformado em um estorvo para o governo. Não por acaso, gente grata da Esplanada dos Ministérios começou a fazer aposta: até quando o ministro da Economia permanecerá no cargo.

Especialistas em governo veem, nas últimas declarações do presidente Jair Bolsonaro, a repetição do modus operandi usado por ele para despachar subordinados. O filme está se repetindo com Guedes, que acre-

dita — ou finge acreditar — que ainda tem poder. Bolsonaro já não se informa mais com o Posto Ipiranga quando o assunto é economia.

Mesmo entre integrantes da equipe econômica, a percepção é a de que os dias de Guedes estão contados. Para eles, as críticas públicas do presidente às propostas para o Renda Brasil, que substituirá o Bolsa Família, são o exemplo mais claro de que o ministro da Economia já não agrada mais o chefe do Executivo.

A PORTA DE SAÍDA

A avaliação entre técnicos da equipe econômica é a de que, se realmente quisesse preservar Guedes, que vem sendo esvaziado,

Bolsonaro não exporia tanto o ministro. "É como se o presidente estivesse indicando a porta de saída para Guedes. Divergências são normais, mas expor o ministro do jeito que fez Bolsonaro ficou muito estranho", diz um técnico.

Há vários grupos trabalhando contra o ministro da Economia. Um reúne o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e os ministros militares com assento do Palácio do Planalto. Outro, abrange líderes do Centrão, que nunca foram com a cara do ministro pela dificuldade de interlocução com ele. É o pior que poderia acontecer para Guedes.

Marinho é hoje o ministro mais citado pelo presi-

dente — o nome do chefe da equipe econômica sequer apareceu no discurso que Bolsonaro fez na abertura do congresso da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrassel), na noite de terça-feira (25/08) —, os militares têm muita ascendência sobre o chefe e os líderes do Centrão são a garantia do mandatário de que ele não sofrerá processo de impeachment no Congresso.

Pode parecer repetitivo, implicância, mas o roteiro de Brasília sempre prima pela repetição. Só mesmo uma reviravolta nos ventos que sopram pela capital sustentará a permanência de Guedes por muito mais tempo no governo.

NOVA CPMF

Imposto incidiria sobre todas as transações

EDUARDO RODRIGUES E THAIS BARCELLOS, O ESTADO DE S. PAULO

A assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, reconheceu que o novo imposto sobre transações, ainda em estudo e que o governo tenta desvincular da antiga CPMF, não incidirá somente sobre transações digitais.

"Para ser um tributo de base ampla obviamente não pode

mais incorpórea, a forma de rastrear é mais fácil por meio do fluxo de pagamentos. Essa é a ideia que está na cabeça do ministro. A legislação está sendo desenhada para refletir esse novo mundo digital rastreável através das transações financeiras", disse, em evento online dos jornais Valor Econômico e O Globo.

Segundo ela, os detalhes sobre o formato do novo tributo serão anunciados

centou.

O governo federal estuda criar um imposto sobre transações financeiras com uma alíquota de 0,2% cobrada nas duas pontas da operação. Guedes tem dito que o novo tributo não representaria aumento de carga tributária, e a arrecadação permitiria, segundo ele, desonerar a folha de pagamento das empresas, reduzir o IPI cobrado sobre a linha branca (geladeira e fogões por

ção sobre Bens e Serviços (CBS), fusão do PIS/Cofins, ao prever um tratamento tributário homogêneo poderia possibilitar mais segurança jurídica para investimentos em um prazo mais curto do que os projetos em discussão no Congresso.

A CBS teria uma alíquota de 12%, sem incidir em cascata. Hoje, há diferentes regimes para PIS e Cofins. Alguns setores, como boa parte dos serviços panam

Crédito imobiliário sobe 61,5% e tem melhor julho desde 2013

VALOR ONLINE

O crédito imobiliário com recursos da poupança movimentou R\$ 10,82 bilhões em julho, com alta de 61,5% em relação ao mesmo mês do ano passado e expansão de 16,7% frente ao mês imediatamente anterior, segundo a Abecip, associação das instituições que oferecem essa modalidade de crédito. Trata-se do maior resultado para um mês de julho desde 2013 e o segundo melhor na série histórica pós plano Real.

No acumulado de 12 meses (agosto de 2019 a julho de 2020), os empréstimos para aquisição e construção de imóveis somaram R\$ 92,45 bilhões, com alta de 36,8% em relação ao apurado nos 12 meses anteriores.

Foram financiados 36,8 mil imóveis em julho, o que representa alta de 47,8% na comparação anual e crescimento de 11,1% na comparação mensal.

A Caixa se manteve na liderança do setor, com R\$ 5,28 bilhões financiados nas modalidades construção e aquisição em julho. O Bra-

desco ficou em segundo lugar, com R\$ 1,972 bilhão, e o Itaú Unibanco apareceu em terceiro, com R\$ 1,748 bilhão.

A Abecip aponta que a poupança captada pelos agentes financeiros do SBPE registrou desempenho expressivo em julho, com captação líquida de R\$ 22,4 bilhões — a mais elevada para um mês de julho da série histórica iniciada em julho de 1994 e a terceira maior da história.

"Um conjunto de fatores parece contribuir positivamente para esse desempenho, como a redução do consumo devido ao isolamento social, maior preocupação financeira das famílias com o futuro próximo, queda da rentabilidade das demais aplicações de renda fixa e volatilidade expressiva no mercado de renda variável", afirma a entidade.

Além disso, o pagamento do auxílio emergencial, disponibilizado em contas de poupança, também deve ter algum impacto na captação, pois, em muitos casos, as famílias usam as cadernetas como se fossem contas correntes.

Dono da Amazon alcança a fortuna

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/08/20	



INDÚSTRIA DE TECIDOS VAI INVESTIR R\$ 6,5 MILHÕES NA AMPLIAÇÃO DE UNIDADE EM SIMÕES FILHO



admin 27 Agosto, 2020

Com investimento de R\$ 6,5 milhões, a Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos vai ampliar e modernizar sua unidade industrial no município baiano de Simões Filho. A empresa, que fabrica falsos tecidos, tecidos impregnados e chapas (laminados de poliuretano), especificamente, utilizados na produção de calçados e moda, vai gerar 15 novos postos de trabalho diretos, 28 indiretos e manter os 129 empregos já existentes. A previsão é que o aumento da capacidade de produção seja de 777,7 mil metros por ano e que as obras sejam finalizadas em dezembro de 2023. O protocolo de intenção foi assinado na secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), na quarta-feira (26).

“A cada protocolo assinado, temos a certeza de que estamos no caminho certo. Trabalhamos muito para manter o ambiente de negócios saudável na Bahia para que novas empresas sejam atraídas e outras, como essa que assinamos protocolo, possam ampliar sua presença no estado, garantindo emprego e renda para o município onde ela está instalada”, destaca o vice-governador João Leão, secretário da SDE.

Segundo o diretor da empresa, Luiz Carlos de Oliveira Gordilho Filho, somando a quantidade de pessoas empregadas e famílias beneficiadas pelos programas sociais, a Brisa beneficia cerca de 400 pessoas que trabalham direta ou indiretamente no projeto. A produção atual é mais de 1,3 bilhão de metros por ano e a prevista é de mais de 2,1 bilhão de metros/ano.

“O projeto de modernização da companhia prevê investir na melhoria da eficiência do processo de produção, assim como no aumento da competitividade empresarial perante os concorrentes e maior sustentabilidade na área ambiental. Além de proporcionar um ganho de receita para a companhia, por consequência, serão gerados mais tributos para o estado e um incremento significativo no fundo de participação do município. A Brisa assume o compromisso firmado em manter 80% do quadro funcional com moradores locais”, explica o empresário.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/08/20	



USINAS VÃO INVESTIR R\$ 192,4 MILHÕES NO EXTREMO SUL BAIANO



admin 26 Agosto, 2020

As usinas Santa Cruz, em Santa Cruz Cabrália, e Santa Maria, em Medeiros Neto, pertencentes ao grupo São Luiz, vão investir um total de R\$ 192,4 milhões em ampliações, tanto nas unidades industriais, quanto na área agrícola para produção de etanol anidro e hidratado. O incremento na capacidade de produção dos produtos será de 86,5 mil m³/ano, já no campo, a produção a mais de cana-de-açúcar será de 1,1 milhão de toneladas por ano. Os protocolos de intenções foram assinados com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), na quinta-feira (20).

“Eu acredito muito na agroindústria. A cultura da cana-de-açúcar tem gerado e vai gerar muito mais empregos no nosso estado. Hoje vemos duas usinas consolidadas ampliando seus projetos no Extremo Sul. Temos a Agrovale, no Norte, que é referência nacional no setor sucroalcooleiro. E, em breve, teremos um Polo Agroindustrial e Bioenergético consagrado no Médio São Francisco baiano”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

De acordo com Luiz Carlos Queiroga, diretor da usina Santa Maria, os investimentos nas usinas têm sido constantes. “A cultura da cana não existia nesta região, fomos pioneiros, hoje já está enraizado na Bahia. Esperamos continuar expandindo e atingir a capacidade total das usinas. No caso de Medeiros Neto, onde fica a Santa Maria, o município não tinha nenhuma indústria quando chegamos, o povo vivia de pecuária, sem nenhuma tecnologia, ninguém sabia o que era cana, nós que introduzimos a cultura”, conta.

Na usina Santa Maria, em Medeiros Neto, serão investidos R\$ 67 milhões na unidade industrial e R\$ 64 milhões no campo. Com a ampliação, a previsão é que a produção de etanol hidratado e anidro passe de 96 mil m³/ano para 160 mil m³/ano, onde serão mantidos os 225 empregos diretos e criados mais 60. No campo, a produção de cana-de-açúcar vai saltar de 1,2 milhão de toneladas para 2 milhões de toneladas ao ano. Os 1,8 mil empregos diretos serão mantidos e mais 700 serão gerados no período de safra.

Em Santa Cruz Cabrália, a produção de etanol vai dobrar na usina Santa Cruz, passando de 22,5 mil m³/ano para 45 mil m³/ano. Serão investidos R\$ 15,6 milhões na unidade industrial, criados 45 empregos diretos e mantidos 131. Na área agrícola, os investimentos serão de R\$ 45,8 milhões e a produção de cana-de-açúcar também vai dobrar, saindo dos atuais 300 mil t/ano para 600 mil t/ano. No período de safra, além de manter os 900 empregos diretos, serão criados mais 370.

Polo Agroindustrial

O Polo Agroindustrial e Bioenergético, uma aposta do Governo do Estado para potencializar econômica e socialmente o Médio São Francisco baiano, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Econômico, da Agricultura (Seagri) e de Desenvolvimento Rural (SDR), tem previsão inicial de investimentos privados na ordem dos R\$ 2,2 bilhões, em cinco projetos com capacidade instalada anual de 10,5 milhões de toneladas de cana (TCH) e possibilidade de gerar 21,2 mil empregos diretos e indiretos.

Veículo: Política Livre	
Data: 27.08.2020	Caderno: Economia



Servidores estaduais em regime de teletrabalho devem receber auxílio pecuniário, diz deputado

BAHIA

O deputado Hilton Coelho (PSOL) reivindicou, em indicação encaminhada ao governador Rui Costa, que o Poder Executivo envie Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa da Bahia instituindo auxílios pecuniários pelo exercício de trabalho remoto para os servidores em regime de teletrabalho. Indicações com igual teor foram encaminhadas para a Prefeitura de Salvador e para a Presidência da República.

O parlamentar lembra que diante da pandemia do Coronavírus, o Governo do Estado editou o Decreto nº 19.528/2020, que institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o trabalho remoto, voltado para servidores que se encontram no grupo de risco. Outras diversas categorias de servidores, como os docentes, pelo próprio tipo de atividades que realizam, não puderam retornar à execução presencial dos serviços, laborando em home office.

“Ocorre que, apesar de determinar que os servidores continuem prestando serviços pelo teletrabalho, não houve a instituição, pelo Estado da Bahia, de qualquer auxílio para compensar o servidor pelo fato de ter absorvido para si os custos de viabilização e manutenção do trabalho remoto. Diversos são os casos de servidores que foram obrigados a adquirir mobiliário condizente com a ergonomia para 8 horas de trabalho, materiais de escritório, computadores ou notebooks, bem como arcam com o acréscimo de energia elétrica,

ampliação da velocidade da banda larga de internet e outros custos decorrentes da prestação do trabalho”, argumenta Hilton Coelho.

Para o legislador, “são externalidades diretamente relacionadas ao exercício do trabalho remoto e que, portanto, devem ser arcadas únicas e exclusivamente pelo beneficiário do serviço, que é o Estado. O funcionalismo estadual está sem reajuste salarial desde 2015. Um absurdo exigir agora que mais custos recaiam sobre os servidores. É urgente que o Estado da Bahia crie formas de auxílios pecuniários pelo exercício de trabalho remoto, tanto para garantir a aquisição dos bens necessários para o desempenho do trabalho, bem como para arcar com os gastos constantes com o home office do servidor”.

Hilton Coelho conclui afirmando que “tais auxílios devem ser retroativos, pagos aos servidores desde o início do trabalho remoto, e deve perdurar até o momento em que se finalizar o regime de teletrabalho. Acaso o ente adote este regime de forma perene, os auxílios também devem ser pagos, da mesma maneira, aos respectivos servidores. É necessário que o governador Rui Costa (PT) corrija este erro e encaminhe Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa da Bahia instituindo os referidos auxílios pecuniários pelo exercício de trabalho remoto, garantindo tratamento digno aos servidores baianos”.

Veículo: bahia.ba	
Data: 27/08/2020	Caderno: Economia

bahia.ba

Mais de 6 mil lojas fecharam as portas na Bahia no segundo trimestre, aponta Fecomércio

Varejo brasileiro perdeu 135 mil estabelecimentos no período



Ao menos 6,37 mil pontos de venda na Bahia fecharam as portas no segundo trimestre deste ano, aponta um levantamento realizado pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e pela Fecomércio-BA. Todos os estados brasileiros registraram retração no setor de varejo.

A Bahia (-6,37mil), no entanto, ocupa a 6ª posição em perdas no Brasil, sendo antecedida por São Paulo (-40,43 mil), Minas Gerais (-16,13 mil), Rio de Janeiro (-11,37 mil), Rio Grande do Sul (-9,69 mil) e Paraná (-9,48 mil). No Nordeste, o varejo baiano lidera o ranking de lojas fechadas, seguido de Pernambuco (-4,25mil) e Ceará (-3,35mil).

A crise provocada pelo novo coronavírus fez com que o país perdesse um total de 135 mil lojas – pontos de venda com vínculos empregatícios – entre abril e junho de 2020. O número corresponde a 10% do total de estabelecimentos verificado antes da pandemia e supera a perda anual registrada em 2016, que foi de 105,3 mil lojas.

De acordo com a CNC e Fecomércio-BA, os segmentos mais afetados atuam no comércio de itens considerados não essenciais, como lojas de utilidades domésticas (-35,3 mil estabelecimentos); vestuário, tecidos, calçados e acessórios (-34,5 mil lojas); e comércio automotivo (-20,5 mil). O varejo de produtos de informática e comunicação foi o segmento a registrar as menores perdas absolutas (-1,2 mil) e relativas (-3,6%) no número de estabelecimentos em operação.

Já em alguns ramos do chamado varejo essencial, diretamente menos afetados pelo isolamento social, o fechamento de pontos de venda se deu de forma menos intensa do que a média do setor (-9,9%), em sua maioria. É o caso dos hiper, super e minimercados (-4,9%) e das farmácias; perfumarias e lojas de cosméticos (-4,3%).

Mesmo autorizado a funcionar na maior parte do país, o ramo de combustíveis e lubrificantes se viu indiretamente prejudicado pela queda na circulação de consumidores (-12,2%).

Vendas

“As vendas presenciais, historicamente a principal modalidade de consumo, tiveram o volume muito reduzido neste período”, afirma José Roberto Tardos, presidente da CNC. Para ele, “apesar do grave quadro conjuntural no segundo trimestre, o ritmo de recuperação das vendas no comércio tem surpreendido positivamente, impulsionado por fatores como a intensificação de ações de venda via e-commerce”.

Expectativa de recuo

A CNC projeta recuo de 6,9% no volume de vendas do setor. Levando-se em conta esse cenário a expectativa da entidade é de que o varejo brasileiro chegue ao final deste ano com 1,252 milhão de estabelecimentos com vínculos empregatícios – menos 88,7 mil, na comparação como fim de 2019.

Veículo: bahia.ba	
Data: 27/08/2020	Caderno: Economia

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 26/08/2020 às 13h55.

‘Nova CPMF’ deve incidir sobre todas as transações financeiras, diz assessora

Assessora especial do Ministério da Economia afirmou que o imposto defendido por Guedes não deve se restringir a transações digitais

Redação



A “nova CPMF”, tributo sobre transações digitais, proposta pelo ministro Paulo Guedes não deverá ser tão restrita assim. A assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, informou que o imposto deverá incidir sobre todas as transações.

“A contribuição sobre pagamentos (...) ganha uma nova conotação em relação à nova CPMF por conta da digitalização da economia. Quando torna a economia mais incorpórea, a forma de rastrear é mais fácil por meio do fluxo de pagamentos. Essa é a ideia que está na cabeça do

ministro. A legislação está sendo desenhada pra refletir esse novo mundo digital rastreável através das transações financeiras”, declarou, durante live promovida pelo Valor Econômico e por O Globo.

Os detalhes do tributo só serão anunciados em data mais próxima ao envio da proposta. Mas, segundo Vanessa, a lógica é ampliar a base de arrecadação e rastrear melhor o fluxo da economia.

De acordo com informações do G1, o novo imposto tem sido defendido por Paulo Guedes como compensação à redução de impostos sobre a folha de pagamentos das empresas. O governo informou, em outra ocasião, que estuda alíquota de 0,2% sobre as transações financeiras nas duas pontas da operação.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem criticado a possibilidade de criação de um novo tributo.

Veículo: Estadão	
Data: 27.08.2020	Caderno: Economia



A criação de imposto, CBS – Contribuição de Bens e Serviços, causa preocupação para as empresas

No último dia 21 de julho, o governo federal encaminhou ao Congresso a proposta parcial da reforma tributária, neste momento surge uma preocupação geral se tal proposta afetará negativamente o setor empresarial. Neste texto vamos elencar a CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços, que é a fusão do PIS e da Cofins, imposto de valor agregado com alíquota única de 12% para todos os setores. Muitos especialistas comentam que esta alíquota é muito elevada, e que acarretará uma alta de preços para ao consumidor final e possivelmente elevará o índice de desemprego no país, por conta desse novo custo tributário. O Governo alega que o objetivo da CBS não é arrecadar mais impostos e sim simplificar o sistema. Ainda é prematuro concluir de forma exata quem vai sair ganhando ou perdendo com esta proposta. Lembrando que, durante toda campanha

presidencial a promessa é de que não haveria aumento na carga tributária.

Já se sabe que o CBS vai atingir o setor de serviços e vale mencionar que este, já tem reagido de forma contrária a criação do novo imposto. Pegando como exemplo a Associação das Universidades Particulares (Anup), critica o projeto argumentando um aumento nas mensalidades do ensino superior privado, igualmente as entidades financeiras, mais especificamente os bancos alegam o mesmo argumento de aumento acentuado nos tributos. Com relação aos profissionais liberais, advogados, dentistas, entre outros também sofrerão impacto negativo, caso a proposta seja aprovada.

Levando-se em conta que o setor de serviços tem como principal insumo a mão de obra que não gera crédito tributário, e têm uma cadeia pequena, é possível pensar em um aumento considerável e insustentável da carga tributária para esse setor, indo dessa forma na contramão das expectativas geradas por todo o setor empresarial.

Com efeito altamente positivo e assertivo a manutenção pelo governo das empresas enquadradas no Simples Nacional, proporciona uma alíquota menor para mais de 5 milhões de micro e pequenas empresas, gerando e mantendo uma grande quantidade de empregos. Portanto empresas enquadradas no Simples Nacional escapam dessa sugestão de alíquota de 12%.

Por outro lado as empresas optantes pelo Lucro Presumido e algumas atividades obrigadas a apurar seus tributos pelas regras do Lucro Real, exemplificando: construção civil, empresas de informática etc, se enquadram para efeito de cálculo do PIS/COFINS na qualidade de não

cumulatividade desses tributos, ou seja, não podendo se creditar de custos necessários a consecução daquele produto e/ou serviço, resultando atualmente numa alíquota de 3,65% incidente sobre a receita bruta, sendo 0,65% PIS e 3,00% COFINS, assim é perceptível que terão um aumento substantivo na carga tributária, motivo pelo qual as entidades de classes já, como mencionado, estão agindo no sentido de demonstrar o custo e o ônus social desse aumento sugerido na unificação desses tributos na nova CBS.

Dessa forma, a tão esperada e aguardada proposta de reforma tributária do executivo, acaba por frustrar e preocupar o empresariado e, por conseguinte toda a sociedade, pois os reflexos são diretamente interligados. Claro que temos necessidade de modernizarmos e simplificarmos a forma de calcular os tributos, que atualmente são extremamente complexos, com obrigações acessórias, igualmente complexas, no entanto não há espaço para aumento de tributos, dado que temos uma carga tributária elevada, uma das maiores e mais complexas do mundo, assim sendo, caso não haja mudanças significativas na alíquota sugerida de 12% perderemos a competitividade, investimentos e novas empresas para o país, visto que a geração de empregos e rendas para a nossa população é extremamente urgente, notadamente num momento de altíssimo desemprego que dificulta o crescimento e equilíbrio social para a nossa Nação.

***Sandro Rodrigues, contabilista, economista e fundador da Attend Assessoria Consultoria e Auditoria S/S**

Veículo: Estadão	
Data: 27.08.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária sem reforma administrativa?

Servidores públicos brasileiros ganham, em média, 57% acima dos profissionais de formação equivalente do setor privado

José Pastore*, O Estado de S.Paulo

27 de agosto de 2020 | 04h00

Everardo Maciel, uma referência mundial em matéria tributária, costuma dizer: para saber se a carga tributária deve aumentar ou diminuir, é preciso conhecer o montante de gastos que o governo tem pela frente.

Os gastos com pessoal da **União**, de Estados e municípios e dos Três Poderes consomem quase R\$ 1 trilhão por ano. A **Lei de Responsabilidade Fiscal** foi um grande passo para conter os gastos com pessoal. Apesar disso, em 2019, nove Estados ultrapassaram os seus limites (Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraíba).

Vários estudos indicam que os salários de servidores estatutários crescem muito mais rapidamente que os de não estatutários. E, entre os estatutários, os salários de categorias organizadas sobem mais do que os dos demais servidores estatutários (Cláudio Hamilton M. dos Santos e colaboradores, Indicadores da política salarial das

administrações públicas estaduais brasileiras, **Ipea**, Carta de Conjuntura, 23 de abril de 2020).

Os servidores públicos brasileiros ganham, em média, 57% acima dos profissionais de formação equivalente do setor privado. Entre as dez ocupações mais bem pagas do Brasil, seis são exercidas por servidores do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas, por funcionários dos bancos federais, diplomatas e advogados e procuradores da Fazenda, de autarquias e fundações públicas. A maioria dos servidores públicos é contemplada com estabilidade, progressões automáticas, prêmios e abonos que são incorporados na sua remuneração.

A **reforma administrativa**, apesar de inadiável, enfrenta grandes resistências. Colocada em consulta pública pela internet, a PEC 186 (Emergencial), que busca controlar gastos com pessoal, recebeu 3.235 opiniões favoráveis e 159.012 desfavoráveis (dados de 25/8/2020). No meio da catástrofe da **covid-19**, o **Senado Federal** autorizou aumento de salário para os servidores públicos em 2021, em boa hora invalidado pela **Câmara dos Deputados**. Em outra frente, o **Supremo Tribunal Federal** decidiu que os servidores públicos não podem ter redução de jornada e salário nem contrato de trabalho suspenso, o que ocorre com mais de 10 milhões de empregados do setor privado.

Quais são os pontos-chave de uma reforma administrativa?

1. Reduzir as 300 carreiras hoje existentes no serviço público para 20 ou 30.
2. Introduzir critérios objetivos de avaliação de desempenho que possibilitem até mesmo a demissão do servidor estável.

3. Basear as promoções em avaliações de mérito, desempenho e capacitação e eliminar o regime de promoção automática por antiguidade.
4. Conceder estabilidade depois de vários anos e mediante uma avaliação de desempenho.
5. Limitar a estabilidade apenas às carreiras de Estado (Receita Federal, Polícia Federal, Relações Exteriores e poucas outras).
6. Reduzir o salário inicial das diversas carreiras (há proposta de R\$ 5 mil mensais) a fim de evitar a chegada rápida (dez anos em média) e onerosa no final das carreiras.
7. Investir permanentemente na formação e capacitação dos servidores públicos.

Ao tomar conhecimento dessas propostas, o presidente **Jair Bolsonaro** disse: “Essa reforma mata 40 milhões de votos. Vamos deixá-la para mais tarde”. Se assim for, haja impostos para cobrir tantas despesas! A lógica é meridiana: os parlamentares encarregados de aprovar a **reforma tributária** precisam saber quanto o Estado precisará daqui para a frente.

*PROFESSOR DA FEA-USP, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicação desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Além dos marajás

Reforma administrativa deve mudar remuneração e limitar drasticamente estabilidade de servidores

As periódicas revelações de super salários no serviço público, que despertam justa repulsa da sociedade, podem dar a impressão incorreta de que as distorções na remuneração do funcionalismo se limitam a esses casos escandalosos.

Assim fosse, haveria solução mais simples. Bastaria regulamentar, sem espaço para penduricalhos ou interpretações criativas, a aplicação do já generoso teto salarial de R\$ 39.293 mensais fixado na legislação — tarefa que o Congresso negligencia há décadas, aliás.

Infelizmente, o gasto excessivo do Estado brasileiro com seu quadro de funcionários, verificável em qualquer comparação internacional, tem motivos mais amplos. O principal deles é a disparidade entre os contracheques do setor público e os da iniciativa privada, que se dá em diferentes níveis de renda e qualificação profissional.

Exemplo eloquente foi apontado em levantamento da FGV Social, noticiado pela Folha, com base nas declarações do Imposto de Renda. Constatou-se que, das 10 ocupações mais bem pagas em média no país, 6 estão no serviço público — em especial Ministério Público, Judiciário, tribunais de contas e elite do Executivo federal.

Ali se veem valores exorbitantes, como os R\$ 53,5 mil mensais de procuradores e promotores, e cifras menos chocantes, caso dos R\$ 27,8 mil de auditores. Note-se, de todo modo, que essas são mé-

dias, incluindo vencimentos de profissionais em início de carreira.

As vantagens do emprego público não se dão apenas no topo da pirâmide. Com dados atualizados até 2017, a pesquisadora Thaís Barcellos mostrou que os salários no Estado são maiores que os da iniciativa privada para trabalhadores de todos os níveis de escolaridade.

Não por acaso, as despesas do Brasil com o funcionalismo ativo ultrapassaram 13% do PIB, patamar só superado, no G20, pela África do Sul, conforme ranking do Fundo Monetário Internacional.

Tal cenário justifica, sem dúvida, uma redução temporária de vencimentos e jornadas de trabalho de servidores, que atravessam sem risco de desemprego a crise da pandemia. Esses cortes muito provavelmente serão necessários, em breve, para o cumprimento do teto dos gastos federais.

Para os futuros contratados uma reforma administrativa deve fixar novas normas de remuneração, reduzindo salários iniciais — hoje próximos aos do topo — e estabelecendo critérios para promoções. Ademais, a estabilidade funcional precisa ser limitada a apenas algumas carreiras, típicas de Estado.

Não se trata de pregar demissões em massa, defender o Estado mínimo ou outros clichês da retórica corporativista. Trata-se de estimular a produtividade dos servidores e remunerá-los conforme a capacidade da economia do país.

Reinfecção

Caso de nova contaminação pelo coronavírus traz implicações para as políticas de combate à Covid-19

Já havia relatos anecdóticos de reinfecção por Covid-19, mas permanecia a dúvida se eram casos autênticos de nova contaminação ou movimentos de piora em quadros prolongados da mesma doença.

Agora, entretanto, constatou-se de fato a possibilidade de reinfecção depois de apenas alguns meses do primeiro contágio — cientistas da Universidade de Hong Kong conseguiram documentar de forma convincente um episódio.

Um honguês de 33 anos, que ficara doente, se recuperara e recebeu alta em abril, viajou à Espanha e, ao regressar, no início deste mês, submeteu-se a teste para a doença com resultado positivo, embora sem sintomas — nada como uma vigilância epidemiológica funcional, diga-se de passagem.

Agora que uma nova contaminação foi provada, pode-se esperar uma alta nos registros. Bélgica e Holanda já fizeram anúncios. São Paulo mantém um ambulatório para essas situações.

Resta ainda saber quão frequente é o segundo contágio. Mesmo que o fenômeno se mostre bastante raro, devem-se esperar ocorrências dado que já contamos globalmente com mais de 26 milhões de casos de Covid-19 (que chegam às

centenas de milhões se levarmos em conta a subnotificação).

Não termos visto multidões de asiáticos — os primeiros vitimados pelo vírus — voltando a adoecer é de certa forma tranquilizador, assim como o fato de que a segunda infecção do paciente honguês tenha sido assintomática.

Obviamente, seria preferível que uma infecção por Covid-19, a exemplo do que se dá em moléstias como osarismo, proporcionasse imunidade. Esse nunca se afirmou o cenário mais provável, porém.

Muitos especialistas já apostavam que o Sars-CoV-2 acabaria por se tornar endêmico, a exemplo dos vírus das gripes sazonais e dos resfriados, que os corpos humanos aprenderam a combater.

Do ponto de vista prático, a reinfecção traz algumas implicações. A ideia de passaporte da imunidade, que já andava em baixa, sai ainda mais chamuscada. Quem já teve a doença não pode ser considerado protegido com certeza senão por um período muito fugaz.

Quanto à vacina, fica reforçada a perspectiva de replicação periódica. Pacientes recuperados provavelmente também deverão entrar na fila da imunização, ainda que não como grupo prioritário.



Somos governados pela 4ª série

Gabriela Prioli

SÃO PAULO Nos últimos dias, presenciávamos mais uma da vasta série de agressões do presidente da República aos profissionais de imprensa. Todas elas têm traços comuns. Entre eles, a imaturidade: "cala a boca", "pergunta para a sua mãe", "que vontade de socar a sua boca" e "bunda" aparecem, sem grande surpresa, na sua retórica.

Devo aqui fazer uma ressalva. Nas conversas que antecederam o título desta coluna, fui repreendida pela mãe da Flora, que está na quarta série e educado. Na Presidência da República, é pior do que eu pensava.

Bolsonaro não amadureceu a ponto de perceber que o mundo é maior que ele. Não tem consciência de que a cadeira da Presidência precede e ultrapassa a sua existência. Criança que é, foi conivido pelo Brasil a sentar na mesa dos adultos. Um erro.

Sempre penso nos psicólogos quando falo sobre Bolsonaro. O comportamento infantil pode explicar a construção de uma narrativa alternativa para a própria existên-

tência? Não é fácil ser mediocre. Não sei fazer flexões de braço, mas digo que sou atleta. Alguma coisa deve ser capaz de explicar um presidente mentir que foi inimigo de alguém na luta armada sem nenhum constrangimento. Será que ele acredita nas histórias que ele conta ou será que só acredita em os que o apolium?

A própria imaturidade pode servir como estratégia. Como ressalta o cientista social Marcos Nobre em seu livro "Ponto-final", tratar Bolsonaro como burro ou louco — e aqui eu acrescento, imaturo — "retira de Bolsonaro a responsabilidade por seus atos e palavras" porque "burros e loucos não podem ser responsabilizados pelas burrices e pelas loucuras que cometem". E tentar tirá-la culpa do próprio colecionar no colo alheio" é o método político de Bolsonaro.

Maturidade implica responsabilidade. Adultos pagam suas próprias contas. Aliás, falando em contas, o presidente já respondeu por que sua esposa, Michelle, recebeu R\$ 89 mil de Fabrício Queiroz?

O racismo e a eleição nos EUA

Cristina Serra

BRASÍLIA O entranhado racismo da sociedade norte-americana tem tido grande destaque na campanha eleitoral. A figura de George Floyd, assassinado em maio por um policial branco, pairou sobre a convenção democrata. A escolha da vice de Joe Biden, Kamala Harris, já fora um sinal do impacto do movimento Black Lives Matter.

Esse não é um tema em que o atual presidente, Donald Trump, fique confortável. Seu histórico fala por si. E é aí que as coisas se tornam um pouco mais complexas. Dias atrás, vieram a público as imagens de outro homem negro, Jacob Blake, alvejado por um policial branco com vários tiros nas costas.

Esse inconcebível caso de brutalidade policial contra negros desencadeou nova onda de protestos. Alguns terminaram em ataques e incêndios. Nesses primeiros dias de convenção republicana, Trump e seus apoiadores têm tentado mostrar os democratas como "extremistas", "socialistas", "radicais de esquerda", que vão "roubar" a eleição e "tirar" as ar-

mas dos cidadãos. Particularmente chocante foi a participação, na convenção, de um casal branco que ficou famoso por apontar armas para manifestantes pacíficos, que pediam justiça para Floyd.

O tom da convenção republicana tem sido acentuar divisões na sociedade norte-americana e aqular o ódio e o medo. Isso vai afastar ou atrair eleitores de centro? Uma coisa parece certa: Trump tem conseguido manter sua base coesa.

Já os democratas formaram uma frente que vai da esquerda do partido até republicanos insatisfeitos com o presidente. Não é pouca coisa. Mas não garante vitória. No sistema de votação dos Estados Unidos, nem sempre quem ganha no voto popular leva no colégio eleitoral, esta, sim, a eleição decisiva. Hillary Clinton que o diga.

Nos EUA, o voto não é obrigatório. Por isso, mesmo à frente nas pesquisas, talvez o maior desafio de Joe Biden seja tirar de cada o eleitor que está cansado de tudo da pandemia, do desemprego e da política.

Aborto legal, universal e gratuito

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO O caso da menina de 10 anos vítima de violência sexual e submetida a um aborto aos poucos desaparece das manchetes e das redes sociais. Logo todas as discussões necessárias que envolvem essa tragédia caíram no esquecimento, como de costume. E isso inclui a defesa do aborto legal, universal e gratuito.

Precisamos tornar esse debate uma rotina, como aconteceu com a violência doméstica, negligência durante décadas, mas agora pauta constante do jornalismo e da sociedade. As vozes favoráveis à legalização e irrestrita do aborto têm que falar mais alto. Fica aqui o meu registro.

Faço parte de uma minoria. Apenas 16% dos brasileiros acham que a prática deve ser permitida de acordo com a decisão da mulher, segundo pesquisa global feita pela Ipsos. Isso nos coloca como um dos países que mais se opõem ao procedimento no mundo. Por outro lado, apenas 13% são contra o aborto em qualquer hipótese. Aquela minoria desumana e barulhenta que deu as

caras no episódio do Recife.

A grande maioria é um pouco mais flexível, favorável em casos de risco à vida da gestante ou de estupro. A brecha para a mudança na opinião pública vem do diálogo com esses grupos. É urgente que a legalização esteja na ordem do dia.

O Portal da Câmara registra 574 projetos em que o aborto é mencionado. Só em 2020 são 64, muitos apenas pioram a vida da mulher, com aumento de pena, imprescritibilidade dos "crimes contra a vida", criminalização de profissionais da saúde. De novo passado, o Senado chegou a desengavetar uma PEC que proíba o aborto desde o início da gestação.

Por isso é preciso que políticos progressistas se posicionem e se comprometam com a questão. Mas quem vai encarar o eleitorado com assunto tão impopular? Chega de hipocrisia. A discussão necessária não é sobre aborto legal ou não, mas sobre aborto legal ou clandestino, sobre cuidar da saúde da mulher ou se lixar para ela.

Mudou o clima

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cibrap e professora aposentada da USP. Estreou às quintas

As reações desatinadas de Bolsonaro diante da destruição da floresta amazônica e da fragilização do Ibama e dos instrumentos de monitoramento da área — perpetrados pelo mesmo ministro Ricardo Salles que dá carona ao garimpo ilegal em solo da FAB — e os vexames internacionais do despatuado do colega Ernesto Araújo não produziram apenas odesastres que desejavam. Desencadearam reações que estão mudando os termos do debate no Brasil.

No ano passado, as queimadas alimentaram a crítica no exterior não só de personalidades e organizações da sociedade civil mas de políticos e governantes, como o presidente da França, Emmanuel Macron. Neste ano, um grande fundo global de investimento deu a saber que o compromisso com a sustentabilidade é condição para fazer negócios com o país. De seu lado, a chanceler alemã Angela Merkel alertou que, pela mesma razão, o acordo Mercosul-União Europeia está em perigo.

O alarme externo parece ter dado força a importantes manifestações locais. Já não se trata apenas de proteger nosso patrimônio de florestas e biodiversidade, mas de associar sustentabilidade e crescimento econômico.

Em 2019, o cientista Carlos Nobre lançou proposta 'Amazônia 4.0', fornecendo uma alternativa à exploração predatória da região por meio da bioeconomia de alto conteúdo tecnológico. Agora, impulsionada pelo desafio de recuperação econômica pós-pandemia, a discussão se ampliou. Nessa linha, ex-ministros da Economia e ex-presidentes do Banco Central divulgaram documento intitulado "Convergência pelo Brasil". E presidentes de três grandes bancos comerciais anunciaram um plano para apoiar investimentos sustentáveis na Amazônia.

Ninguém foi mais longe do que o World Resources Institute (WRI-Brasil, com o ambicioso texto "Uma nova economia para uma nova era", fruto da cooperação entre universidades públicas, organizações empresariais e o Ipea. Ali se propõe que a retomada da economia se assente em três pilares: infraestrutura resiliente a catástrofes climáticas; inovação industrial com abordagens e tecnologias verdes; agricultura sustentável. É notável o esforço por gerar alternativas e calcular custos.

Estudiosos de políticas públicas argumentam que grandes mudanças de rumo são sempre muito difíceis. Têm contra si ideias estabelecidas, legados institucionais e inércia burocrática. Nossas conhecidas limitações físicas tampouco favorecem transformações de vulto.

Mas o debate sobre os rumos da recuperação econômica está posto. Não é bom que ignore os desafios da sustentabilidade. Afinal, o clima mudou lá fora e aqui.

mhermtavares@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Reforma administrativa, o encontro marcado

Mais do que a importância fiscal, poderá causar impacto social significativo

Wagner Vargas

Mestre em gestão e políticas públicas (FGV) e pós-graduando do Programa Avançado de Data Science (Insper)

A reforma do Estado brasileiro torna-se o único meio viável para a otimização de recursos públicos, que atenda a atual demanda social, antes de o país voltar a crescer. Isso porque o aumento da despesa pública, decorrente do necessário apoio financeiro aos trabalhadores informais e desempregados, acontece no mesmo instante em que há queda da atividade econômica, responsável por derrubar as receitas governamentais, e sem o menor espaço para aumento de tributos.

O gasto com pessoal já é uma das três maiores despesas do Estado brasileiro: são R\$ 928 bilhões por ano, o que representa 13,7% do PIB. É um desafio para todos os entes federativos, já que, por mais que o custo da folha em âmbitos federal e estadual seja alto, há um possível inchaço da máquina pública em âmbito municipal, onde estão 5,7% dos 11,4 milhões de servidores.

Esses dados estão no estudo "Reforma administrativa: diagnósticos sobre a empregabilidade, o desempenho e a eficiência do setor público", feito pelo Instituto Millerium em parceria com a consultoria de data science Octahedron Data Expertis (ODX), lançado recentemente e que também embasa a "Campanha Destra" —movimento apartidário que conta com a adesão de parlamentares, especialistas em administração e finanças públicas, empresários e sociedade civil em geral, clamando pelo debate urgente de uma reforma administrativa.

Os dados sobre distribuição de recursos e pessoal indicam haver espaço para ganhos de eficiência na máquina pública, como atrelar gratificações a um adequado sistema de avaliações de desempenho,

com maior chance de qualificação, e uma evolução funcional mais alinhada aos resultados; o que só é possível, também, através de metas factíveis. Outra necessidade de latente é o debate sobre as adequações de contingente, mais alinhadas às demandas sociais, para evitar a falta de servidores em áreas sensíveis, conforme vêm alertando os economistas Aminio Fraga e Ana Carla Abrão.

Mais do que a importância fiscal, uma reforma administrativa tem potencial para causar um impacto social significativo —não só por que áreas fundamentais como saúde, segurança, habitação e saneamento recebem cada vez menos atenção e financiamentos, já que a despesa obrigatória (em sua maior parte re-

presentada pelo gasto com pessoal) faz com que o gasto público cresça de forma vegetativa —, mas também porque uma máquina pública mais eficiente entrega mais serviços de qualidade a quem precisa.

O estudo aponta que, entre os anos de 2020 e 2024, 36,24% de todos os servidores do funcionalismo público federal vão se aposentar. Ou seja, 219 mil servidores precisarão ser repostos através de novos concursos, tratando-se, portanto, de uma grande oportunidade para implementar melhorias às regras de recursos humanos da gestão pública que fortaleçam, inclusive, a independência técnica dos servidores.

Outro ponto relevante é que parece haver disposição e espaço político para o debate. Os senadores Antonio Anastasia (PSD-MG) e Kátia Abreu (PP-TO), além do deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, têm dado declarações públicas favoráveis à discussão do tema neste momento. Ademais, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem enfatizado que a discussão de uma reforma administrativa neste momento não representaria desentendimentos em relação à agenda de outras matérias ou PECs em pauta nas duas Casas.

Enfim, podemos afirmar que políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas são mais prováveis com a existência de um arcabouço de incentivos à produtividade. É que tais incentivos podem contribuir significativamente para a promoção da igualdade de oportunidades e para a diminuição da pobreza, alíneas de fundamental importância para uma nação que deseja caminhar rumo ao desenvolvimento.

[...]

Dados sobre distribuição de recursos e pessoal indicam haver espaço para ganhos de eficiência na máquina pública, como atrelar gratificações a um adequado sistema de avaliações de desempenho, com maior chance de qualificação, e uma evolução funcional mais alinhada aos resultados

O Ministério Público e a investigação

Procedimento é pautado por legalidade, efetividade e transparência

Mário Luiz Sarrubbo e Arnaldo Hossepian Junior

Procurador-geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo

Subprocurador-geral de Justiça Institucional do MP-SP

Embora entendimento acadêmico em contrário, o que, por óbvio, há de se respeitar, o certo é que a atribuição de poder de investigar por parte do Ministério Público é algo que emerge da Constituição Federal de forma inequívoca, como se pode constatar com a simples leitura dos dispositivos pertinentes, aqueles fixados no seu artigo 129, incisos I, II, VI, VII e IX.

Anote-se, por oportuno, que essa compreensão já foi escrutinada pelo Supremo Tribunal Federal. Em decisão plenária no dia 15 de maio de 2015, quando do julgamento do recurso extraordinário nº 593.727, a corte entendeu que o Ministério Público tem competência constitucional para promover investigação de natureza penal. E a tese vencedora se consolidou, por maioria de votos (apenas um contrário).

Fixado o entendimento, houve a necessidade de se reger esse procedimento investigatório. E, tão logo a decisão do STF foi tomada, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) —instituição republicana introduzida no ordenamento jurídico-constitucional por intermédio da emenda constitucional 45, promulgada em dezembro de 2004— se debruçou sobre o tema.

O CNMP é um avanço no aperfeiçoamento da transparência da instituição Ministério Público, possibilitando a correção de distorções, inclusive no exame de falhas disciplinares praticadas por seus integrantes.

O colegiado é composto por advogados, magistrados e membros do Ministério Público, bem como por representantes das casas legislativas, Câmara e Senado, o que obriga adoção de medidas que representem a síntese do que pensa o sistema de justiça, uma vez que tudo é votado em plenário.

E os estudos realizados pelo CNMP, no que concerne ao poder de investigação por parte do Ministério Público, resultou na votação e aprovação da resolução nº 181, de 7 de ago-

sto de 2017, com as alterações promovidas por outras duas (números 183/18 e 201/19).

Com efeito, as resoluções promulgadas pelo plenário do CNMP consagram comandos imperativos da Constituição Federal, obrigando a sua observância por todos os integrantes da instituição.

Portanto, o Ministério Público brasileiro caminha sempre pela legalidade, com transparência. O Estado democrático de Direito não é anseio de alguns. É de todos! E o Ministério Público, que tem como missão constitucional, também, a defesa do regime democrático, atua neste cenário. De forma técnica, efetiva e transparente, mesmo quando combate o crime, pouco importando as condições sociais e econômicas das pessoas que insistem em desrespeitarem as regras para um saudável convívio em sociedade.

O Ministério Público, por intermédio de seus membros, também erra, pois são seres humanos. E, quando alguns erram, devem responder pelos erros e suportar as punições cabíveis. Porém, a instituição é maior que cada um dos seus integrantes. Tem serviços relevantes prestados ao país e continua combatendo o bom combate. O que não é favor algum aos brasileiros. E obrigação. É o que a população espera: sobretudo num país em que o conceito de cidadania ainda é algo incipiente.

Olhemos a floresta e não apenas algumas poucas árvores!

[...]

O Ministério Público, por intermédio de seus membros, também erra, pois são seres humanos. E, quando alguns erram, devem responder pelos erros e suportar as punições cabíveis. (...) É o que a população espera: sobretudo num país em que o conceito de cidadania ainda é algo incipiente

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Caras leitoras: Barão de Limeira, 421, São Paulo, CEP 1202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA



Márcia Bergamo/Folhapress

TAPA NA CARA

Significativa e bela a foto de ontem na capa, como um presépio. É um tapa na nossa cara. Na cidade mais rica, um quadro que se vê em todo o país e revela toda a nossa insensibilidade. Abel Fonseca Martins (Brasília)

Indecência

"Com todo o respeito, não tem uma pergunta decente para fazer? Pelo amor de Deus". Eis a resposta pergunta de Bolsonaro ao repórter que o questionou sobre os depósitos de Fabrício Queiroz na conta de sua mulher. O próprio Bolsonaro, num rasgo de sinceridade e numa confissão tácita das falcatruas, acaba de reconhecer a indecência das picaretagens que envolvem toda a sua família —ou organização criminosa familiar, como se queira. Carlos Alberto Belozzi (São Paulo, SP)

Bolsonaro sempre foi um deputado insignificante. Nunca presidiu uma comissão, não tinha menor influência política no Congresso nem sequer conseguia aprovar algum projeto. Mesmo assim, ele e os filhos compraram vários imóveis (pagando em espécie), fizeram um esquema grande e bem organizado de desvio de verbas públicas e precisaram inclusive abrir uma franquia para lavar dinheiro. Agora imaginem o que eles fazem com o Orçamento e a força política do cargo de presidente. Pedro Farias Braga (Rio de Janeiro, RJ)

Todo repórter deve fazer uma pergunta ao homem que apregoou representar o Exército no governo e ser o mais probo do Brasil: "Senhor presidente, por que o Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta da sua senhora?". O presidente deve essa resposta ao país e aos seus eleitores. Claudio L. Rocha (São Paulo, SP)

É esse o presidente "paz e amor"? É esse o adepto à guerra e ao ódio? Mostrou-se um canastrão quando atuava em tom conciliador. Quem acredita? E a indignação do ministro da Comunicação? Que patético! A propósito, aguardo a resposta do presidente sobre sua mulher ter recebido R\$ 89 mil de Queiroz. Leny Manzatti Rodrigues (São Paulo, SP)

Dadas as últimas notícias, eu vou fazer uma pergunta que ninguém fez ainda: presidente, por que o Queiroz fez depósitos de R\$ 89 mil na conta da Michelle? Geraldo da Silva (Salvador, BA)

Na posse de Bolsonaro, em quem tive a infelicidade de votar, encantei-me com a beleza serena, a simplicidade e a credibilidade de Michelle. Hoje, decepcionado, concluo que a primeira-dama é mais do mesmo, cúmplice de seu marido. Maurílio Polizello Júnior (Ribeirão Preto, SP)

Por que Fabrício Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta da Michelle Bolsonaro? Etel Frota (Curitiba, PR)

Letra

Parabéns à professora Luciana Souza Martins Bueno pela iniciativa de promover entre os seus alunos leitura de textos da atualidade ("Atividade em aula de português rende dica para a quarentena", Folha Corrida, 26/8). E, a esses alunos antenados, muito obrigada pelas dicas! Adorei todas as sugestões, mas, principalmente, a forma interessante e instigante como elas foram escritas. Mariana Barontini Sasso (Mirassol, SP)

Desconfiança

"Não posso tirar de pobres para dar a paupérrimos", diz Bolsonaro (Mercado, 26/8). A minha total desconfiança em relação a políticos do naipe do presidente Jair Bolsonaro —e a tantos outros— me leva a supor que essa fala do presidente não passa de um mero jogo de cena. Ele está querendo vender a imagem de paladino da pobreza. Mas não é nem nunca será. A grande maioria da elite do andar de cima está toda com ele, para o que der e vier. Mauro Tadeu Almeida Moraes (São Paulo, SP)

Queiroz em casa

"Presidente do STF diz que concederia de novo prisão domiciliar para Fabrício Queiroz" (Painel, 26/8). Eu concordo com o ministro do Superior Tribunal de Justiça, sobretudo quando ele afirma que na imprensa existem alguns moleques. Está aí a prova de que a nossa imprensa está impropriadamente de meques. Em sua grande maioria, esquerdistas raivosos. Com a palavra, a esquerda do cargo de presidente. Edvaldo Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

Numa coisa o presidente do Superior Tribunal de Justiça tem razão. Se todos os que praticaram e/ou praticam o esquema das rachadinhas fossem investigados, suspeito que faltaria gente para dar conta do trabalho. Mas ninguém mandou essa família sair das sombras do baixo clero para vitar uma família presidencial. Saulo Camargo (São Paulo, SP)

Aborto

A Frente de Médicas de Família e Comunidade Feministas reconhece a importância do espaço na seção Tendências / Debates para este tema essencial para o Brasil: a descriminalização do aborto ("Silêncio, impunidade e permissão à violação sexual", 26/8). Enquanto a nossa sociedade não encarar esse assunto com a seriedade e a maturidade que ele merece, vamos continuar matando mulheres —principalmente as mais vulneráveis, ou seja, pretas e pobres. Resaltamos que este tema não pode aparecer no debate público apenas de tempos em tempos. Sem o avanço progressista nesta pauta, continuaremos sem alcançar um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável relacionado à saúde e ao combate à mortalidade materna. Julia Horita Moherdau (Rio de Janeiro, RJ)

Integralismo

Importante o lançamento do livro "Fascismo à Brasileira" ("Livro explica integralismo e mostra marcas do movimento na direita atual", Poder, 26/8). Importante para que as gerações atuais entendam a raiz fascista instalada no presente governo deste nosso país. Ainda criança assisti, horrorizado, a marchas de hordas integralistas portando tochas acesas pelas ruas da minha cidade. O partido emulado daquele de Benito Mussolini reinou no Brasil até mesmo em órgãos governamentais. Como se vê na foto da reportagem, moedas continham o símbolo do partido, o sigma, letra grega. E Plínio Salgado usava o mesmo conceito que hoje usa Bolsonaro: "Deus, pátria e família". Moisés Epiguel (Campinas, SP)

poder

PAINEL | **Camila Mattoso**
painei@grupofolha.com.br

Gasolina

Auxiliares de Jair Bolsonaro relataram ao presidente a percepção de que a desavença entre os ministros Rogério Marinho e Paulo Guedes segue viva e que Marinho torce e trabalha pela saída do colega do governo. A leitura é que Marinho é responsável por apontar defeitos nos atos de Guedes, tendo colaborado para a proposta do Renda Brasil ser rejeitada. Em uma frase que contrasta com seu estilo, Bolsonaro declarou ser contra tirar dos pobres para dar aos paupérrimos.

ÓLEO QUENTE Os auxiliares que falaram com Bolsonaro levaram a versão de que Marinho tem criticado Guedes nos bastidores e que isso tem atrapalhado o governo. De acordo com essas informações, o titular da pasta do Desenvolvimento Regional tem sustentado o que o ministro da Economia não é insubstituível.

SEM TEMPO, IRMÃO A colega, Marinho tem negado qualquer tipo de ação contra Guedes, com o argumento de que o ministério tem lhe demandado muito e que não sobra tempo para intrigas.

VELHO Ex-ministro no governo FHC, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros diz que Guedes deve adaptar a narrativa liberal ao novo desenho político de Bolsonaro. "O presidente, por necessidade, deu um cavalo de pau na política e a narrativa liberal radical lá do início perdeu força e sentido. Ela envelheceu na medida em que o governo mudou seu eixo político", diz.

CAMALEÃO "Paulo Guedes criou a expectativa de uma revolução liberal que nunca teve condições de fazer. A gente olhava e admirava quem conhece os limites da política sabe disso", afirma Mendonça de Barros. "O [Pedro] Malan também queria um outro Brasil, mas fez o que foi possível e a gente melhorou muito".

LUZ O ex-ministro diz que há temas de Guedes que se encaixam no novo momento, como a lei do gás e a independência do Banco Central. "Agora essa história do financiamento do Renda Brasil é um desastre. Acharam que ninguém ia perceber que estão tirando dos pobres?"

ANTES A extinção do abono salarial, um dos pontos de desacordo de Bolsonaro em relação ao pacote apresentado por Guedes, já foi defendida pelo presidente. No ano passado, Bolsonaro endossou a ideia, inserida na proposta de reforma da Previdência. A mudança caiu por resistência do Congresso.

TIROTEIO

“Os milicos querem ganhar um satélite para brincar. Eis o que significa um governo militar — mas não só”

De Cláudio Couto, cientista político e professor da FGV, sobre investimento de R\$ 145 milhões da Defesa em compra de satélite

com Mariana Carneiro, Guilherme Seto e Nathalia Garcia

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ***
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Atendimento ao assinante
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9900
Assine a Folha
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Jornal Filado ao IVC

Circulação paga ao quinto de jul.2020, impresso mais digitais (IVC)
Página visitada no site da Folha em jul.2020 (Google Analytics)
Visitantes únicos no site da Folha em jul.2020 (Google Analytics)

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária		Carga tributária 3,65%	
MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO
R\$ 685	R\$ 858	R\$ 1.089	R\$ 1.177
Outros estados		R\$ 1.460	
Venda avulsa		Carga tributária 3,65%	
MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO
R\$ 5 (vrg. a vrg.)	R\$ 5,50	R\$ 6	R\$ 9,25
R\$ 7 (domingo)	R\$ 8	R\$ 8,50	R\$ 11
Outros estados		R\$ 10	
		R\$ 11,50	

Passível de ser burlada, cota para negros pode ser debatida no Congresso

Decisão precisará ainda ser regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas Câmara dos Deputados e Senado podem se antecipar

Ranier Bragon, Marcelo Rocha e Gêssica Brandino

BRASÍLIA E SÃO PAULO A decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de estabelecer uma cota de financiamento eleitoral mínima para candidatos e candidatas negras, a partir das eleições de 2022, deixou em aberto como essa medida se dará na prática, além de despertar no meio político e jurídico discussões sobre hipóteses de burla, não só fora da lei, mas usando inclusive mecanismos legais.

Na terça-feira (25), o tribunal aprovou a obrigação, a partir de 2022, de que os partidos destinem recursos do fundo público de campanha e o espaço da propaganda eleitoral de maneira proporcional à quantidade de candidatos negros e brancos, uma tentativa de equilibrar a balança hoje claramente favorável aos brancos.

Mesmo com pretos e pardos sendo 56% da população nacional, os partidos resistem a formar chapas nessa proporção e lançam na disputa de cargos de relevância.

Minoria entre os candidatos, os negros figuram, menos ainda, entre os eleitos — em 2018, por exemplo, só 3 dos 27 governadores eleitos se declaram pardos. Do mesmo modo, nas eleições municipais de 2016, só 4 dos 26 prefeitos de capital vitoriosos se declaram pardos (nenhum se diz preto).

Vários estados apontam que entre as principais razões de negros e negras terem desempenho pior do que brancos nas urnas está a falta de estrutura e de recursos de campanha oferecidos pelos partidos. Na terça, o TSE afirmou que a entrada em vigor da medida deve ser precedida de resolução do tribunal estabelecendo o detalhamento das regras de seu funcionamento, o que terá de incluir mecanismos para evitar burlas já cogitadas pelos próprios ministros.

Um exemplo foi citado pelo ministro Luiz Roberto Barroso, relator do caso. Ele havia votado inicialmente para que a repartição dos recursos públicos bilionários do fundo de campanha — que neste ano somam R\$ 2,035 bilhões — fosse feita na proporção dos candidatos brancos e negros lançados pelos partidos.

O ministro Alexandre de Moraes votou para que fosse usada a proporção de candidatos negros e brancos que cada partido lançou nas eleições de 2016, como forma de evitar que, agora, siglas evitassem escolher candidatos negros, o que desvirtuaria o

sentido da decisão.

O ministro Og Fernandes argumentou que, mesmo assim, o problema persistiria. Isso porque há exemplos como o do Novo, que em 2016 teve apenas 10% de pardos e pretos entre seus candidatos. Ou seja, nesse caso, o partido ficaria livre para continuar direcionando quase a totalidade de seus recursos para candidatos brancos.

Entre a lista de possíveis burlas à medida está o fato de que tanto nas pesquisas censitárias do IBGE como no registro de candidaturas da Justiça Eleitoral a raça ou a cor é declarada pela própria pessoa. Ou seja, cabe ao candidato assinalar se é branco, preto, pardo, indígena ou amarelo.

No julgamento, os ministros do TSE afirmaram que esse é um dos pontos mais relevantes sobre o tema. Alexandre de Moraes disse que a auto-declaração em sistemas de dados já foi uma questão enfrentada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), mas ainda gera dificuldades, seja em vestibulares ou em concursos públicos.

Roberto Barroso concordou e disse que a questão é das mais relevantes porque ninguém quer interferir na autodeterminação das pessoas, em como elas se percebem.

"Ninguém aqui quer, por outro lado, cancelar fraudes que ocorrem em muitas situações nos casos que envolvem cotas", afirmou o presidente do TSE, sem, no entanto, apontar algum possível encaminhamento.

Outras possíveis burlas foram apontadas pelos ministros e também pelo meio político, como a concentração de verbos em um único ou poucos candidatos negros, já que a cota é de financiamento, não de vagas, as doações entre candidatos — negros poderiam repassar parte de sua cota para brancos — e o já conhecido esquema de laranjas, que é o desvio escamoteado e ilegal, para candidatos homens, da cota de recursos (30%) destinada às candidatas mulheres.

Apesar de o TSE ter manifestado a intenção de editar uma resolução para estabelecer as regras, políticos e integrantes do meio jurídico afirmam que o Congresso pode se antecipar e aprovar uma lei definindo esses critérios.

O que abre nova frente de ameaça à intenção de mitigar a desigualdade racial nas eleições, já que caciques partidários são tradicionalmente refratários a engessar as regras de manejo dos bilionários

“Ninguém aqui quer cancelar fraudes que ocorrem em muitas situações nos casos que envolvem cotas”

Roberto Barroso no julgamento do TSE

“Os partidos que não quiserem incluir pessoas negras vão usar todos os subterfúgios possíveis. Cabe ao TSE ficar ainda mais atento”

Luciana Ramos, pesquisadora da FGV Direito

os recursos públicos a que as siglas têm direito.

Reservadamente, alguns disseram ter visto, na decisão do TSE, uma interferência indevida na responsabilidade de legislar do Parlamento.

Caso o Congresso resolva assumir para si a responsabilidade de regulamentar o tema, terá até o início de outubro do ano que vem, um ano antes das eleições gerais, para decidir a questão.

"Imagino que o Congresso vote alguma proposta", afirmou o deputado federal Orlando Silva (PC do B), um dos poucos pré-candidatos negros a uma prefeitura de capital (São Paulo).

A advogada Isabel Mora, coordenadora de grupo de trabalho sobre o tema na Abrade (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), afirmou que o resultado do julgamento representa ganho social e político. "Visibilidade e recursos financeiros são elementos fundamentais para gerar resultado eleitoral".

Segundo a advogada, o Congresso tem oportunidade de dar continuidade ao debate, ainda que sob o risco de que retrocessos ocorram.

"É do jogo, mas o Congresso Nacional não pode negar as necessidades da sociedade", disse Isabel, destacando que eventuais medidas em oposição ao que foi decidido pelo TSE podem levar o tema ao STF, onde atuam três dos ministros que participaram do julgamento da terça.

Caso o Congresso não aprove regulamentação a tempo, o TSE deixou claro que irá baixar uma resolução com as regras, que devem esclarecer algumas das dúvidas em vigor hoje, sobre se a proporcionalidade no financiamento será compartilhada para cada cargo em disputa ou se será calculada com base no pacote geral de candidatos das siglas.

Ao definir a distribuição na proporcionalidade de candidatos negros e brancos, resta ainda a dúvida sobre se isso também representa um teto para os gastos com negros. Ou seja, se poderia haver para pretos e pardos gasto maior do que a proporcionalidade de candidatos. Em seu voto, Barroso indicou que a proporcionalidade pode ser rompida, desde que em favor dos candidatos pretos e pardos.

"Os partidos que não quiserem incluir pessoas negras vão usar todos os subterfúgios possíveis. Cabe ao TSE ficar ainda mais atento", afirma a pesquisadora e professora Luciana Ramos, da FGV Direito.



Fila para votação em seção eleitoral da zona este paulistana no primeiro turno de 2018. Diego Padgurski - Zout18/UOL

mercado **coronavírus**

O presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido) durante visita a usina em Ipatinga (MG) Marcos Condi/Divulgação Presidência da República

Em processo de fritura, Guedes quer escalonar pagamentos do Renda Brasil

Após crítica de Bolsonaro, pasta prepara proposta com pagamentos iniciais de R\$ 220 ou R\$ 230

Bernardo Caram, Daniel Carvalho e Fábio Pupo

BRASÍLIA Após crítica pública do presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou a interlocutores que pretende permanecer no cargo e vai finalizar uma proposta alternativa para o Renda Brasil, programa elaborado pelo governo para substituir o Bolsa Família.

A equipe de Guedes prepara um modelo no qual o novo benefício começaria a ser pago no ano que vem, podendo partir de R\$ 220 ou R\$ 230. O valor é próximo aos R\$ 190 pagos hoje pelo Bolsa Família e inferior ao desejado por Bolsonaro, que pressiona por parcelas de ao menos R\$ 300.

Como não há consenso no governo sobre os programas que seriam extintos para custear o Renda Brasil, o novo desenho de Guedes prevê que o programa comece a rodar em valor menor e os pagamentos seriam ampliados com o tempo. Isso dependeria de decisões futuras do governo e do Congresso Nacional sobre a extinção de outras ações.

Nesta quarta-feira (26), Bolsonaro disse que suspendeu a apresentação do programa social. "A proposta, como a equipe econômica apareceu para mim, não será enviada ao Parlamento, não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos", afirmou durante cerimônia em Ipatinga (MG).

A crítica foi vista no Planalto como uma tentativa de transferir ao ministro o desgaste de uma inevitável redução do au-

xílio aos mais pobres.

A colegas de ministério, Guedes reclamou da declaração, mas disse que faz parte do papel político exercido por Bolsonaro. Segundo relatores, ele ponderou que o presidente viu o efeito da afirmação, com forte turbulência no mercado e disparada do dólar.

Nos bastidores, o ministro também avalia que episódios desse tipo acabam construindo uma imagem de que o presidente é bonzinho e busca um benefício mais alto, enquanto o ministro fica como o vilão que corta benefícios. Guedes tem sido constantemente alvo de ministros das alas política e militar do governo, que ficam no entorno do presidente e pressionam por ampliação de gastos públicos.

Em meio a especulações de que Guedes teria pedido demissão, o Ministério da Economia teve de soltar comunicado para desmentir o boato e afirmar que ele segue trabalhando normalmente.

O vice-presidente, Hamilton Mourão, saiu em defesa do ministro. "O Paulo Guedes tem a resiliência necessária. Essa discussão [do Renda Brasil] está sendo feita dentro do governo", disse. "O Paulo Guedes está firme", afirmou.

Com a fritura criada por Bolsonaro, voltou a circular o nome do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, como possível sucessor.

Um auxiliar da família Bolsonaro disse que o nome de Campos Neto é ventilado desde a primeira crise entre o presidente e o ministro da Econo-

mia. Pessoas próximas ao chefe do BC afirmam, no entanto, que ele também poderia deixar o cargo em uma eventual demissão de Guedes.

A avaliação é de que Bolsonaro testa até onde Guedes aguenta a fritura, mas que o mais importante é encontrar alguém para apontar o dedo quando tiver de acabar com o auxílio emergencial de R\$ 600, um dos principais fatores para a alta de sua popularidade.

Bolsonaro, então, conduz um jogo de morde e assopra. Na noite de terça (25), em evento com donos de bares e restaurantes, ele referiu-se à equipe econômica como maravilhosa. Menos de 24 horas depois, levou a público o embate sobre o Renda Brasil.

Um dos pontos criticados pelo presidente é o fim do abono salarial, uma espécie de 14º salário pago a quem ganha até dois salários mínimos.

“A proposta, como a equipe econômica apareceu para mim, não será enviada ao Parlamento, não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos

Jair Bolsonaro sobre a proposta do Ministério da Economia para o Renda Brasil

“Não podemos tirar isso de 12 milhões de pessoas para dar para um Bolsa Família ou um Renda Brasil, seja lá o que for o nome”, disse o presidente.

Em reunião na terça Bolsonaro recebeu opções para o Renda Brasil e rejeitou a extinção do abono, que seria um dos programas sacrificados pela equipe econômica para reforçar o Renda Brasil. O custo anual é de R\$ 18 bilhões.

Os cálculos da equipe econômica consideram que o Renda Brasil poderia chegar a R\$ 270 com a extinção de 27 programas ou benefícios existentes. Se a medida incluisse o fim das deduções do Imposto de Renda, o benefício poderia superar R\$ 300.

Como vetou Bolsonaro, no entanto, as contas descem para um patamar entre R\$ 220 e R\$ 230, considerando a extinção de programas menores.

A partir desse cenário base, que Guedes passou a chamar de "Renda Brasil sustentável", o Congresso poderia debater quais outros programas poderiam ser eliminados para a ampliação das parcelas.

O modelo teria sido aceito por Bolsonaro, que deu alguns dias para que a equipe econômica faça as contas e apresente uma proposta final. Segundo membros do ministério, o recado sobre não tirar recursos de pobres para dar a paupérrimos foi recebido, e serão analisadas alternativas. O desafio é encontrar espaço dentro do teto de gastos.

A opção em debate é a redução das despesas obrigatórias por meio de uma PEC (propos-

ta de emenda à Constituição) que trana no Congresso e retira amarras do Orçamento. Mesmo assim, isso pode não abrir espaço para os recursos demandados.

Guedes diz acreditar que o anúncio do Renda Brasil pode ser feito nos próximos dias e estuda uma transição para este ano. Ele defende que o valor do auxílio emergencial caia gradualmente até atingir o patamar do Renda Brasil. Assim, seria possível ligar os dois programas.

Na terça, Bolsonaro afirmou que o auxílio emergencial será mantido até o fim do ano, mas em valor menor. "Acreditamos que teremos mais um endividamento, não na ordem de R\$ 50 bilhões por mês, como este auxílio emergencial no momento, de R\$ 600, mas diminuir um pouco este valor para ver se a economia pega", disse o presidente.

Desde domingo (23) a página do presidente no Facebook foi inundada por publicações como "Não vamos desistir! Não aceitamos a redução do auxílio emergencial! Se reduzirem nosso auxílio emergencial, daremos o troco nas urnas!" e "Esse é o pedido de milhões de brasileiros! Prorrogar com R\$ 600 até dezembro, neste momento, é um ato de humanidade, não político!".

A suspensão da proposta do Renda Brasil ganhou apoio de líderes do Senado que tradicionalmente são opositores das ideias do governo. Entre eles, Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A senadora é contra a extinção de programas sociais em prol de um único auxílio.

"Só justificaria discutir uma unificação de programas sociais se ao mesmo tempo aumentasse para R\$ 300 o Renda Brasil e também pedisse uma cota de sacrifício para a cota A e B", disse Tebet.

Colaboraram Larissa Garcia, Gustavo Uribe e Ira Lenos

Maia acusa pasta de vazar proposta sem consultar presidente

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), apoiou nesta quarta-feira (26) a decisão de Jair Bolsonaro (sem partido) de recusar a proposta da equipe econômica para o Renda Brasil e acusou o time do ministro Paulo Guedes de vazar a proposta antes de consultar o presidente.

Maia, que participou de um café da manhã com Bolsonaro nesta quarta, fez as declarações antes do início da sessão no Congresso.

No encontro, segundo o deputado, ambos traíram a dificuldade de prorrogar o auxílio emergencial no valor atual.

Para o presidente da Câmara dos Deputados, "a equipe econômica vazou antes da reunião com o presidente qual era a sua ideia" e "de forma pública também o presidente anunciou que, por enquanto, a matéria está suspensa".

O episódio, disse Maia, passou a impressão de que a equipe de Guedes já tinha resolvido a questão com Bolsonaro. "O que eu acho que tem problema é se ficar discutindo e avançando ideias que ainda não estão consolidadas e autorizadas pelo presidente".

Procurado, o Ministério da Economia disse que não vai se manifestar o caso.

Maia lembrou que o Bolsa Família, programa social que o Renda Brasil quer substituir, custa cerca de R\$ 25 bilhões ao ano. "Vai ter que se encontrar um programa que atinja mais famílias e que se amplie o valor de R\$ 180 na média para R\$ 250 ou R\$ 300, que é isso que o governo está dizendo que vai encaminhar para cá", disse. Foram reservados R\$ 32,5 bilhões para investimento no Bolsa Família no Orçamento de 2022.

Maia avaliou que alguns programas, como o abono salarial e seguro-desemprego, não são fáceis de acabar e defendeu que se busque caminhos. "Eu concordo com os técnicos e com o Ricardo Paes de Barros [um dos idealizadores do Bolsa Família] de que o abono salarial está mal alocado, está beneficiando quem não precisa", disse Maia, que criticou ainda subsídios tributários que geram distorções e não beneficiam os mais pobres.

A extinção de outros programas, como o seguro-desemprego, pago a pescadores durante período em que a pesca é proibida por questões ambientais, teriam mais resistência no Congresso. "Mas faz sentido se os beneficiários venham para dentro do programa", afirmou Maia.

Dólar sobe e Bolsa cai após divergências sobre programa social

Júlia Moura

SÃO PAULO Nesta quarta-feira (26), a Bolsa de Valores brasileira chegou a cair 2,7%, após Jair Bolsonaro (sem partido) dizer que recusou a proposta enviada pela sua equipe econômica do Renda Brasil.

"A proposta que apareceu pra mim não será enviada ao parlamento. Não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos", disse o presidente.

O Ibovespa, porém, amenizou a queda para 1,45% no fechamento, a 100.627 pontos. O dólar subiu 1,6%, a R\$ 5,617, maior valor desde maio, após superar R\$ 5,63 durante o pre-

ço. O turismo está a R\$ 5,91.

A melhora no mercado veio após o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), dizer que nenhum projeto que desrespeite o teto de gastos será votado na Casa e depois do Ministério da Economia negar a saída do ministro Paulo Guedes do governo.

Na última segunda (24), Guedes avisou Bolsonaro que o novo programa social do governo só terá benefício médio superior a R\$ 300 se as deduções do IR (Imposto de Renda) da pessoa física forem extintas.

Para a reformulação do Bolsa Família, que passará a se chamar Renda Brasil, Guedes

apresentou propostas de parcelas entre R\$ 240 e R\$ 270, a depender do desenho da assistência e da extinção de outros programas. Bolsonaro pressiona para que o valor chegue a pelo menos R\$ 300.

Para o mercado, a divergência entre Guedes e Bolsonaro apresenta um risco à situação fiscal do país, com a possibilidade de um benefício mais custoso aos cofres públicos, e à permanência do ministro no governo.

"Estamos observando bastante divergência entre o programa que foi proposto no início do governo e o que está sendo executado. Discor-

dâncias entre o ministro e o presidente têm se tornando uma constante e inviabilizam a manutenção do teto de gastos. A depender do desenrolar dessa situação, e sem a possibilidade de Guedes executar as medidas de ajuste fiscal, a sua saída se torna bastante provável", diz Igor Cavaca, analista da Warren.

Os juros futuros também subiram com o temor dos investidores com relação ao teto de gastos. Os juros de dois anos foram de 3,68% para 3,80%.

"Acho que Guedes fica no governo se tiver o mínimo de apoio. O cara é durão, mas estão todos jogando contra,

principalmente Bolsonaro que está quase virando Lula. Ou o presidente apoia incondicionalmente o trabalho do ministro ou ele perde o Guedes", diz Rodrigo Marcatti, presidente da Veehda.

Já Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos, vê a permanência de Guedes no comando da Economia. "Não é todo ruído político que significa a saída dele, é muito mais especulação do que fato concreto".

Na sessão, o risco-país brasileiro medido pelo CDS (Credit Default Swap) de cinco anos subiu 3,8%, a 223 pontos.

O CDS funciona como um

termômetro informal da confiança dos investidores em relação a economias. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país, se ele cai, o recado é o inverso: sinaliza aumento da confiança em relação à capacidade de o país saldar suas dívidas.

Em Nova York, Dow Jones subiu 0,3% e S&P 500 e Nasdaq renovaram a máxima pontuação histórica, com altas de 1% e 1,7%, respectivamente.

O índice FTSE All World, que mede o desempenho do mercado acionário global, também bateu recorde, com alta de 0,9%, a 385 pontos.

coronavírus mercado

Senado rejeita adiar Lei de Proteção de Dados para dezembro

Govto queria mais tempo para que a regra vigorasse, mas o pedido foi retirado da proposta por Alcolumbre

Iara Lemos e Paula Soprana

BRASÍLIA E SÃO PAULO O Senado rejeitou, nesta quarta-feira (26), o adiamento da Lei de Proteção de Dados (Lei Geral de Proteção de Dados). A decisão é uma derrota do governo Jair Bolsonaro (sem partido) na Casa.

Nas terça (25), a Câmara havia votado por adiar o início da vigência das regras para o último dia do ano. A MP (medida provisória) apresentada pelo governo vencia nesta quarta e as mudanças foram debatidas pelos senadores.

O governo queria mais tempo para que a lei vigorasse, mas o pedido foi retirado da proposta pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A medida será encaminhada para sanção. Se receber aval do presidente, se entra em vigor, segundo a secretaria-geral da Mesa do Senado.

A lei traz regras para o tratamento de dados online e offline de pessoas jurídicas e físicas pelos setores públicos e privado. Ela excluiu o uso de dados realizados para fins jornalísticos, artísticos, acadêmicos, de segurança pública e defesa nacional.

Quando a lei entrar em vigor, usuários poderão solicitar acesso a seus dados, além de pedirem que informações sejam corrigidas ou excluídas. Informações sensíveis como posição política, opção religiosa e vida sexual terão tratamento mais rigoroso.

O argumento para o adiamento da lei é que a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) — responsável por orientar e fiscalizar o tema — ainda não havia sido criada, e que os casos das empresas vão sofrer impacto direto na crise do Covid-19, tendo dificuldades para se adaptar à legislação aprovada em 2018.

Na noite desta quarta, horas depois da decisão do Senado, a Secretaria-Geral da Presidência da República anunciou que um decreto,

a ser publicado no DOU (Diário Oficial da União) desta quinta, irá tratar da estrutura do órgão. A medida, segundo a pasta, visa cumprir e dar efetividade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

O decreto determina o remanejamento de 16 cargos em comissão e 20 funções comissionadas do Executivo da Secretaria de Gestão para a ANPD. O órgão será vinculado à Presidência da República. O órgão será formado por um conselho diretor de cinco pessoas, a serem indicadas pelo presidente Bolsonaro, e por um conselho consultivo, de 23 integrantes. Eles representarão setores privado e público. Comitê Gestor da Internet e terceiro setor.

Caberá à autoridade orientar sobre a adequação da lei e determinar diretrizes específicas para o tratamento de dados no Brasil. A ANPD também ficará responsável pela fiscalização e imposição de multas, que podem chegar a 2% do faturamento no último exercício, limitada a R\$50 milhões por infração.

A autoridade é um elemento central para a implementação da lei, inspirada no GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia), em vigor desde 2018.

A lei brasileira foi aprovada no governo do ex-presidente Michel Temer há dois anos, e sua vigência estava prevista para maio, mas o governo adiou a medida. O debate legislativo sobre a norma brasileira existe desde 2010.

O texto aprovado no Congresso nesta semana estava em mediação provisória que aguardava a operacionalização do pagamento do benefício emergencial. A inclusão de artigo sobre a LGPD, em abril, foi considerado um "jabuti em árvore", quando não temrelação com o tema principal da medida.

Relatado pelo líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), o relatório previa o adiamento da

validade da LGPD "em consequência de uma possível incapacidade de parcela da sociedade em razão de impactos econômicos e sociais da crise provocada pela pandemia".

A mudança pedia a prorrogação para 31 de dezembro deste ano e foi costurada na Câmara após acordo do governo com o apoio do centrão. No Senado, contudo, a base bolsonarista não conseguiu manter o acordo.

Por meio de um pedido do líder do MDB na Casa, Eduardo Braga (AM), acompanhado de outros líderes do PP, DEM, PT e Cidadania, todo o trecho da medida foi provisoriamente retirado do projeto.

Os líderes partidários alegaram que a Casa já havia deliberado a matéria neste ano. Segundo reforçaram os senadores, na ocasião, a Casa entendeu que a vigência da lei não deveria ser novamente prorrogada.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), justificou que o governo precisava de mais tempo por que ainda não conseguiu criar a ANPD. A reclamação foi rechaçada por Alcolumbre.

"O problema não é o tempo, é a criação da autoridade", afirmou. "Se ele [Exercutivo] falhou na criação dessa autoridade, não cabe ao Senado decidir com base em aguardar o momento adequado para que o governo ache adequado criar essa autoridade".

Diante da derrota do governo, o relator da proposta no Senado, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que a demora na criação da ANPD também se deu por causa da pandemia. "Seria impossível, nos últimos quatro meses, fazer diferente, já que não temos comissão permanente funcionando, principalmente para análise com voto secreto".

Considerada uma reviravolt

ta, a rejeição do adiamento surpreendeu empresas, que consideravam o risco de não passar a valer, mas contavam que o Senado mantivesse o entendimento da Câmara e adiasse a norma para 2021.

Por meio de uma frente chamada "Em Defesa da LGPD e da Segurança Jurídica", mais de 50 associações empresariais de diversos setores defenderam que a lei fosse postergada sob o argumento de que traz insegurança jurídica se não vier acompanhada da ANPD.

Além do argumento da autoridade, o setor privado alegou que a pandemia forçou mudança no direcionamento interno de recursos. Enquanto tentam segurar funcionários, têm que depender com custos de maior segurança de informação (contra ataques cibernéticos, por exemplo) e implementar processos para supervisionar como é feito o tratamento de dados pessoais de clientes e funcionários.

Do outro lado, defensores da data original da vigência da lei sustentam que as empresas tiveram tempo suficiente para fazer adequações, que a proteção de dados pessoais é importante nas eleições e que o governo federal sempre irá postergar a criação da autoridade se a lei não estiver vigente.

Sancões só entram em vigor em agosto de 2021, embora a lei já sirva de suporte a consumidores e usuários que sintam que seus dados foram lesados, assim que Bolsonaro decidir sancionar.

Entre as grandes empresas — em especial as de tecnologia e as redes sociais, que já precisaram se adequar à lei europeia —, a implementação de novos processos já é realidade.

As menores e com menos recursos estão em diferentes estágios de adaptação. Para essas, a falta de orientação da ANPD pode pesar. "Vários pontos dependem de autoridade. A lei é boa, mas entrar em vigor sem autoridade, diz Flávia Rebelo, sócia do Trench Rossi Watanabe.

As empresas precisarão prestar esclarecimento aos clientes pegam informações. Organizações da sociedade civil comemoram a decisão. "Nos eleições, usuários terão mais garantias para saber com seus dados foram cruzados entre data brokers [empresas que captam grande quantidade de dados], campanhas políticas e usados nas redes sociais", diz Brunas dos Santos, representante da Coligação Direitos na Rede.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE GUARULHOS ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Não presente aditi...

GOV. PESEIRA DOS SANTOS Presidente

ABIMDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE FERRAÇÃO E SEGURANÇA AN. RAULISTA, 575 - 12º andar - Cont. 121 - CEP 03311-911 - Bela Vista - São Paulo/SP. Fone/Fax: (11) 3701-1965. OAB nº 110.022/13. 1. Objetivo: instalação de sistema de aquecimento central...

LEILÃO DE IMÓVEL PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Presença Presencial e Online. 10/28/2020 14:00h. Edital de Leilão. Alexandre Torres, Leilão Oficial, Mat. 2020/EP/051, devidamente habilitado para criar Edital de Leilão...

Imposto será amplo, diz assessora de Guedes

Fábio Pupo

BRASÍLIA A assessora especial do Ministério da Economia Vanessa Canadino afirmou nesta quarta-feira (26) que o novo imposto sobre pagamentos não taxaria apenas operações digitais, mas todas as transações da economia.

"Para serem tributados é base ampla, obviamente ele não captura só as transações digitais. Tem que capturar todas as transações da economia", afirmou em evento vir promovido pelos jornais Valor Econômico e O Globo.

Nos últimos meses, o ministro Paulo Guedes (Economia) tem defendido o novo imposto e chamado o tributo de digital para enfatizar que ele seria aplicado sobretudo ao comércio eletrônico. Segundo ela, o diferencial entre a extinta CPMF e o novo tributo seria o fato de ele aproveitar a maior digitalização. "A contribuição sobre pagamentos ganha uma nova conotação em relação à CPMF por causa da digitalização da economia", afirmou.

"Quando você toma a economia menos corpórea [física], a forma de rastrear essa

economia sem dívida alguma é mais fácil pelo fluxo de pagamentos, e é essa a ideia na cabeça do ministro", disse. "A legislação está sendo desenhada para refletir esse novo mundo digital rastreável através das transações financeiras", afirmou.

"Essa é a lógica. É ampliar a base de arrecadação com esse novo tributo que capture melhor, rastreie melhor o fluxo da economia digital, já que não tem o bem corpóreo circulando", disse.

Canadino afirma que a proposta ainda está sendo desenhada. Ela não deu um prazo para envio ao Congresso. Apesar de rechaçar a comparação com a CPMF, o Ministério da Economia ainda não apresentou formalmente os detalhes da nova cobrança para mostrar quais exatamente seriam as diferenças em relação à antiga CPMF.

Até hoje, o momento em que a ideia do novo imposto foi divulgada com mais detalhes foi em setembro de 2019, durante apresentação da Receita Federal em seminário sobre o tema. Ali, foi revelado que o governo planejava taxar atêsasques e depósitos em dinhei-

ro com uma alíquota inicial de 4%, já para pagamentos no débito e no crédito, a alíquota seria de 0,2% (por cada lado da operação, pagador e recebedor).

No caso, a própria Receita Federal fez uma análise do comportamento do novo tributo tendo como base a antiga CPMF, o que comprovou a semelhança. Após a repercussão da apresentação, o então secretário especial da Receita (Marcos Cintra) foi demitido.

Assessora de Guedes também disse nesta quarta que o governo apoia uma reforma tributária ampla, que inclua estados e municípios, mas ao mesmo tempo crítico movimentos para que a União pague mais recursos de compensação aos entes.

Segundo ela, governadores e prefeitos querem ser incluídos na reforma porque veem oportunidade de obter mais dinheiro da União. "Os estados estão apoiando a gente sabe muito bem por quê", afirmou. "A gente tem que olhar para esse contexto para poder entrar nessa negociação de maneira racional", afirmou. "Não dá para a União sim-

plesmente pagar mais uma conta como moeda de troca. A União apoia uma reforma ampla, agora não é simplesmente uma discussão de quanto a União vai colocar no novo fundo regional".

Para argumentar, ela disse que já há seis fundos de desenvolvimento regional, sendo que três teriam eficiência muito ruim. Ainda comentou sobre o que deve ser o próximo passo da reforma proposta pelo governo, as mudanças no IPI. Segundo ela, há vários pontos a serem mexidos de maneira infraconstitucional e que isso não impede que o tributo seja extinto, como já chegou a dizer o governo.

Proposta é transformar o IPI em algo mais próximo de um "tributo sobre o pecado", nas palavras de Guedes, a ser aplicado de forma mais forte em bens como cigarro e bebidas alcoólicas. "O IPI na verdade hoje mistura uma qualidade de consumo com qualidade de seletivo. Ele tributa mais bens com externalidade negativa, mas de outro lado usa um pouco esse contexto de essencialidade e externalidade negativa em suas múltiplas alíquotas, de farinha de trigo a perfume", disse.

Sem liberdade de imprensa não há democracia. ASSINE A FOLHA. folha.com/assinse

mercado coronavírus



Sessão do Supremo Tribunal Federal realizada em junho Nelson J. - 25 Jun 20/SCO/Divulgação STF

Gilmar Mendes propõe Selic para corrigir ação trabalhista

STF julga questionamento sobre qual índice usar após reforma trabalhista

Marcelo Rocha

BRÁSILIA Ao afirmar que o uso da TR (Taxa Referencial) é inadequado, o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu nesta quarta (26) a aplicação da Selic para a correção de créditos trabalhistas. Gilmar é o relator de ações que discutem no tribunal a validade da TR.

Ainda de acordo com o ministro, devem ser usados na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária vigentes para as condenações civis em geral: o IPCA-E (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial), na fase pré-judicial, e, a partir da citação — quando o réu é autuado —, a taxa Selic.

O julgamento foi iniciado no dia 12 de agosto, com as manifestações das partes e de entidades interessadas. A análise foi retomada nesta terça. O julgamento será retomado nesta quinta-feira (27).

Entidades que representam bancos e empresas ramos de tecnologia e comunicação defenderam em ADCs (ações diretas de constitucionalidade) que o STF confirme a validade da TR na correção dos créditos trabalhistas. A Anamatra (associação de juizes do trabalho) e centrais sindicais defenderam a correção pelo IPCA-E, sob o argumento de que a legislação questionada viola direitos do trabalhador.

O IPCA-E está em 1,92%, no acumulado dos últimos 12 me-

ses, até junho. Sobre os correções trabalhista incidem ainda a 1% de juros de mora ao mês, o que chega a 12% ao ano. A Selic — taxa básica de juros da economia —, no menor nível histórico, está em 2% ao ano.

No fim de junho, Gilmar determinou, em caráter provisório, a suspensão de todos os processos em curso na Justiça do Trabalho que envolvam discussão sobre qual índice aplicar. Depois ele explicou que a decisão não travava o andamento das ações.

O ministro iniciou a fala nesta quarta reconhecendo a “complexidade histórica” do caso e a “controvérsia jurídica”. Segundo ele, o Congresso cria leis e reiteradamente o Judiciário nega a aplicação. Ele indicou uma série de precedentes do STF em variados sentidos do uso da TR, seja pela inconstitucionalidade,

seja pela constitucionalidade do seu uso. “É uma sopa de letrinhas”, disse Gilmar. “A toda hora é preciso analisar o que é mais adequado. É necessário se repensar todo este universo [de índices] que causa insegurança jurídica.”

Em nome da segurança jurídica, o ministro afirmou que o tribunal não deve apenas afastar a TR. É preciso que se indique qual índice aplicar. Nesse sentido, apontou a Selic.

Ao afastar a TR, Gilmar estabeleceu um marco jurídico. Para ele, pagamentos realizados usando a TR, o IPCA-E ou outros índices são reputados válidos e não devem ser rediscutidos.

Aos processos em curso ou em fase de conhecimento — fase inicial —, segundo Gilmar, devem ter a aplicação da taxa Selic, juros e correção monetária sob pena de alegação de futura inexigibilidade.

Na prática, quase todas as ações exigem correção. Ela incide sobre indenizações de horas extras, férias, depósitos no FGTS ou 13º salário. Por mês, os trabalhadores recebem em média R\$ 1 bilhão em causas.

Dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho) levantados pela Folha mostram que há hoje mais de 1 milhão de ações à espera de sentença na primeira instância.

De janeiro daquele ano a maio de 2020, foram pagos, por meio de execuções, R\$ 29,1 bilhões — a média mensal de R\$ 1 bilhão.

O caso sobre a correção trabalhista chegou ao STF em 2018. A Consif (confederação do ramo financeiro) pediu que a TR seja declarada constitucional porque o IPCA-E somado ao juro, segundo a entidade, leva ao “enriquecimento sem causa” do trabalhador.

Em junho, o TST, composto de 27 ministros, ia declarar a TR inconstitucional. Com maioria formada, faltavam ser colhidos 3 votos. O julgamento foi suspenso. O IPCA-E, até então, era o índice apontado.

Os ministros da corte trabalhista argumentam que o STF já declarou inconstitucional a TR para corrigir precatórios — dívidas públicas reconhecidas em decisão judicial. A lógica, então, se estenderia a créditos trabalhistas.

No STF, o pleito da Consif ganhou o apoio da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e da CNT (Confederação Nacional do Transporte).

A Consif, no pedido da cautelar, disse ser “razoável e proporcional” o uso da TR. A entidade afirmou ainda que, no contexto de pandemia da Covid-19, o IPCA-E mais juro gerará “endividamento, também sem causa, ao devedor trabalhista”.

Após o voto do relator nesta quarta, o presidente do STF, ministro José Dias Toffoli, interrompeu o julgamento, reconhecendo a complexidade do tema e marcando a retomada do debate para a sessão desta quinta.

Brasil perdeu 3 milhões de sindicalizados após reforma trabalhista

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO O Brasil perdeu 3 milhões de sindicalizados desde a reforma trabalhista ocorrida em 2017, mostram dados da Pnad Continua do ano passado divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (26).

Eram 13,5 milhões de brasileiros ocupados e sindicalizados em 2016, último ano antes de a reforma entrar em vigor. A partir do ano seguinte, o país começou a ter queda brusca no contingente de trabalhadores ligados a sindicatos. No ano passado, chegou a 10,5 milhões, uma queda de aproximadamente 3 milhões.

Além da redução, o país também aumentou o número de pessoas ocupadas em quase 4 milhões no período. Eram 90,8 milhões em 2016, passando a 94,6 milhões no ano passado. E o percentual de trabalhadores sindicalizados caiu de 14,9% para 11,2%.

A reforma trouxe liberdade de associação sindical e deu aos trabalhadores possibilidade de negociar bancos de horas, jornadas e outros itens individualmente, sem participação de sindicatos.

Por exemplo, criou um novo tipo de demissão, que pode ser negociada por padrões de horas, jornada e outros itens individualmente, sem participação de sindicatos.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical. Então, temos um aumento na base da população ocupada e uma redução na associação a sindicatos, que acarreta uma queda na taxa”, disse Adriana Berlinguy, analista do IBGE.

De acordo com Berlinguy, apesar de a reforma de 2017 ter seu foco nos trabalhadores com carteira assinada, os resultados mostram que a organização sindical como um todo foi afetada.

“Em um primeiro momento, as atividades com mais contratos celetistas tiveram maiores quedas em 2018, porém a perda nos recursos e capacidade de organização e mobilização das centrais sindicais pode, também, ter afetado o setor público”.

Segundo a analista, as grandes centrais sindicais congregam trabalhadores do setor público e privado, como professores e médicos. Entre 2018 e 2019 ocorreu queda recorde no grupo de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, que registrou menos 531 mil sindicalizados.

Os sindicatos também ficaram enfraquecidos com o fim de sua principal fonte de financiamento, o imposto sindical obrigatório. Com a reforma, o imposto passa a ser recolhido apenas de quem autorizar o desconto.

Com a reforma, a queda na sindicalização foi generalizada, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, o contingente caiu de 15,7% em 2016 para 12,8% em 2019. No mesmo período, o Sudeste foi de 14,3% a 10,8% e o Sul de 17,8% a 12,3%.

A redução ainda ocorreu mesmo nos setores com sindicatos tradicionalmente mais fortes. No grupo transportes, armazenagem e correios, por exemplo, eram 20,9% de sindicalizados em 2012. A partir de 2017, quando ainda a taxa ainda era alta, de 17,5%, a diminuição passou a ser brusca e chegou a 11,9% no ano passado.

Isso ocorreu mesmo com um aumento na população ocupada desse grupo nos últimos anos, principalmente devido à atividade de transporte terrestre de passageiros, com a expansão dos aplicativos de motoristas.

“Essa categoria se caracteriza por trabalhadores por conta própria, sem vínculo sindical

mercado coronavírus

O colchão é curto, e o estrago pode ser longo

Tesouro terá que captar quase 50% do PIB para bancar o déficit fiscal esperado

Solange Srouf

Economista-chefe da gestora ARX Investimentos. É mestre em economia pela PUCRio

A expansão fiscal este ano será de cerca de 12% do PIB, levando a dívida pública para perto de 120% do PIB. A piora das condições de mercado, o aumento dos prêmios de risco na curva de juros e a elevada desvalorização cambial são reflexos não apenas desta fotografia, mas da expectativa de que o filme não vai mudar. Administrar a dívida pública em um quadro de elevada incerteza quanto à sustentabilidade fiscal é tarefa árdua. Os juros demandados pelo mercado para prazos mais longos estão bem longe da taxa Selic de 2%. Para títulos com vencimento em 2026 estão em 6,5% e para aqueles com vencimento em 2031, em 7,20%.

O Tesouro prefere não sancionar essa realidade, rotando seus vencimentos com títulos de curto prazo. Um perfil de vencimento apertado pode dificultar a rolagem, elevar o risco e gerar uma dinâmica negativa a ponto de o Tesouro se ver obrigado a pagar água até mesmo para títulos de curtíssimo prazo. Outro fator desestabilizador ocorre quando a Selic é baixa como a atual: os títulos curtos atuam como quase-moeda, contribuindo para aumentar a volatilidade do câmbio. Os investidores podem sair rapidamente de suas posições em títulos e correr para o dólar.

Até o final do ano, há vencimentos de cerca de R\$ 250 bilhões, e para os quatro primeiros meses de 2021 os vencimentos alcançam quase o dobro desse valor. Nos próximos 12 meses, o Tesouro terá que captar quase 50% do PIB para rolar sua dívida e bancar o déficit fiscal esperado. Não será possível contar com o "colchão de liquidez" ou caixa que o Tesouro detém para usar em condições adversas, pois este já foi usado nos últimos meses e deve estar perto do limite mínimo prudencial.

Surgem então propostas como a de usar os recursos que estão na conta do BC, derivadas do lucro contábil de nossas reservas internacionais, mitigando a necessidade de emissão de dívida pelo Tesouro.

O mecanismo remete à legislação que entrou em vigor ano passado, regulando a relação financeira entre o BC e o Tesouro. Desde então, o lucro do BC na administração das reservas internacionais passou a ser destinado a uma conta específica que integra seu balanço, podendo apenas ser utilizada para cobrir seus prejuízos. Além de ter sido um avanço na direção das boas práticas de contabilidade internacional, a lei aumentou a transparência das contas públicas e fortaleceu a autonomia do BC. Até então, seus lucros eram transferidos integralmente ao Tesouro, gerando possibilidade de um financiamento implícito dos gastos pelo BC.

Um ano depois do novo arcabouço, o Tesouro demandará ao CMN permissão para o uso da cláusula de emergência da lei, a qual pode ser usada em casos de severas restrições de mercado. Com esse aval, os recursos da conta do BC poderão abater a dívida vencida.

Como o BC terá que vender "compromissadas" (títulos com compromisso de recompra no curto prazo) para enxugar a liquidez derivada do abatimento da dívida, o total do endividamento não mudará. O BC acabará assumindo o papel do Tesouro na rolagem, encurtando mais ainda a dívida. O mecanismo é legal. Entretanto, cabe a discussão se deve ser utilizado. As condições adversas refletem nossa fragilidade fiscal. Os elevados juros de mercado não são uma reação ao gasto emergencial, e sim às demandas por gastos não relacionados à pandemia. Ademais, é aconselhável que diante da maior volatilidade da taxa de câmbio, o BC utilize seus lucros para constituir reservas, que possam cobrir eventuais perdas. Isso o torna menos dependente da necessidade de uma capitalização futura por parte do Tesouro.

Não estamos diante de um problema de iliquidez. Utilizar mais um item da caixa de ferramentas de gestão da crise é apenas um expediente passageiro. A solução para baixar o prêmio de risco são reformas que permitam a manutenção do teto de gastos. O impacto da leniência fiscal já se deu na dívida pública, mas aparecerá com alguma defasagem sob a forma de maior inflação e maior desaceleração econômica.

Como o BC terá que vender "compromissadas" (títulos com compromisso de recompra no curto prazo) para enxugar a liquidez derivada do abatimento da dívida, o total do endividamento não mudará. O BC acabará assumindo o papel do Tesouro na rolagem, encurtando mais ainda a dívida. O mecanismo é legal. Entretanto, cabe a discussão se deve ser utilizado. As condições adversas refletem nossa fragilidade fiscal. Os elevados juros de mercado não são uma reação ao gasto emergencial, e sim às demandas por gastos não relacionados à pandemia. Ademais, é aconselhável que diante da maior volatilidade da taxa de câmbio, o BC utilize seus lucros para constituir reservas, que possam cobrir eventuais perdas. Isso o torna menos dependente da necessidade de uma capitalização futura por parte do Tesouro.

Não estamos diante de um problema de iliquidez. Utilizar mais um item da caixa de ferramentas de gestão da crise é apenas um expediente passageiro. A solução para baixar o prêmio de risco são reformas que permitam a manutenção do teto de gastos. O impacto da leniência fiscal já se deu na dívida pública, mas aparecerá com alguma defasagem sob a forma de maior inflação e maior desaceleração econômica.

DOM: Samuel Pessoa | SEG: Marcia Dessen | TER: Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA: Hélio Beltrão | QUI: Cida Bento, Solange Srouf | SEX: Nelson Barbosa | SÁB: Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Fórum Econômico Mundial é adiado e será no verão europeu

SÃO PAULO A organização do Fórum Econômico Mundial anunciou nesta quarta (26) a decisão de adiar a reunião tradicionalmente realizada em janeiro, em Davos, na Suíça. A nova data está a edição de 2021 ainda não está definida.

No lugar do encontro sobre neve do inverno europeu — Davos é um resort de esqui no Alpes —, a edição do próximo ano será no verão. O fórum afirma que definirá uma nova data assim que houver certeza quanto a conseguir garantir a saúde e segurança dos participantes dos anfitriões.

A organização diz que na semana de 25 de janeiro fará o encontro digital "Diálogos de Davos", quando "os principais líderes globais compartilharão suas visões sobre o estado do mundo em 2021".

O fórum afirma também que "o conselho de especialistas" foi de que não seria possível realizar o encontro com segurança em janeiro.

PIB dos países desenvolvidos tem queda de 9,8% no 2º tri

Recuo inédito na economia de 36 membros da OCDE é reflexo da pandemia

Ana Estela de Sousa Pinto

Variação do PIB em países desenvolvidos

Em relação ao 1º trimestre de 2020



*Sem considerar a Colômbia, que ingressou no grupo em abril deste ano. Fonte: OCDE

BRUXELAS As medidas para reduzir o contágio pelo novo coronavírus provocaram no 2º trimestre uma queda inédita no PIB dos 36 países membros da OCDE (a Colômbia se tornou a 37ª a ingressar no grupo em abril).

De abril (mês em que a Europa viveu o pico de Covid-19) a junho, o Produto Interno Bruto dos países caiu 9,8% em relação ao trimestre anterior, segundo dados divulgados nesta quarta (26).

Até então, o maior recuo trimestral nos países da organização havia sido de 2,3% no primeiro trimestre de 2009, quando o hemisfério norte vivia o auge da crise financeira global.

A queda foi maior, de 10,8%, entre as sete principais economias da OCDE (EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Japão, Canadá e Itália), e chegou a 20,4% na economia britânica.

Nos Estados Unidos, onde a epidemia de Covid-19 chegou mais tarde do que na Europa, a queda do PIB no segundo semestre foi de 9,5%, uma piora significativa em relação aos -1,3% do prime-

ro trimestre. As restrições de mobilidade começaram a crescer em estados americanos a partir do final de março.

Já o Japão apresentou a menor queda entre as sete maiores economias da OCDE: 7,8%. O país entrou antes na pandemia e adotou um programa de testes e vigilância para aplicar restrições localizadas, em vez de confinamentos amplos.

Entre os 27 países da União Europeia, a queda do PIB foi de 11,7% no segundo trimestre, em relação ao trimestre anterior. Nos 19 países que

usam o euro como moeda, foiligeiramente maior: 12,1%.

Em comparação com o segundo trimestre de 2019, o PIB dos 36 países da OCDE recuou 10,9%, uma queda expressiva em relação à marca de -0,9% registrada no primeiro trimestre (em comparação com mesmo período do ano anterior).

Também nessa medida o tombo mais acentuado foi registrado pelo Reino Unido (-21,7%). Entre as sete maiores economias, a que registrou menor queda na comparação ano a ano foi a dos Estados Unidos: -9,5%.

A OCDE ressalva que, por causa das restrições para conter a disseminação do coronavírus, pode ter havido falha na coleta e compilação de dados.

Segundo o órgão, foram adotadas mudanças conceituais e práticas para evitar que os indicadores fossem muito afetados.

"No entanto, em alguns casos, haverá inevitavelmente um impacto na qualidade, e as estatísticas incluídas neste relatório podem estar sujeitas a revisões maiores e mais frequentes do que o normal", afirma a entidade.

PACOTE MENSAL NO EZ

ACADEMIA FITNESS GONDOINHO SPAIS DE BANHOS ESTABECIMENTO TERAPIA

ZUR

QUILIMBIA JAPANESE E CONTEMPORÂNEA E RESTAURANTE CAFEINIA BAR

STUDIO PREMIUM

3750,00

MESES

2020 Travelers' Choice Top Performer

98800-6303 (11) 3348-7789

FACEBOOK.COM/EZNOTELS

RIDIEMIZAÇÃO | RECOMENHAÇÕES OMS

EZHOTELS

WWW.EZHOTELS.COM.BR

AV. ARMANDO FERRENTINI, 668 - ACLIMLIMAÇÃO - SÃO PAULO - SP, AV. PRAULISTA

A Moderninha já vem com PagBank, o banco completo e grátis

ACEITA NFC

Sem Aluguel

0% DE TAXA

Rende 68% a mais que a poupança (90% do CDI)

TEDs ilimitados grátis

TUDO no APP é GRÁTIS

Bate grátis já

Vem com cartão internacional grátis

PEÇA JÁ

PAGSEGURO.COM.BR

4003-6624

Recobrem em 1 hora, em até 1 hora na Conta PagBank, para vendas chip e senha ou NFC a partir de 1/5/2019. Em transações digitais, recebimento em 30 dias, e demais formas em 7 dias. Os novos clientes que solicitarem as maquininhas do PagSeguro terão taxa de 0% no débito ou crédito à vista até R\$ 15 mil em vendas. Consulte as condições da promoção em pagseguro.com.br. Cartão Internacional condicionado à abertura da Conta Digital, sujeita a análise cadastral (consulte condições em pagbank.com.br). CDB é aplicação de renda fixa com baixo risco e emitido pelo PagSeguro S.A., com garantia FGC até R\$ 250 mil por CPF. Veja condições em pagseguro.com.br/conta-digital/aplica-meu-dirheiro. Disponível apenas para o App PagBank.

Veículo: O Globo	Online
Data: 14/02/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

32 | Economia

2ª Edição Quinta-feira 27.8.2020 | 

Governo quer cobrar novo imposto de forma ampla

Vanessa Canado, assessora especial do ministro Paulo Guedes, afirma durante evento 'E agora, Brasil?' que tributo em estudo pela equipe econômica captará todas as transações econômicas e não só operações digitais

JOÃO SORIMA NETO, RENNAN SETTI ESTEPHANIE TONDO
rennans@oglobo.com.br

O novo imposto sobre pagamentos, em elaboração pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá incidir sobre todas as transações da economia e não apenas sobre operações digitais.

— Para ser um tributo de base ampla, obviamente ele não captura só as transações digitais, da economia digital. Ele tem que capturar todas as transações da economia — afirmou Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia.

Vanessa participou ontem da segunda edição do "E Agora, Brasil?" de 2020, seminário realizado pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio do Sistema de Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas Federações.

O debate teve como tema central a reforma tributária em discussão no Congresso e suas consequências para a

economia brasileira. Além de Canado, participaram do encontro Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander; Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal; e Fabio Pina, economista e consultor de comércio e serviços.

DIFERENÇAS DE TRIBUTOS

Segundo Canado, a nova contribuição sobre pagamentos tem uma conotação diferente da antiga CPMF por causa do atual estágio de digitalização da economia.

— A contribuição sobre pagamentos ganha uma nova conotação em relação à CPMF por conta da digitalização da economia. Quando você torna a economia menos corpórea e mais incorpórea, a forma de rastrear essa economia é mais fácil pelo fluxo de pagamentos. Essa é a ideia que está na cabeça do ministro (Paulo Guedes) — disse a assessora, explicando o que vê como principal diferença entre o antigo "imposto do cheque"



Economia digital. Por conta da maior facilidade de rastreamento, imposto focará no fluxo de pagamentos, diz Vanessa

e a nova tributação.

Vanessa não deu detalhes do imposto e disse que eles serão conhecidos quando o governo encaminhar a proposta ao Congresso.

— A legislação está sendo desenhada para refletir esse novo mundo digital, rastreável através das transações financeiras. Agora os detalhes a gente deve anunciar

mais próximo do envio da proposta, assim como fizemos no caso da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) — disse.

Vanessa rebateu as críti-

cas de que a criação da CBS, fruto da unificação do PIS e da Cofins, irá onerar alguns setores da economia, como educação e saúde, o que provocaria uma migração de pessoas que hoje pagam escolas privadas e planos de saúde para o setor público.

— A gente não quer arrecadar a CBS para gastar o mesmo ou mais no setor público com as mesmas pessoas. A gente só propôs a oneração da CBS não exatamente sobre os setores, mas sobre as pessoas que têm capacidade contributiva para pagar o custo. Ou seja, se a gente que consome saúde, educação e livros não pagar a CBS também teremos menos dinheiro para investir em saúde e educação para quem precisa — explicou.

Vanessa disse ainda que a equipe econômica está aberta a conversar com representantes do setor de editoras para discutir se a atual isenção de PIS e Cofins, de fato, contribuiu para a redução dos preços dos livros.

Após crítica fica ainda mais difícil mexer em programas sociais, dizem parlamentares

Para eles, não há fontes alternativas de recursos para criar programa de transferência de renda “robusto”

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Parlamentares da frente parlamentar em defesa da renda básica afirmaram que o ataque do presidente Jair Bolsonaro a extinção de programas sociais para reformular o Bolsa Família torna ainda mais difícil essa ideia da equipe econômica, caso o governo recue da decisão, e que não há fontes alternativas de recursos para criar um programa de transferência de renda “robusto”.

O deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) disse que não sabe de onde virá o dinheiro sem a revisão de programas. Nas contas da frente, que tem se reunido com a equipe econômica para debater a proposta, haveria outras possibilidades para encontrar dinheiro para o Renda Brasil sem “furar” o teto de gastos (que limita o crescimento das despesas à inflação), mas nenhuma em volume tão expressivo como a revisão de programas sociais como o abono salarial, salário-família, seguro-defeso, Farmácia Popular e o próprio Bolsa Família.

Outras fontes de receita em estudo seriam rever a pequena sobreposição do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, destinar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões de fundos públicos que costumam ficar congelados (um valor maior que isso, alertou Rigoni, estouraria o teto) e usar outros R\$ 4 bilhões ou R\$ 5 bilhões de programas ministeriais não executados (fazer um corte sobre a média de execução dos anos anteriores).



Ads by Teads

A desindexação de todos os contratos e benefícios do governo, sem a correção da inflação, daria, nas contas dele, R\$ 17 bilhões. “Isso se for tudo desindexado, que é um negócio que eu nem acho que deve ser feito”, afirmou Rigoni,

Outra possibilidade, mais simbólica, é acabar com o recebimento de verbas acima do teto salarial do funcionalismo (R\$ 39 mil), o que renderia mais R\$ 2,5 bilhões por ano para a União. “As fontes que existem são todas essas. Não tem muito mais coisas dentro do Orçamento para mexer”, disse.

Para o parlamentar, o governo deveria apostar num discurso duplo: combate aos privilégios das verbas extrateto, que teriam um valor simbólico, e redesenho de programas assistenciais para deixá-los mais focados nos que mais precisam. “É uma coisa e outra para fazer programa mais robusto. Se fizer assim, aí pode ser que os parlamentares topem revisar programas como o abono, mas não é tarefa fácil”, afirmou.

O deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) disse que, com a sinalização de Bolsonaro, fica ainda mais difícil rever os programas sociais, mas que o recado foi adequado. “Precisa tirar do topo da pirâmide. Não dá para tirar do pobre para dar para o extremamente pobre ou o pobre vai virar extremamente pobre daqui a pouco”, disse o deputado, que também integra a frente e é autor da proposta de emenda constitucional que cria gatilhos para cumprir regras fiscais. Entre as possibilidades para viabilizar o programa estão unificação de programas sociais com perfil de beneficiários mais parecido com o Bolsa Família, redução na jornada e salários dos servidores e tributação do patrimônio e renda.



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Bolsonaro indica querer furar teto de gastos

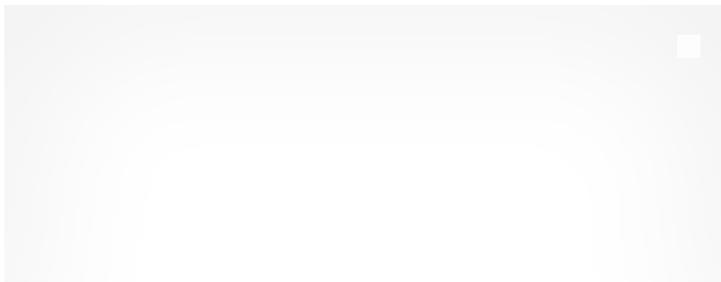
Opção do presidente coloca o seu ministro da Economia em uma encruzilhada

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A rejeição do presidente Jair Bolsonaro à proposta para turbinar o Renda Brasil, feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, acende um alerta sobre o futuro da política econômica do governo. Ao dizer que não pode “tirar de pobres para dar para paupérrimos”, o chefe do Executivo colocou em xeque a estratégia definida por Guedes de aumentar os recursos para o novo programa social do governo, mantendo, ao mesmo tempo, o teto de gastos da União.

Como as despesas públicas estão no limite máximo e não há mais como cortar investimentos ou o custeio da máquina administrativa para acomodar um gasto novo, Guedes definiu uma estratégia de cortar programas sociais existentes, considerados ineficientes, e direcionar o espaço aberto no teto para outro que atinja os mais pobres. Desta forma, não haveria um aumento da despesa total da União, mas apenas um remanejamento das verbas, com melhoria do gasto público.

Guedes quer preservar âncora fiscal com o seu plano



Bolsonaro rejeitou, principalmente, a proposta de extinção do abono salarial, que concede um salário mínimo por ano aos trabalhadores que ganham até dois pisos. “É um 14º salário e não podemos tirar isso de 12 milhões de famílias para dar para um Bolsa Família ou Renda Família, ou seja lá o que for o nome deste novo programa”, afirmou ontem o presidente, durante cerimônia em Ipatinga (MG).

Ainda não sabemos qual foi a reação do presidente ao resto do cardápio apresentado por Guedes, que envolvia, segundo fontes da área econômica, a extinção do seguro-defeso concedido aos pescadores, o salário família e o Farmácia Popular. Todos são programas destinados aos pobres, mas considerados ineficientes pois não atingem quem mais precisa de ajuda do Estado.

Sabe-se, no entanto, que Bolsonaro não aceitou a proposta feita por Guedes para que o valor do benefício que substituirá o auxílio emergencial de R\$ 600 caia para cerca de R\$ 250. Achou pouco e quer mais. Ontem, o país tomou conhecimento de que ele não quer cortar os programas que atendem atualmente os pobres e usar o espaço aberto no teto para acomodar o novo benefício.

A mensagem que Bolsonaro passou ao país, portanto, é que ele quer uma despesa nova, adicional ao que já existe. Se é isso, a alternativa desejada pelo presidente inevitavelmente fura o teto de gastos, pois pressupõe o aumento da despesa total da União. Com esta opção, ele colocará o seu ministro da Economia em uma encruzilhada.

Guedes quer preservar o teto em qualquer hipótese, pois acredita que esta é a âncora fiscal que está permitindo ao país conviver com inflação baixa e com juros baixos, os menores da história. Se o presidente insistir na concessão de um benefício cuja despesa não fique dentro do teto, o ministro terá que decidir se pede para sair ou se acomoda no cargo. Ele já deu indicações de que, se não for para fazer o que considera necessário para o país, prefere ir embora.

As declarações de Bolsonaro colocam sérias dúvidas sobre a estratégia de ajuste fiscal que Guedes está traçando para o pós-pandemia. O ministro voltou a trabalhar com a proposta de desindexar as despesas orçamentárias, desvincular as receitas e de desobrigar o governo a realizar gastos - a chamada política dos "3 D".

No ano passado, Guedes apresentou ao presidente o Plano Mais Brasil, que continha três propostas de emenda constitucional. Duas delas corrigem o teto de gastos, pois da forma como ele está redigido não permite o disparo das medidas de ajuste fiscal. A principal ideia era desvincular as despesas orçamentárias para ganhar espaço no teto de gastos e, com isso, ampliar os investimentos públicos. Bolsonaro rejeitou uma parte significativa da proposta.

Na época, Guedes disse que tinha mantido a indexação do salário mínimo e dos benefícios previdenciários e assistenciais no texto das PECs a pedido do presidente. Ou seja, a tese dos "3 D" tinha sido rejeitada pelo presidente. Agora, a equipe econômica volta com a mesma proposta e com o mesmo objetivo: conseguir espaço no teto de gastos para evitar que os investimentos e o custeio administrativo sejam cortados mais ainda, inviabilizando a execução de serviços públicos.

A primeira pergunta que precisa ser feita é se a proposta dos "3 D" já foi apresentada ao presidente e se ele a aceitou. Não há essa indicação e, pelas declarações de ontem, é difícil acreditar que Bolsonaro tenha mudado de ideia a respeito de desindexar o salário mínimo e os benefícios previdenciários e assistenciais.

A equipe econômica considera indispensável também fazer a reforma administrativa. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pede insistentemente que Bolsonaro envie o seu projeto ao Congresso. A Constituição estabelece que é iniciativa privativa do presidente propor alterações na estrutura administrativa e de pessoal. Neste caso, portanto, a bola está com o presidente e o jogo não poderá começar se ele não quiser.

Deduções equivocadas

Há um equívoco na informação de que o valor do benefício do Renda Brasil está condicionado ao fim das deduções do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF).

Acabar com as deduções aumenta a receita da União, mas não abre espaço no teto de gastos. As deduções são benefícios tributários, subsídios, mas não são despesas primárias. Apenas estas últimas estão submetidas ao teto de gastos.

O problema enfrentado pelo ministro Paulo Guedes não é tanto de financiamento do gasto, mas de espaço para realizar a despesa. Ele, hoje, não tem limite para isso. Se criar ou ampliar uma despesa, terá que cortar outra, pois, do contrário, não respeitará o teto de gastos.

Outra dificuldade é que o fim das deduções do IRPF aumenta a receita da União e dos Estados e municípios. Ou seja, a União ficará com um pouco mais da metade do ganho da receita com o fim dos benefícios. Com base em dados da Receita Federal, o economista Marcos Mendes estimou, em recente estudo para o Insper, que o fim de todos os descontos e abatimentos do IR hoje existentes permitiria aumentar a receita em R\$ 53,1 bilhões, mas a União ficaria com R\$ 27,1 bilhões. O restante iria para os caixas de Estados e municípios.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais
HONDA

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Compre o seu caminhão e pague só em 2021
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

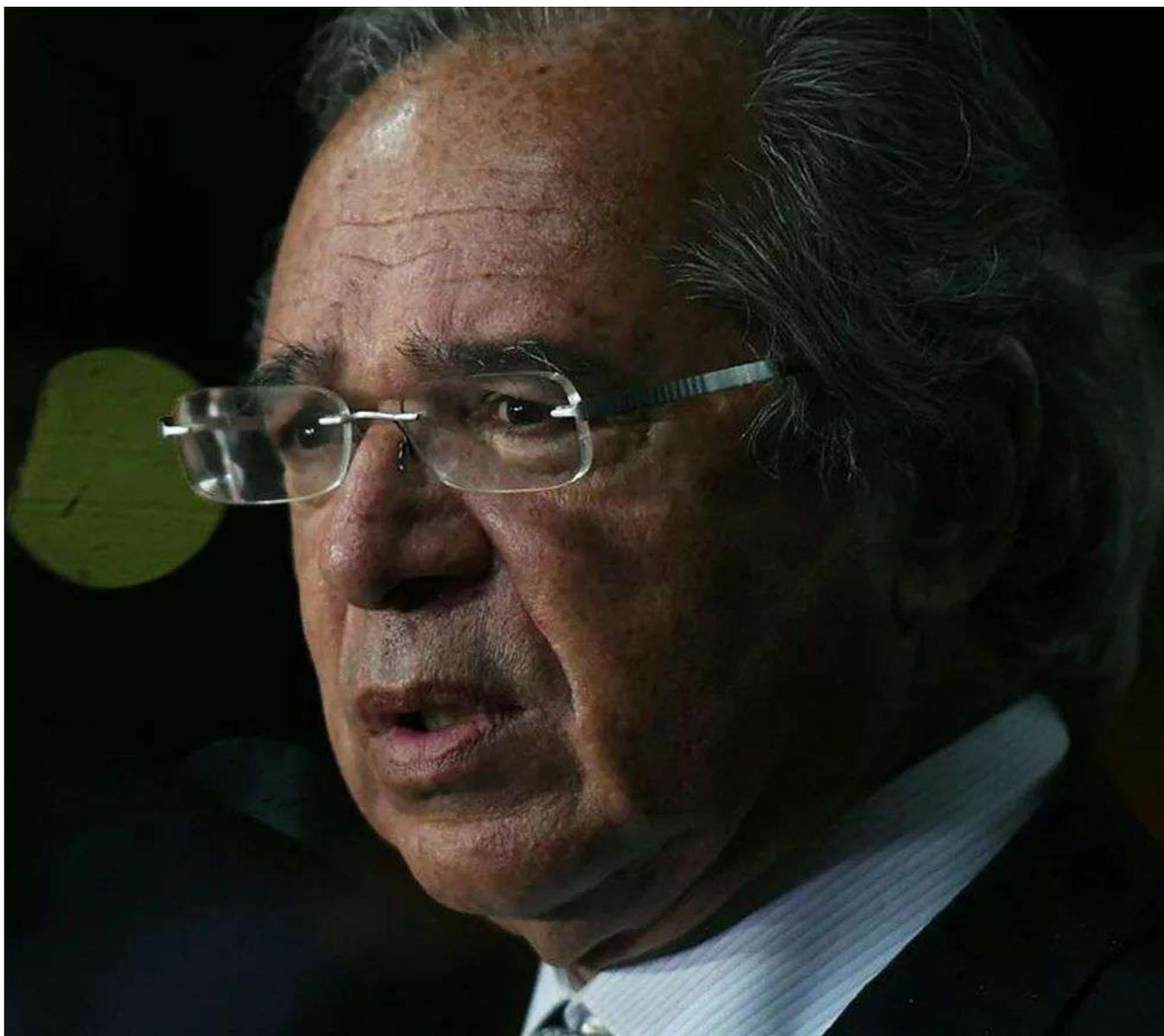
Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

Bolsonaro “segura” o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

Mercado reage mal à decisão do presidente e Ministério da Economia desmente que ministro deixará o cargo

Por Fabio Graner, Fabio Murakawa, Cristiano Zaia e Edna Simão — De São Paulo

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

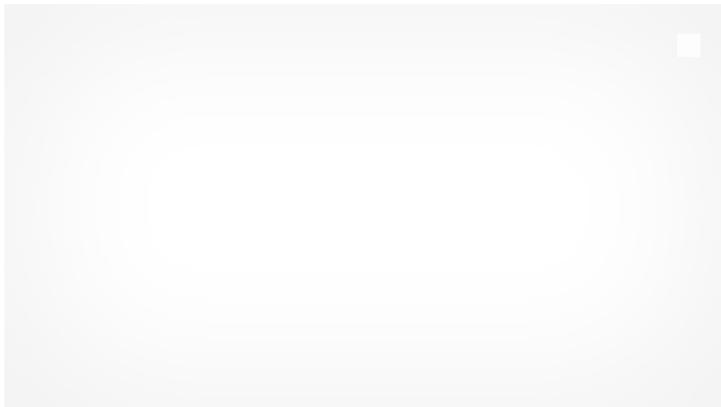


O presidente Jair Bolsonaro provocou ontem forte tumulto no mercado financeiro e reacendeu especulações sobre o seu real apoio ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ao atacar a ideia de redirecionar programas sociais para compor o Renda Brasil. “Estamos discutindo com a equipe econômica. Ontem [anteontem] discutimos a possível proposta do Renda Brasil e eu falei: ‘está suspenso’. Vamos voltar a conversar. A proposta que a equipe econômica apareceu para mim não será enviada ao Parlamento. Não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos. Não podemos fazer isso aí”, disse Bolsonaro em discurso em Minas Gerais.

Uma alta fonte palaciana informou que o presidente pediu uma solução até a próxima sexta-feira. Já um interlocutor da área econômica acrescentou que a intenção dele foi rebaixar as expectativas em torno da apresentação do programa permanente nos próximos dias, já que esse terá que ser um processo a ser construído com mais tempo e com a participação ativa do Congresso para redesenhar as despesas.

De qualquer forma, as declarações de Bolsonaro foram um ataque direto ao alicerce do modelo que estava sendo desenhado para o programa de renda mínima que governo pretende criar como uma versão turbinada do Bolsa Família.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Estavam na mira dos técnicos envolvidos em sua elaboração (tanto da equipe econômica quanto do Ministério da Cidadania) programas como abono salarial, seguro-defeso, farmácia popular, que dariam mais de R\$ 20 bilhões em recursos

além dos R\$ 32 bilhões que hoje já existem para o Bolsa Família. Assim, o valor do benefício médio poderia subir sem comprometer o teto de gastos.

O veto de Bolsonaro a essa reconfiguração de despesas sociais trouxe de volta ao radar dos investidores preocupações com a política fiscal e os rumos da economia. O dólar disparou para R\$ 5,61, as taxas de juros futuros subiram bastante e a bolsa de valores caiu 1,5%.

Politicamente, a fala de que não se pode tirar dos pobres para dar para os paupérrimos faz sentido. E esse sempre foi o fator que impediu outras tentativas no passado de se acabar, por exemplo, com o abono salarial.

Economicamente, contudo, coloca no horizonte um cenário mais complicado para Guedes. Afinal, o presidente quer um benefício de R\$ 300 para o Renda Brasil. Esse número, como já mostrado recentemente pelo **Valor**, já era difícil de se alcançar com a extinção daqueles e outros programas que estavam na mira da equipe econômica e do Ministério da Cidadania.

Os dados que haviam sido apresentados apontavam valores iniciais de R\$ 247 e R\$ 270, a depender de outras fontes de recursos. E isso também depende do universo a ser atingido - a intenção era incluir mais 6 milhões a 8 milhões de pessoas no programa que hoje atende 14 milhões de famílias.

Um interlocutor da área econômica reconhece que o presidente dificultou o processo. Explica que Bolsonaro não é bom com as palavras, mas sabe o que dá voto. Por isso, quer um programa social para carimbar sua marca, mas não quer o ônus de ter que lidar com reclamações de outros setores da sociedade. Ou seja, não quer pagar o custo político do ajuste.

Isso, aponta a fonte, exigirá que outras rubricas tenham seus recursos cortados para que o Renda Brasil pare de pé sem derrubar o teto, o que é difícil em um orçamento engessado por despesas obrigatórias. Ou que o programa tenha valor bem menor que os R\$ 300 sonhados por Bolsonaro. Ou, ainda, número de beneficiários menor.

Outra fonte da área econômica destaca que Bolsonaro tem ciência disso e tomará suas decisões sem abandonar o teto. O mesmo discurso também foi feito por um graduado auxiliar direto de Bolsonaro. “Há a tentativa de tirar [recursos pra o Renda Brasil] de alguma área que não seja a social. A ginástica é a montagem de modo a não furar o teto de gastos nem deixar os menos favorecidos à míngua instantaneamente”, afirma a fonte, um dos auxiliares mais próximos de Bolsonaro. “Furar o teto não vai de jeito nenhum”, reforçou.

O drama é que não sobram muitos lugares no inflexível orçamento federal. Interlocutores indicam que uma das vítimas pode ser a rubrica de investimentos, que vem sendo a variável de ajuste nos momentos de aperto das contas. Para este ano, a previsão era de R\$ 40,5 bilhões, o que já é um nível baixo e que não consegue sequer dar conta da depreciação de capital.

Outras despesas de custeio da máquina também podem ser ajustadas, mas elas já estavam perto do limite mínimo a partir do qual o setor público começa a ter dificuldade para funcionar. Os técnicos explicam, porém, que esses eventuais ajustes não seriam suficientes para fazer o programa chegar sequer perto de R\$ 300.

Se o Congresso concordar em aprovar a nova PEC do pacto federativo, permitindo reduzir salários de servidores e, principalmente, colocar em marcha a estratégia de desindexar e desvincular, “travando o piso”, como deseja Guedes, surge espaço adicional relevante. A questão, segundo uma fonte, é se os parlamentares terão a responsabilidade de seguir esse caminho.

Com a situação atual, é possível que o governo resolva anunciar a prorrogação do auxílio emergencial em valores menores até o fim do ano e deixe em aberto o desenho do Renda Brasil a ser construído com o Congresso.

“Sabemos que R\$ 600 é pouco para muitos, mas muito para um país se endividar. E como é emergencial tem que ter um ponto final. Resolvemos estendê-lo até dezembro, não será R\$ 200 ou R\$ 600”, disse Bolsonaro ontem.

Fontes do Palácio do Planalto e da Economia - que ontem teve que desmentir boatos de demissão do ministro - apontam que o cargo de Guedes não está em

risco. “Feito esse ajuste orçamentário, continua a política fiscalista. A linha fiscalista prepondera porque está tudo engessado. A grande tentativa é diminuir como for possível as despesas obrigatórias. Ver os artifícios econômicos, financeiros, que podem ser feitos para liberar receitas”, disse uma fonte.

Nos bastidores, Guedes reconheceu a interlocutores que a “focalização” de programas sociais não seduz a classe política, pois soa como tirar dos pobres. Apesar disso, segundo relatos, o ministro mostrou tranquilidade com a postura do presidente, que seria decorrente do fato de Bolsonaro ser “franco” com relação às discussões internas e não entendeu a fala como uma bronca direcionada a ele.

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Jonas Donizette, disse, após encontro com Guedes ontem, que o chefe da equipe econômica demonstrou confiança em resolver o quebra-cabeça do Renda Brasil. “Não senti em nenhum momento ele reclamando de qualquer coisa do governo. Ele fala que compreende o cenário político”, afirmou Donizette.

Na área econômica, alguns integrantes acharam bom que o presidente falou em suspensão do programa, pois dará mais tempo para os técnicos formatarem o programa com as novas limitações. **(Colaborou Rafael Bitencourt)**

Saiba Mais

[Estresse no mercado escancara temor com descontrole fiscal](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

Canado ataca proposta de fundos, mas Guedes aceita

Ministro concorda com proposta, mas propõe rever fonte de recursos

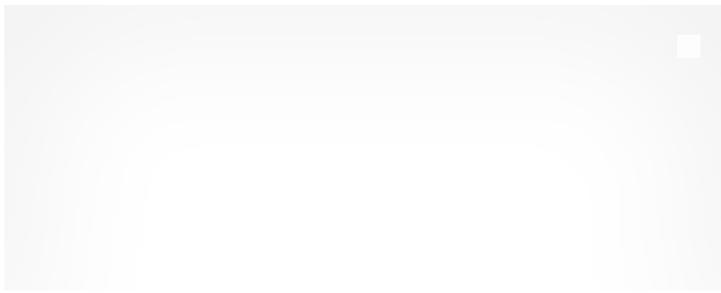
Por Lu Aiko Otta, Marta Watanabe e Anaïs Fernandes — De Brasília e de São Paulo

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A proposta dos Estados para criar dois novos fundos para compensar perdas com a reforma tributária foi atacada ontem pela assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, no evento “E agora, Brasil?”, promovido pelo **Valor** e “O Globo”. “Não dá para a União simplesmente pagar mais uma conta como moeda de troca para apoiar uma reforma ampla”, disse. “É preciso discutir a sério uma política de desenvolvimento regional no contexto de aprovação de um IVA [Imposto sobre Valor Agregado] nacional.”

No entanto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu-se ontem com secretários estaduais de Fazenda e não se opôs à criação dos fundos. Só discordou na forma de financiamento. Estados querem que sejam recursos tributários da União. O ministro insiste que sejam recursos novos, como royalties de petróleo.

Guedes colocou sobre a mesa uma nova opção: 50% do que for obtido com a desvinculação de fundos federais. “Ele reforçou a posição de dividir toda e qualquer receita nova”, relatou o presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles.



Não falaram em números. Mas a Proposta de Emenda à Constituição 187, a “PEC dos Fundos”, fala em R\$ 219 bilhões parados em 248 fundos federais. Já o projeto de lei complementar 137, do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), propõe desvincular recursos de 29 fundos públicos, com R\$ 177,8 bilhões.

Apesar da oferta do ministro, continuou o impasse. Novas reuniões técnicas foram marcadas para a próxima semana.

No “E agora, Brasil?”, a criação de fundos como condição para o apoio dos Estados à reforma tributária foi criticada também por Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro. Para ela, há risco de os entes subnacionais atuarem com oportunismo e aproveitarem a reforma tributária para tirar mais recursos da União.

O economista Bernard Appy, autor da reforma tributária que tramita no Congresso como PEC 45, disse que faz sentido criar um fundo de desenvolvimento regional para viabilizar uma reforma ampla dos tributos sobre o consumo. Ressaltou, porém, que não é “uma conta qualquer” e que a discussão virou um “mercado persa”, com os Estados pedindo um valor muito alto: R\$ 485 bilhões em dez anos.

“Os Estados estão apoiando a reforma e sabemos muito bem por quê”, afirmou Vanessa Canado. As finanças estaduais estão em condições ruins há muito tempo, há dificuldades para conter gastos, houve um “race to the bottom” na concessão de regimes especiais para atrair investimentos, chegaram no limite para tributar as chamadas blue chips (telecomunicações, energia elétrica e combustíveis) e os serviços vêm ganhando mais espaço na base tributável por causa da economia digital. A reforma seria uma oportunidade única de resolver esses problemas.

Já existem seis fundos de desenvolvimento regional, destacou. Três deles, com

desde 2017. Outro instrumento utilizado pelos Estados em busca de desenvolvimento, a “guerra fiscal”, não surtiu os efeitos esperado, se for levado em conta o tamanho da renúncia fiscal.

Ana Paula afirmou que o debate sobre desenvolvimento regional não deve ser mais feito à luz de antigas ideias, como a necessidade de atrair empresas para ativar a economia local ou a redução das disparidades por meio de investimentos em infraestrutura. Há evidências, disse, de que o desenvolvimento está muito mais relacionado com a educação. E o Congresso acaba de aprovar a perenização do Fundeb, garantindo mais recursos para a área, mas sem esclarecer como isso se traduzirá na melhoria da qualidade de ensino.

Para ela, os Estados dão amplo apoio à reforma tributária porque seu principal tributo, o ICMS, está “completamente disfuncional”. De forma inédita, os 27 secretários estaduais de Fazenda apoiam a mesma proposta de reforma tributária, apresentada como emenda aos textos em análise no Congresso.

Ana Paula acha que o governo deveria potencializar o apoio político, mas reforçar defesas contra o “grande risco” de gastos adicionais. A reforma deve buscar aumentar a eficiência e a produtividade e ser neutra, sem aumentar ou reduzir impostos. Não deve se confundir com uma reforma fiscal, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO



Câmara aprova Lei de Recuperação Judicial e Falências

Texto prevê que empresas poderão parcelar dívidas com a Fazenda Nacional em até 10 anos

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





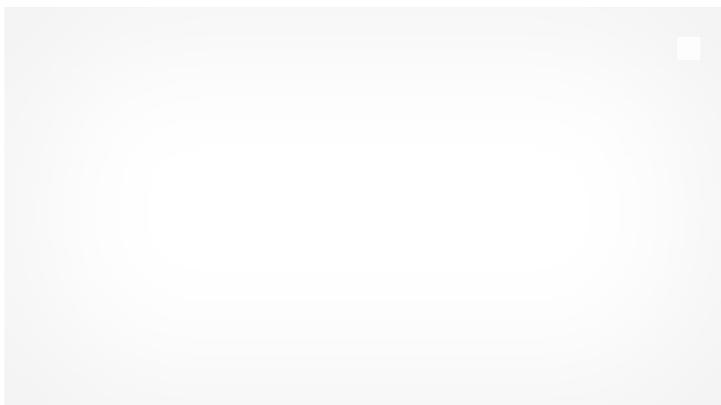
Maia: presidente da Câmara conduziu de a sessão que aprovou de forma rápida e consensual a nova lei de falências —
Foto: Jorge William/Agência O Globo

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, numa rápida votação conduzida pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e com apoio de todos os partidos, a reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências, que visa modernizar a legislação, ampliar os dispositivos de recuperação extrajudicial e tentar aumentar a quantidade de empresas que conseguem sair da situação de crise financeira e manterem suas atividades. O texto seguiu para análise do Senado.

Entre as mudanças na atual lei, de 2005, está a permissão para que empresas que pedirem ou tiveram aceito pedido de recuperação judicial possam parcelar suas dívidas com a Fazenda Nacional em até 120 meses (dez anos). O parcelamento seria uma forma de permitir a empresa reorganizar suas despesas.

O parecer do deputado Hugo Leal (PSD-RJ) foi aprovado integralmente e todas as 13 emendas feitas em plenário pelos partidos acabaram rejeitadas. A maioria era da oposição e visava ampliar as garantias dos funcionários e das dívidas trabalhistas nos processos judiciais. “Se alguém compra um carro, ele leva a conta do IPVA, mas se compra uma empresa não leva a conta do trabalhador. É o valor da mercadoria”, reclamou o líder do PT, deputado Ênio Verri (PR), diante da rejeição de uma das emendas.

PUBLICIDADE



Apesar disso, o relator acolheu emendas da oposição antes de apresentar a versão final de seu parecer. Ele acatou, por exemplo, emenda do PSB para permitir que as dívidas trabalhistas, por descumprimento da legislação ou decorrentes de acidentes de trabalho, sejam incluídas nos processos de recuperação extrajudicial, desde que com a participação do sindicato. Com a mudança, apenas os créditos de natureza tributária ficarão excluídos desse tipo de processo, que antecede uma ação judicial.

O projeto vinha sendo debatido há mais de um ano com advogados, ministros de tribunais superiores, deputados, o governo federal e entidades empresariais, mas a proposta ganhou força com a pandemia da covid-19 e a crise econômica provocada por ela. A expectativa é de haverá um aumento dos pedidos de recuperação judicial e de falências de empresas que tiveram as atividades suspensas, como bares.

Parlamentares apontavam nos bastidores que a legislação também era alvo da atenção de diversas empresas gigantes, como a aérea Latam, a companhia de telecomunicações Oi e empreiteiras afetadas pela operação Lava-Jato. Parte do texto, que tratava de créditos com garantia de natureza fiduciária (caso em que o credor, geralmente instituição financeira, detém bens do devedor até o pagamento da dívida), saiu logo no começo dos debates para evitar a oposição dos bancos.

O projeto, com mais de 70 páginas, promove uma série de mudanças na atual lei, de 2005. Entre as mudanças está estabelecer a suspensão da execução das dívidas por 60 dias para a realização das negociações extrajudiciais. Esse prazo não existe hoje e, enquanto a empresa negocia com os credores, pode ser executada por outra parte deles, o que dificultava as conversas. Houve também redução do quórum para aprovar o plano de recuperação extrajudicial, de 60% para 50% dos detentores de crédito.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

Câmara cria tribunal federal de Minas

Aprovado também repasse de R\$ 4 bi para empresas de transporte coletivo repactuarem contratos afetados pela pandemia

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), que será exclusivo para Minas Gerais, e o repasse de R\$ 4 bilhões para empresas de transporte coletivo repactuarem os contratos por causa da pandemia da covid-19. Os dois projetos ainda passarão pela análise do Senado antes de seguirem para sanção presidencial.

A criação do TRF, uma proposta do presidente do Superior Tribunal de Justiça, o ministro João Otávio Noronha, que está prestes a deixar o cargo, e da bancada de deputados de Minas, criou polêmica com outros partidos e parlamentares de outros Estados pelo momento - em meio à pandemia e a uma crise fiscal no país. Os mineiros alegaram que não haverá aumento de despesas porque a sede já existe em Belo Horizonte, os cargos serão remanejados ou transformados e a transferência desafogará os processos de outros Estados.

O Novo, que defende que a proposta trará aumento de despesas, apresentou emenda para limitar as despesas conjuntas dos tribunais regionais federais no ano que vem ao mesmo valor de 2020, somado à inflação, para garantir que não haverá nenhum impacto nas despesas. A ideia foi sugerida pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), durante a sessão. “Se não vai ter aumento de despesa, poderia haver uma emenda determinando que o gasto de todos os tribunais no próximo ano seja o gasto deste ano corrigido pela inflação apenas. Com isso, a tese de que não haverá aumento de despesa estará garantida”, defendeu Maia.

O relator do projeto, deputado Fábio Ramalho (MDB-MG), disse que não haverá aumento, mas pediu que os parlamentares votassem contra o destaque alegando que a criação do TRF estaria dentro do teto de gastos e que haveria penalização para os demais tribunais. A emenda acabou rejeitada em votação simbólica, mas com os partidos divididos.

Diante do resultado, Maia preferiu não fazer uma votação nominal “para não dividir a Câmara” e afirmou que “ficou claro” que haverá aumento de despesa e que espera que o Senado não vote o projeto. “Acho que a emenda foi pedagógica, apenas para deixar claro que haverá aumento de despesa pública”, disse.

Os deputados também aprovaram repasse de R\$ 4 bilhões do governo federal para Estados e municípios com mais de 200 mil habitantes manterem os serviços das empresas de ônibus, metrô e trem em meio à pandemia, que afetou fortemente as receitas do setor por causa das medidas de isolamento social. Governadores e prefeitos terão até 31 de dezembro de 2021 para repactuarem os contratos com as empresas.

Em troca dos recursos, os governos e empresas terão que assumir contrapartidas com o governo federal por meio de convênios que preveem, por exemplo, a abertura das contas do sistema, a contratação de auditoria independente a partir de 2021, a manutenção dos empregos no mesmo nível que existiam em 31 de julho até 31 de dezembro e o compromisso de criação de faixas exclusivas para o transporte coletivo, ciclovias e ciclo faixas.

A exigência de realizar licitação em até 18 meses para os locais onde isso ainda não ocorreu, contudo, saiu do projeto de última hora e gerou reclamações no plenário. O líder do Novo, deputado Paulo Ganime (RJ), criticou que a supressão. O relator, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), disse que o governo queria exigir as licitações, mas que isso é inconstitucional. “A lei de mobilidade estipulou uma transição lá atrás e hoje é exigido contrato por licitação. Como é que vamos dar dinheiro e reabrir o prazo para quem está irregular?”, questionou. Já Ganime afirmou que a exigência era uma trava para excluir quem está irregular.

Economistas veem “pedalada cambial” em repasse do BC

Visão que prevalece no TCU, contudo, é que a medida tem respaldo legal

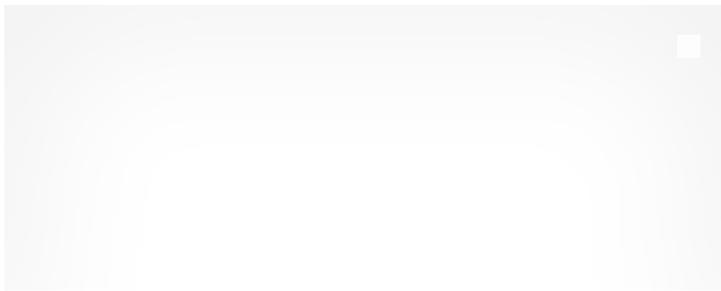
Por **Fabio Graner e Murillo Camarotto** — De Brasília

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O repasse de R\$ 400 bilhões do Banco Central ao Tesouro será uma "pedalada cambial", avaliou ao **Valor** o ex-diretor do BC e economista chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas. Na visão dele, só deveria ser repassado o resultado cambial efetivo, decorrente das vendas de dólares, e não toda a variação de valor das reservas, que pode ser revertida à frente e cujo prejuízo será coberto pelo Tesouro.

A leitura é compartilhada por integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público de Contas, que representou contra a operação. A visão que prevalece no TCU, contudo, é que a medida tem respaldo legal.

“O ganho cambial de reservas e swaps não é permanente, é contábil. Quando você vende o dólar físico no mercado à vista e converte em reais aí tem um ganho final. É como uma operação de ações. Aí sim o BC poderia repassar para o Tesouro”, explicou Freitas. “O ganho contábil é provisório, e você pega esse dinheiro para gastar mais, porque, embora seja só para pagar dívida, ele permite que sobre recursos para outras despesas primárias”, acrescentou.



Ele diz que não há um problema de liquidez na economia brasileira, ao contrário, há sobra de recursos nos bancos. “O mercado está oversold [com sobra de recursos], tem muitas reservas e poucos títulos e isso está subindo cada vez mais”, afirma. “O problema não é de liquidez, os bancos têm muito dinheiro. O problema é fiscal, só fiscal.”

Freitas reconhece que o dinheiro pode ser útil para o Tesouro, mas que o órgão não precisa ter receio de se financiar por causa dessa sobra de recursos no sistema bancário. “O dinheiro dorme nos bancos e eles têm de comprar títulos públicos”, afirmou.

Ele explica que a “pedalada cambial” não é do mesmo gênero da praticada no governo Dilma Rousseff, quando bancos públicos, como BNDES e Caixa, acabaram financiando programas de governo. “A pedalada cambial é decorrente de um ganho cambial que é temporário. Só não será pedalada se o BC mandar seu ganho final. Tinha que esperar um pouco mais.”

No TCU, que acompanha a operação de transferência do lucro do BC, há uma dupla interpretação sobre o seu caráter legal. Auditores avaliam que a transação configura, sim, financiamento ao Tesouro, vedado, portanto, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Argumentam, porém, que a transação está amparada em lei e que o próprio TCU já tem acórdão atestando a regularidade da transferência.

Um dos principais responsáveis pelo processo das pedaladas de Dilma no tribunal, o auditor Antônio Carlos Costa D’Ávila, hoje na Câmara dos Deputados, contesta a constitucionalidade da lei e foi voto vencido quando o plenário TCU autorizou os repasses, em 2011.

Ele também acha que a transferência é meramente contábil e que só seria efetiva se o lucro cambial já tivesse sido transformado em reais, por meio da venda da moeda.

Ex-colegas do TCU concordam conceitualmente, mas admitem que a operação é necessária do ponto de vista fiscal e que dificilmente poderia ser contestada.

“Só se o Supremo Tribunal Federal reconhecesse a inconstitucionalidade da lei antes da transferência ser efetuada”, disse um auditor. Mesmo nesse cenário improvável, a transação estaria respaldada no Orçamento de Guerra, que flexibilizou algumas exigências da LRF.

Ainda assim, ontem o procurador de contas Lucas Furtado entrou com uma representação solicitando ao TCU que acompanhe a transferência com vistas a evitar uma nova “pedalada”. Ele argumenta que, apesar dos inegáveis efeitos da pandemia, o governo tem ampliado os gastos com fins “eleitoreiros” e que isso deve ser considerado ao analisar as reais necessidades do Tesouro.

O professor de economia da Universidade Federal do ABC Fábio Terra concorda com as avaliações de que é preciso distinguir a parte contábil (patrimonial) da parte “realizada” do ganho das reservas. “Na parte realizada, na minha concepção, deveria efetivamente fazer a transferência para o Tesouro. É como uma privatização. Na parte patrimonial, acho que é preciso zelar pelo motivo que o BC reclamou por muito tempo, que a parte contábil oscila muito. Por isso que foi criada a reserva de resultado do BC.”

Ele considera que o envio de parte do ganho cambial efetivo já representaria ajuda importante ao Tesouro, uma vez que neste ano já foram vendidos quase US\$ 20 bilhões e, em 2019, mais de US\$ 30 bilhões das reservas. “O Tesouro tem feito muito bem a política de encurtamento da dívida, não tem aceitado rolar todo vencimento. Nesse processo, qualquer recurso ajuda e dá conforto para ele atuar.”

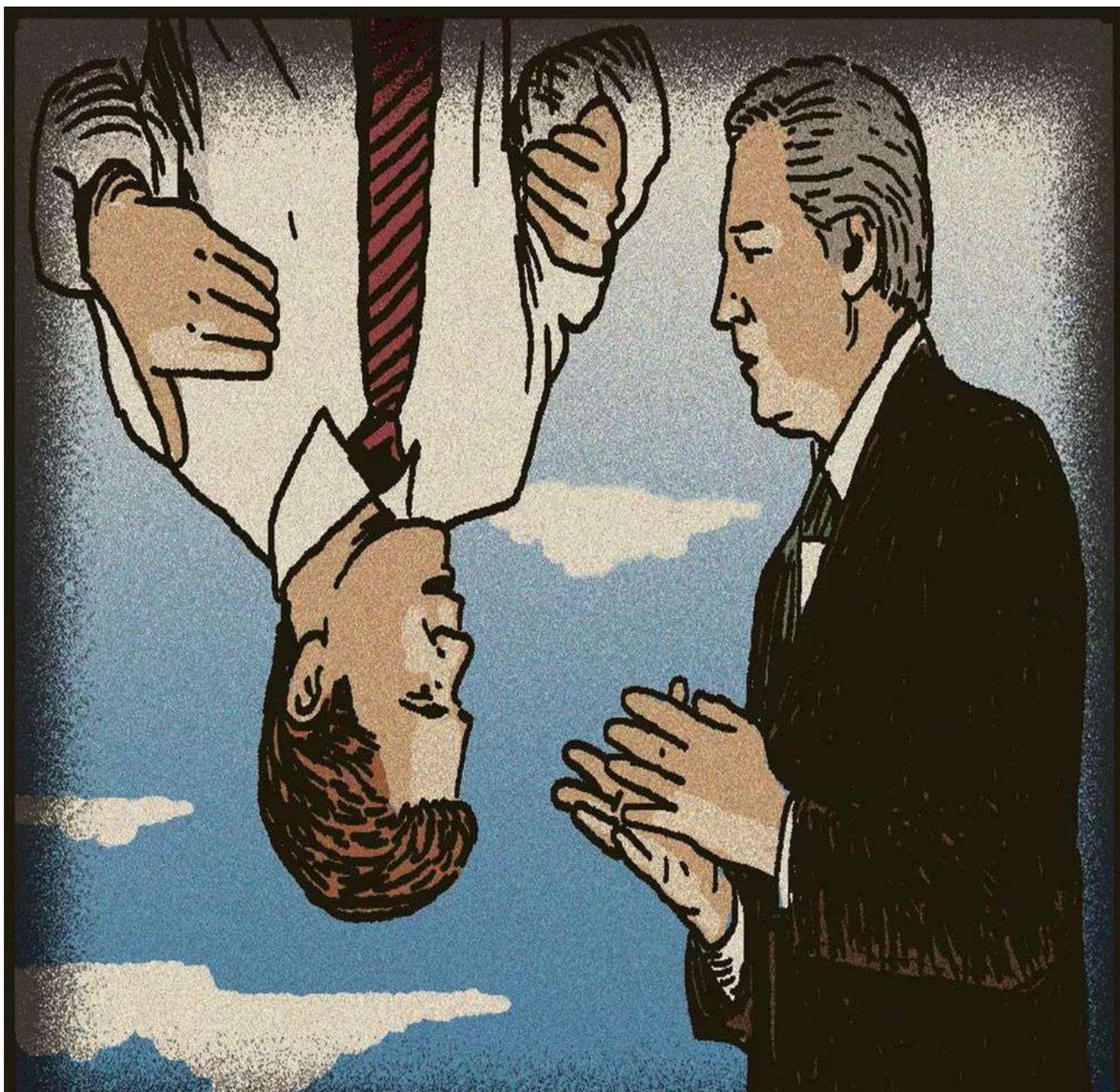
O professor pondera ainda que seria bom que o BC efetivamente usasse seu poder de atuação no mercado de títulos, adquirido neste ano com a pandemia, para atuar na parte longa da dívida pública, contendo a alta dos juros. “O BC está demorando muito para atuar na parte longa da dívida. Ele tem muito mais poder de fogo e ao garantir liquidez influencia o juro longo, o que tem se chamado de ‘quase administração da dívida pública’.”

Esqueça o medo da dívida pública

Se o endividamento público se tornar insustentável, os sinais de alerta não tardarão a chegar

Por Robin Harding

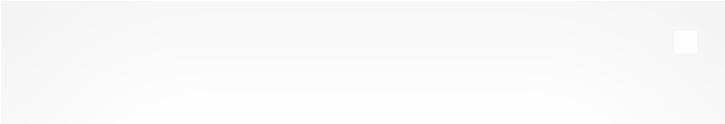
27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



A dívida nacional inspirou um milhão de discursos tediosos e não mais do que uma observação espirituosa. “Quando alguma coisa não pode se manter para sempre, ela acaba”, diz a Lei de Stein. Cunhada pelo economista Herbert Stein, um dos assessores do presidente americano Richard Nixon, a frase se referia originalmente ao balanço de pagamentos, mas ele usou exatamente a mesma passagem em 1986 para advertir o Congresso dos Estados Unidos de que a dívida federal não pode subir sem limites.

Em resposta à crise da covid-19, os governos mundiais parecem pretender pôr a Lei de Stein à prova. O aumento da dívida pública deste ano tem poucos precedentes fora dos tempos de guerra. De acordo com o FMI, a enorme tomada de empréstimos, juntamente com a contração da economia, puxará a dívida dos EUA para cima em mais de 30 pontos percentuais, para 140% do Produto Interno Bruto (PIB). As projeções da dívida de longo prazo em muitos países são desesperadoras. O FMI diz que a dívida pública mundial alcançará seu nível mais elevado da história conhecida, chegando a ser ainda maior que o pico alcançado após a Segunda Guerra Mundial.

É difícil calcular um nível seguro para dívida porque ele depende das taxas de juros e do ritmo de crescimento. Se as taxas de juros forem de 2% e a economia crescer a 3%, por exemplo, tudo o que um país precisa fazer é relaxar e esperar. A dívida diminuirá gradualmente



Isso parece prenunciar catástrofe e exigir medidas corretivas. Mas, embora um aumento da dívida pública tenha custos - mais significativamente ainda se tolher a capacidade de reagir a uma crise futura -, há poucos motivos para alarme imediato. O nível “seguro”, ou sustentável, de dívida nacional é ambíguo e provavelmente tenha aumentado devido ao processo de queda vertical das taxas de juros mundiais.

Diante da premência de responder à covid-19, e do risco de mergulhar no desemprego em massa caso os governos ficarem de fora, eles estão certos em deixar para outro dia as preocupações com a dívida pública.

É difícil calcular um nível seguro para a dívida pública, porque a sustentabilidade depende tanto das taxas de juros quanto do ritmo do crescimento da economia. Se as taxas de juros forem de 2% e a economia crescer a 3%, por exemplo, tudo o que um país precisa fazer é relaxar e esperar. Enquanto deixar de tomar mais empréstimos, a dívida gradualmente diminuirá, reduzindo-se a nada, comparativamente ao tamanho da economia. Já se as taxas de juros subirem acima do crescimento da economia, mesmo dívidas pequenas podem se tornar descontroladas.

Tentativas de estimar os limites de endividamento, portanto, se transformam em palpites sobre se as taxas de juros vão subir ou não. Isso é difícil. Um esforço do FMI para calcular os limites de endividamento em 2015 detectou que o Japão e a Itália tinham espaço zero para tomar quaisquer novos empréstimos. Ambos os países, no entanto, assumiram novas dívidas, em enorme escala, neste ano. Em estudo influente de 2019 em que sugeria que os custos da dívida pública são inferiores ao que se pensava anteriormente, o ex-economista-chefe do FMI, Olivier Blanchard, argumenta que as taxas de juros, de modo geral, têm sido inferiores às taxas de crescimento, e, portanto, que “um maior endividamento pode não implicar um custo fiscal maior”.

Atualmente, prevê-se que o crescimento nominal da economia nos EUA será de cerca de 4% no longo prazo. Essa taxa deve ser comparada com os rendimentos dos títulos do Tesouro de 10 anos, de 0,65%, com os mercados futuros sugerindo que as

taxas continuarão baixas. Isso implica que há espaço antes que a dívida se torne um problema. Se as taxas de juros começarem, sim, a subir, os EUA provavelmente terão algum tempo para ajustar sua política fiscal em reação.

Pelo fato de os limites de endividamento serem tão difíceis de estimar, os economistas muitas vezes se voltam para examinar a história, em vez disso. Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart detectaram, celebrenemente, que as taxas de crescimento caem quando a dívida alcança 90% do Produto Interno Bruto. Um aluno de pós-graduação encontrou erros no trabalho deles, mas eles geraram resultados semelhantes em outros estudos. Uma dúvida maior é se os episódios passados de elevado endividamento após guerras ou em economias de pequeno porte são relevantes para os tempos atuais. Em vista do número de países que acaba de estourar o limite de 90%, esse número está em via de passar por um teste rigoroso.

Outra pergunta, principalmente para o Japão e a zona do euro, é se taxas de juros ultrabaixas modificaram fundamentalmente o cálculo da dívida pública. Uma das lições mais paradoxais da experiência do Japão nos últimos 30 anos é a de que tentativas de reduzir seu déficit público muitas vezes agravaram, em vez de melhorar, o endividamento.

Por várias vezes durante as décadas de 1990 e 2000, o Japão reduziu os gastos ou elevou os impostos. A demanda, em seguida, perdeu força e, com as taxas de juros já em zero, o Banco do Japão [o BC do país] não conseguiu reagir. Para evitar o desemprego, o governo teve de gastar mais. Nos últimos anos, o premiê Shinzo Abe conseguiu estabilizar a relação de endividamento do Japão, antes de a covid-19 pôr um ponto final nessa façanha.

Uma maneira diferente de encarar a questão é supor que o Japão nunca consiga elevar a inflação e, conseqüentemente, as taxas de juros, e que o Banco do Japão, portanto, nunca terá de vender os bônus governamentais que detém em seu balanço. O governo japonês, na prática, será o devedor dessa dívida para si mesmo. Uma estagnação desse gênero não é um resultado desejável, certamente, mas tornaria irrelevante uma dívida pública equivalente a cerca de 100% do PIB. Se as taxas de juros mundiais continuarem a cair, outros bancos centrais poderão terminar em posição semelhante.

Os governos deveriam, portanto, adiar qualquer preocupação com a dívida pública até revitalizarem suas economias o suficiente para conseguir adotar taxas de juros superiores a zero. Assim que conseguirem, poderá fazer sentido, em vista dos custos, tentar reduzir um pouco a dívida pública.

A Lei de Stein muitas vezes é tomada como um alerta contra agir contra o insustentável. Mas não foi essa a intenção do autor ao formulá-la. Foi, pelo que escreveu, “uma reação aos que pensam que, se alguma coisa não pode se manter para sempre, têm de ser tomadas medidas para contê-la - até para contê-la imediatamente”. Se a dívida pública está, de fato, se tornando insustentável, os sinais de alerta não tardarão a chegar. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Robin Harding é chefe da redação do FT em Tóquio

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

Estresse no mercado escancara temor com descontrole fiscal

Ibovespa e real cai após declarações de Bolsonaro; bancos sofrem com risco de 'nova CPMF'

Por Lucas Hirata, Marcelo Osakabe, Victor Rezende e Ana Carolina Neira — De São Paulo

27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em um momento de extrema incerteza sobre os rumos das contas públicas no Brasil, os investidores foram surpreendidos por novos sinais de atrito entre o presidente Jair Bolsonaro e as diretrizes da equipe econômica de Paulo Guedes. E o centro do embate foi justamente a questão fiscal - de modo mais específico, os meios de financiamento do Renda Brasil -, o que agravou as preocupações no mercado desencadeando uma forte queda do Ibovespa e a disparada do dólar.

Diante da busca por proteção, a moeda americana chegou a bater R\$ 5,63 no momento mais tenso do dia, para depois se acomodar e fechar em R\$ 5,6164, alta de 1,62%. Esse é o maior valor de fechamento desde 20 de maio, quando encerrou em R\$ 5,6875.

Já o principal índice da bolsa de valores fechou em queda de 1,46%, aos 100.627 pontos, depois de tocar 99.359 pontos na mínima do dia. Apenas nove ações que compõem o Ibovespa escaparam, todas as demais caíram. Além disso, o volume financeiro acusa que o susto foi grande. Depois de pregões mais mornos, o giro foi de R\$ 22,8 bilhões - acima da média diária em 2020, de R\$ 20,7 bilhões.



Além de todo o nervosismo vindo das declarações de Bolsonaro, os comentários da assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, durante evento promovido pelos jornais **Valor** e O Globo, caíram mal no mercado, principalmente nas ações de bancos. Ela disse que a chamada “nova CPMF”, eventual tributo em análise pelo governo, não será aplicada somente para meios digitais, tendo um alcance mais amplo. Com isso, o principal segmento do Ibovespa sofreu com forte queda de BB ON (-2,41%), Bradesco (-2,24% a ON e -2,08% a PN), Itaú PN (-2,10%) e das units do Santander (-2,54%)

Parte do mercado vê a forte depreciação dos ativos locais, após declarações do presidente Jair Bolsonaro, como “exagerada”. No entanto, a magnitude do movimento evidencia o momento de insegurança dada a fragilidade das contas públicas.

Na visão de Patricia Pereira, estrategista da MAG Investimentos, a declaração de Bolsonaro “caiu como uma bomba” por externalizar as discussões internas do governo. “Nós até esperávamos que ele pudesse falar aquilo para a equipe econômica, mas não que fosse lavar a roupa suja em público”, afirma. Para ela, o mercado nota que o trabalho de Guedes e de sua equipe fica, assim, mais difícil.

“Bolsonaro não tem ajudado na comunicação, além de ter rumado para um lado mais populista. Colocar o valor do programa em torno de R\$ 300 e não aceitar o fim do abono salarial deixa a situação ainda mais complexa”, afirma.

Ontem, o presidente criticou publicamente a proposta apresentada pela equipe econômica para o benefício que deve substituir o Bolsa Família. Bolsonaro é contra o fim do abono salarial, o benefício concedido a trabalhadores que recebem menos de dois salários mínimos por mês. Mas, a extinção do programa e a transferência de

seus recursos era uma das principais apostas de Guedes para “turbinar” o valor do próximo benefício.

Assim, aumentaram as dúvidas entre os investidores sobre as alternativas para financiar o Renda Brasil e, conseqüentemente, os temores sobre a elevação de gastos públicos sem contrapartidas suficientes para amenizar o rombo orçamentário.

“De um lado, há a pressão para a criação de um benefício permanente com elevado impacto fiscal. De outro, o presidente demonstrou não apoiar a solução da área econômica de fazer a consolidação dos programas atuais. Assim, fica complicado encontrar uma saída para acomodar o gasto do Renda Brasil sem o estouro do teto. Será preciso buscar uma solução, mas até lá será normal os mercados adotarem uma postura cautelosa”, explica Silvio Campos Neto, economista da Tendências.

Não à toa, prevalece a apreensão diante do equilíbrio delicado entre estímulos fiscais que ajudam a evitar uma crise maior e a necessidade de ajuste de contas públicas. Alguns profissionais afirmam, inclusive, que a ideia ventilada nos últimos dias de ampliar os gastos públicos e aprovar reformas estruturais na contrapartida não convence, uma vez que não há garantia de que a compensação fiscal ocorrerá.

Para Pedro Dreux, gestor da Occam, o mercado não exagerou na reação. “O presidente deseja continuar com os auxílios e isso pega de frente a nossa maior fragilidade no momento. O fiscal é o nosso ponto fraco. Cada vez está mais claro que o teto de gastos em 2021 está ameaçado e, por mais que se fale em aumento de impostos, a questão do teto não seria resolvida por isso. O movimento não está exagerado e, pelos riscos, os preços estão até bem comportados.”

Talvez mais que o conteúdo em si, o tom das declarações de Bolsonaro - escancarando a divergência de opiniões com Guedes - ajudou a reviver as especulações de “fritura” do ministro. O burburinho foi tamanho que o Ministério da Economia divulgou nota negando que uma coletiva de imprensa estaria sendo organizada para anunciar sua demissão. “O Ministro continua despachando normalmente”, informou a pasta.

Financiamento, gestão e política na educação básica

É preciso evitar brechas que deem margem à burla de regras obrigatórias de gasto público, como o uso dos recursos da educação para pagar aposentadorias

Por Maria Paula Dallari Bucci

27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Hermes de Paula/Agência O Globo

O **Valor** de 11 de agosto trouxe debate sobre o mecanismo do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que será constitucionalizado pela PEC do Fundeb. Das duas especialistas em educação ouvidas, Priscila Cruz, do Todos pela Educação, critica-o pelo risco de que leve a maior judicialização. De outro lado, Élide Graziane Pinto, do Ministério Público de Contas, defende o CAQ para melhoria do controle sobre os gastos educacionais.

Em que pese a importância do debate no médio prazo, nenhuma das duas posições deve levar à alteração da PEC no Senado, conforme sinalizava o relatório do senador Flávio Arns.

É preciso evitar brechas que permitam burla de regras de gasto, como o uso dos recursos para pagar aposentadoria

O CAQ não está sendo criado pela PEC e mesmo depois que ela for sancionada, ainda dependerá de regulamentação em lei complementar. Ele foi previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005/2014, que após quatro anos de tramitação determinou a ampliação do gasto público em educação (meta 20). Para que o aumento do dispêndio não ficasse sem critério, as estratégias para a realização dessa meta (números 20.5 até 20.10) estabeleceram “acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno”.

O CAQ é peça central nesse acompanhamento, que a lei determina seja baseado em estudos do Inep (autarquia vinculada ao MEC, com atribuição, entre outras, para a avaliação da educação), fixando o “conjunto de padrões mínimos” e “insumos indispensáveis” para a educação básica. Esses parâmetros evitam que se aceitem escolas sem banheiro, sem biblioteca e abaixo de condições indispensáveis para que a aprendizagem aconteça. Sim, ainda existem escolas sem banheiro no Brasil.

A matéria é complexa porque envolve situações muito diferentes, escolas grandes ou pequenas, mais aparelhadas ou menos, com diferenças regionais significativas. Por essa razão, o PNE já prescrevia a regulamentação do CAQ, disciplinando a cooperação federativa em matéria educacional (estratégia 20.9), pactuada “em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição”, segundo reitera o texto da PEC. Da mesma forma, o repasse de recursos adicionais para entes que não atinjam o valor do CAQ também está condicionado no Plano Nacional de Educação à edição de lei regulamentadora (estratégia 20.10).

Portanto, a redação da PEC não dá margem a grandes polêmicas, que serão travadas, certamente, na oportunidade da discussão das leis mencionadas. Concordando-se ou não com a concepção do CAQ, tudo vai depender da inteligência com que os seus parâmetros venham a ser estabelecidos e dos mecanismos de fiscalização e responsabilização correspondentes. Isso deve ser feito incorporando-se o que já deu certo em experiências exitosas no país.

Quanto à questão do maior controle do gasto educacional, essa não é apenas uma imposição da lei. Trata-se de uma demanda da sociedade de melhores respostas sobre o uso do recurso público. A questão vem de longe. A Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, considerando a vinculação constitucional de recursos para a educação, discriminou o que pode (art. 70) e o que não pode (art. 71) ser considerado como despesa para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Mas o assunto carece de aprimoramentos, para evitar brechas que dão margem à burla de regras obrigatórias de gasto público, como o uso dos recursos da educação para pagar aposentados, por exemplo. Esse expediente foi utilizado em São Paulo, Estado mais rico e que se pretende o mais desenvolvido da federação, cujo desempenho educacional é pífio, espelhando a mentalidade estreita de suas lideranças políticas.

A lei estadual que incluía o pagamento de aposentados nas verbas da educação, da gestão Serra/Mauro Ricardo Costa, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal por unanimidade, em 17 de agosto (ADI 5719). E isso graças à atuação dos mecanismos de controle previstos na Constituição, manejados com

competência pela mesma Élide Graziane Pinto que defende a importância do CAQ, entre outros.

Daí a legitimidade de pretender que o CAQ defina claramente os insumos educacionais, limitando decisões discricionárias que subtraem verbas escassas para a área. Mas isso, repita-se, quando se for discutir a regulamentação da lei, já que a PEC do Fundeb foi aprovada.

A exigência de lei complementar remete a um acordo interfederativo muito difícil de estabelecer. A referência ao CAQ no texto da PEC serve exatamente para manter a clareza e a mobilização política sobre a prioridade educacional, condição indispensável para essa pactuação. O financiamento da educação vive sob constante ameaça. Basta lembrar a recente aprovação, pelo Congresso, de lei que retira os recursos do Fundo Social do Pré-Sal da educação e saúde, liberando R\$ 242 bilhões, em 20 anos, para o “Brasduto” e despesas correntes de Estados e municípios, um retrocesso que joga o Brasil em tempos pré-Lei de Responsabilidade Fiscal. E a perspectiva de que o orçamento, pela primeira vez, em décadas, aloque mais recursos no Ministério da Defesa que no da Educação.

A discussão sobre o financiamento das políticas públicas se sofisticou. Hoje, o fraco argumento dos “perigos do engessamento orçamentário”, escorado em dados imprecisos, que faz teóricos medianos de mentalidade fiscalista parecerem inteligentes, precisa ser examinado em face da melhoria de resultados nos anos iniciais do ensino fundamental, segundo dados do Ideb. Se há boa gestão por trás deles, há também uma articulação de apoios, em escala nacional, que manteve uma direção constante de esforços e prioridades nos últimos 20 anos. Os bons resultados devem ser buscados nessa combinação de fatores, que tem financiamento numa ponta, gestão no meio e sustentação política na outra.

Maria Paula Dallari Bucci é professora e coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Políticas Públicas da Faculdade de Direito da USP. Foi Secretária de Educação Superior e Consultora Jurídica do Ministério da Educação e Cultura na gestão de Fernando Haddad.

Importação de soja, milho e arroz terá isenção temporária

Objetivo é segurar os preços, que se encontram em alta, diz secretário

Por Rafael Walendorff — De Brasília

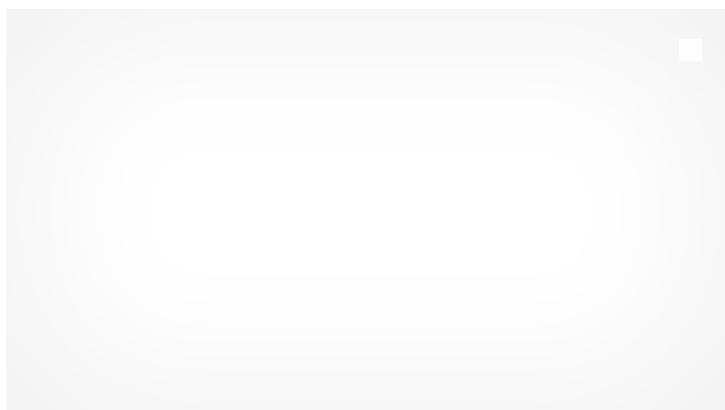
27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, César Halum, afirmou ontem que o governo vai retirar temporariamente as tarifas de importação do arroz, milho e soja de países de fora do Mercosul.

Segundo o secretário, a medida tem como objetivo ser uma sinalização ao mercado para equilibrar os preços e combater impactos na inflação, já que o preço dos três produtos bateu recorde no mercado interno.

“Vamos tirar o imposto de importação para esses três itens. É uma sinalização clara que o governo está atento aos preços, para não permitir que os preços cresçam para pressionar a inflação do país”, afirmou César Halum.

PUBLICIDADE



A principal preocupação do governo é com o arroz e os impactos ao consumidor final, já que a saca chegou a ser comercializada acima de R\$ 100 em alguns lugares.

“É um alimento básico. Se tiver gente segurando arroz, especulando para aumentar preço, pode desovar, senão o Brasil vai importar arroz e equilibrar o mercado”, advertiu o secretário.

Halum destacou que o aumento dos preços também se deve à forte demanda internacional e à desvalorização do real frente ao dólar.

Na semana passada, a indústria beneficiadora de arroz apresentou a demanda ao Ministério da Agricultura para retirada da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, atualmente em 12%, até fevereiro de 2021.

O imposto é aplicado para compra de produtos de países fora do mercado comum sul-americano. Para soja e milho, a alíquota da TEC está hoje em 8%. O secretário não informou até quando iria a isenção.

A mudança da alíquota deve ser votada pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que se reúne hoje.

Halum afirmou também que não acredita na importação de volumes significativos de soja e milho, apesar da alíquota zerada.

“Difícilmente vamos importar alguma coisa. Temos grãos dentro do Brasil e vai normalizar comercialização com essa medida”, argumentou o secretário.

“O problema é que os preços dispararam. Não podemos proibir ninguém de exportar”, defendeu Halum. “Mas não vamos ter nenhum problema de abastecimento, está garantindo. Nossa luta é para controlar os preços”, concluiu.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

O papel do STF na complexidade tributária

Percebe-se que o STF, pelo menos em alguma medida, tem contribuído para o aumento da complexidade tributária

Por **Túlio Terceiro Neto Parente Miranda**

27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Richard Bird, ex-chefe de política tributária do FMI e um dos idealizadores da reforma tributária do Canadá, em evento realizado pelo Núcleo de Estudos Fiscais da FGV, afirmou, referindo-se ao sistema tributário brasileiro, que já tinha visto muitos problemas tributários em vários países do mundo, mas nunca todos esses problemas reunidos em um mesmo país. Esse tortuoso panorama foi novamente ressaltado no último relatório do Doing Business de 2020, estudo realizado pelo Banco Mundial, que colocou o Brasil, no quesito tributação, entre os dez piores países do mundo, ocupando o 184º lugar entre as 190 economias analisadas.

Sem dúvida, um dos entraves mais marcantes do sistema tributário brasileiro é a sua complexidade, causada, dentre outros fatores, pela existência de mais de cinco mil entes federativos legislando sobre tributos; pelo grande número de tributos e de obrigações acessórias; pelo excesso de normas e também de exceções às regras tributárias; pela existência de diferentes regimes de apuração e recolhimento de tributos etc.

Percebe-se que o STF, pelo menos em alguma medida, tem contribuído para o aumento da complexidade tributária



Na prática, essa complexidade se revela, em considerável medida, pela incapacidade das pessoas de compreender o próprio direito tributário. Se a sociedade não sabe se é devido, o que é devido e para quem é devido, não consegue identificar a conduta que deve ser adotada e, portanto, é incapaz de cumprir corretamente as normas tributárias. De igual modo, não se consegue prever, com segurança, as repercussões fiscais futuras das condutas hoje praticadas.

Embora a tônica atual seja a tão almejada reforma tributária, há um ator, nesse enredo de complexidade tributária, que tem sido esquecido: o Supremo Tribunal Federal (STF).

Independentemente da reformulação do nosso modelo fiscal - que urge por mudança -, o STF tem uma função de destaque na formação de um sistema mais simples, pois a ele é conferida a missão de, em última instância, definir o sentido que devem ter as normas constitucionais que estruturam o sistema tributário nacional. Dessa forma, o tribunal acaba dizendo quais são os poderes tributários que o texto constitucional confere aos entes federativos e quais são os limites para o seu exercício.

Seus julgados exercem, também, uma função de orientação, considerando que os contribuintes e o Fisco passam a pautar suas posturas de acordo com o entendimento firmado, principalmente quando o julgamento ocorre em regime de repercussão geral, obrigando os demais juízes e tribunais a seguirem o posicionamento da Corte.

Por outro lado, a existência de uma jurisprudência vacilante causa desorientação e, conseqüentemente, mais instabilidade nas já instáveis relações tributárias.

Nesse contexto, recentemente, a comunidade jurídica foi surpreendida com uma mudança jurisprudencial concretizada pelo STF e pela possibilidade de alteração de um outro entendimento consolidado no tribunal.

No dia 15 de junho, o plenário do STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1221330, superou a posição firmada no Recurso Extraordinário nº 439796, julgado em repercussão geral. Em novembro de 2013, a Corte havia decidido que a cobrança de ICMS, nas importações realizadas por contribuinte não habitual do imposto, somente poderia ser feita se a legislação estadual fosse posterior à Lei Complementar nº 104, de 2002. Com a mudança de entendimento, o tribunal passou a validar a exigência, nos casos em que a lei estadual for posterior à Emenda Constitucional nº 33, de 2001, independentemente de ser anterior à referida lei complementar.

Já nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nº 603624 e nº 630898, que se iniciaram, respectivamente, em 18 de junho e no dia 7 deste mês, há a possibilidade de alteração da posição adotada, de forma unânime, no Recurso Extraordinário nº 559937. Nesse último precedente, cujo julgamento foi concluído em março de 2013, em repercussão geral, firmou-se a orientação de que, a partir de 12 de dezembro de 2001, com a vigência da Emenda Constitucional nº 33, de 2001, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico somente podem ser cobradas sobre o faturamento, receita bruta, valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.

Nos julgamentos iniciados neste ano, em que se discute a constitucionalidade das contribuições ao Sebrae, Apex e ABDI (RE 603624) e da contribuição ao Inbra (RE 630898) sobre a folha de salários, os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes apresentaram votos pela validade das cobranças, sustentando que as contribuições podem ter outras bases de cálculo, inclusive a folha de salário. Por outro lado, votaram pela inconstitucionalidade das exações, aplicando a jurisprudência do tribunal, a ministra Rosa Weber, no RE 603624, e o ministro Fachin, no RE 630898. Esses julgamentos, porém, foram retirados do plenário virtual, por pedido do ministro Gilmar Mendes, no último dia 12.

Diante desses eventos, percebe-se que o STF, pelo menos em alguma medida, tem contribuído para o aumento da complexidade tributária. A oscilação da

Reforma deve elevar os custos na agropecuária

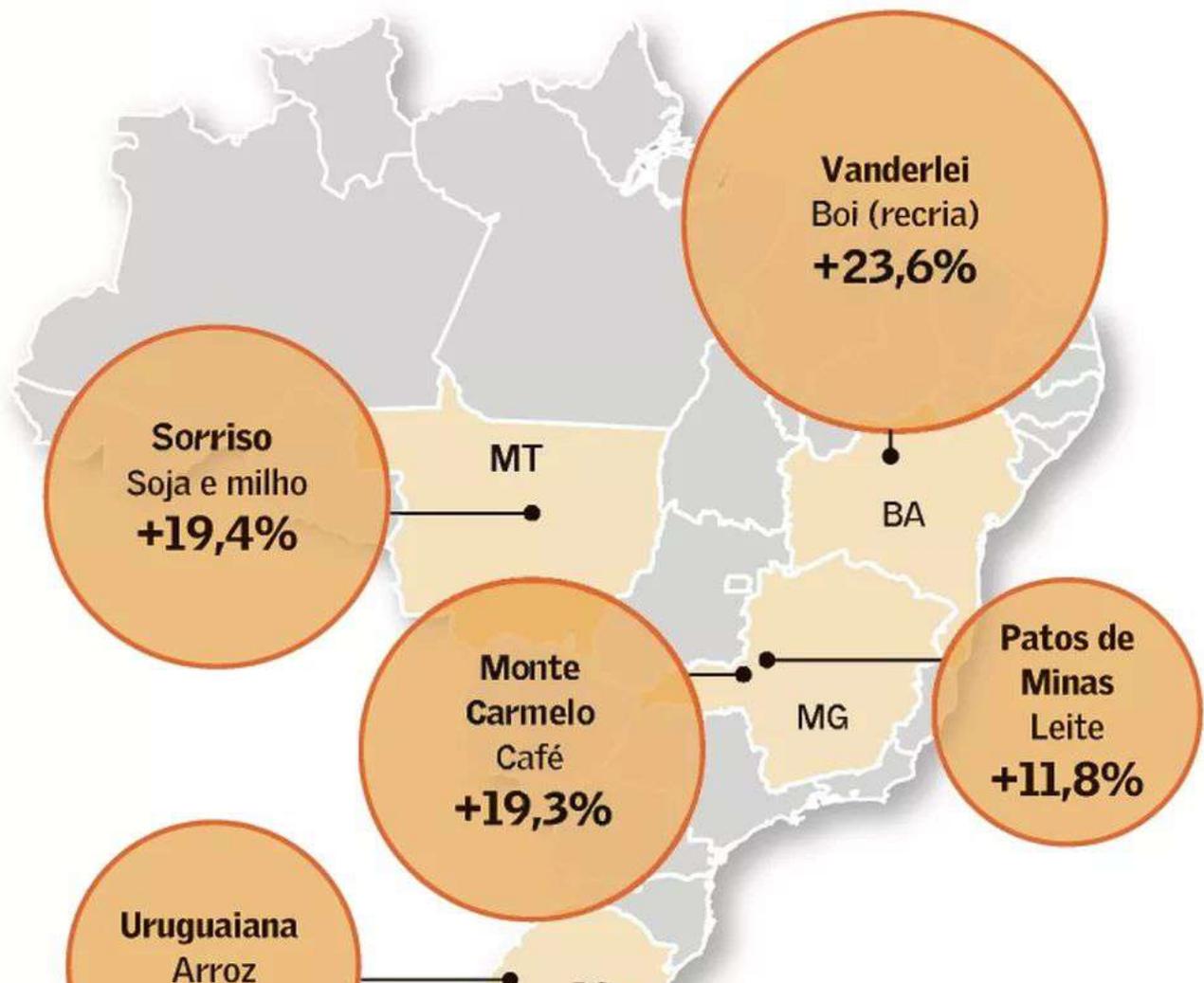
PECs em discussão na Câmara e no Senado e projeto de lei do governo preocupam lideranças do setor

Por Rafael Walendorff — De Brasília

27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Custo de produção

Previsão de aumento com a reforma tributária da PEC 45





+14%



RS

Fonte: CNA

As três propostas de reforma tributária em debate atualmente no Congresso Nacional têm potencial de aumentar a carga de impostos no agronegócio e elevar os custos de produção no campo. Na avaliação de lideranças do setor, tanto as grandes cadeias exportadoras, como soja e carnes, quanto atividades desenvolvidas pela agricultura familiar - e com influência no preço da cesta básica -, a exemplo de frutas e leite, serão impactadas e poderão perder competitividade caso qualquer um dos textos seja aprovado como está.

Em Mato Grosso, que lidera a produção nacional de soja, milho e carne bovina, a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de 25% prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, por exemplo, poderá gerar aumento de custos de R\$ 6,3 bilhões por ano nessas três culturas, segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea). “Isso representa um quarto do total investido no agronegócio do Estado em 2019. A proposta reduz a capacidade de investimentos do setor e inviabiliza algumas culturas”, disse Daniel Latorraca, superintendente do órgão.

Nos cálculos do Imea, o aumento nos custos de produção seriam de 11% no caso da soja, de 10% no milho e de 15% na pecuária. Dependendo das condições de mercado, observou Latorraca, a rentabilidade no milho poderia quase desaparecer, e a da soja cairia mais de 50%.

A PEC 45, discutida no momento pela Câmara dos Deputados, também é considerada a mais prejudicial ao agronegócio pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por acabar com benefícios tributários como as isenções sobre insumos - fertilizantes, defensivos e sementes. O aumento do custo de produção com o fim das desonerações ronda os 20% em diversas culturas, e poderá haver impacto até na oferta de crédito, de acordo com a CNA.

“Esse aumento de custo vai exigir mais fluxo de caixa do produtor e vai pressionar o Plano Safra”, disse ao **Valor** Renato Conchon, coordenador do núcleo econômico da entidade. Outra preocupação é com a burocracia, já que a proposta torna o produtor rural um contribuinte direto do tributo. “Obriga os produtores a terem uma contabilidade mínima, mas 98% deles são pessoas físicas. Eles não vão ter condições de fazer, principalmente os pequenos”.

Esse item preocupa o segmento leiteiro, formado basicamente por pequenos produtores. A exigência pode expulsar muita gente do ramo, argumenta a Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abral Leite).

A CNA também teme pela competitividade brasileira no cenário internacional. “Os nossos concorrentes tratam diferentemente o setor, não tributam insumos, não adotam alíquota ou usam alíquota diferenciada para alimentos. O setor agropecuário tem que ser pensado diferente na reforma”, disse Conchon.

A PEC 110/2019, em análise no Senado, até garante um tratamento diferenciado ao agronegócio, com isenção de insumos, e prevê alíquota máxima de 4% sobre alimentos. Mas extingue créditos com uso da energia elétrica, que podem gerar custo adicional.

Já quanto ao projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a preocupação do setor é com a elevação da alíquota para 12% (hoje em 9,25% com PIS/Cofins) e a diminuição do percentual do crédito presumido, de até 60% para 15%.

A medida, segundo Conchon, pode prejudicar a agroindústria no aproveitamento dos créditos e afetar indiretamente os produtores nos preços pagos a eles. “O fato é que todas as propostas de reforma, em maior ou menor grau, impactam o setor”, acrescentou ele.

A apreensão do setor também é com o que está por vir, como as reformas dos tributos sobre a renda e sobre a propriedade, já que os três textos de agora tratam de tributação apenas sobre o consumo.

O advogado tributarista Eduardo Lourenço, sócio do escritório Maneira Advogados, defende que a premissa da reforma deve ser simplificar a arrecadação e manter o custo tributário no setor, não elevá-lo. Para ele, a discussão também é uma oportunidade de deixar mais clara na lei a aplicação do ato cooperativo, para que não haja tributação na relação entre o cooperado e a cooperativa, e evitar interpretações fiscais que possam onerar o segmento.

Na semana passada, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que as propostas “preocupam muito”. “O setor acordou um pouco tarde, mas está correndo. O agro tem que estar de olho ou pode ter perdas significativas”, afirmou ela durante uma transmissão ao vivo. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) também está se articulando para evitar oneração do setor na votação do tema, que deve ser discutido em breve com o relator na Câmara, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Luna Absoluta
NATURA

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

Taxa sobre transações irá além de operação digital

Assessora especial do Ministério da Fazenda Vanessa Canado afirma que tributo terá base ampla

Por Lu Aiko Otta, Marta Watanabe e Anaís Fernandes — De Brasília e de São Paulo

27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Vanessa Canado: CBS nos setores de saúde e educação não provocará migração do setor privado ao público — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Embora seja citado como “imposto digital” pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o novo tributo sobre transações financeiras em estudo pelo governo federal terá alcance amplo e vai tributar todas as transações da economia, não somente as digitais, informou a assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado.

“Para ser um tributo de base ampla, obviamente, ele não captura só as transações digitais, tem que capturar todas as transações da economia”, disse ela durante o debate “E agora, Brasil?”, promovido ontem pelos jornais **Valor** e “O Globo”. No evento, ela também disse que o efeito da desoneração atual de PIS e Cofins sobre livros é apropriado principalmente por quem ganha mais de R\$ 15 mil mensais e que a tributação dos setores de saúde e de educação pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) não provocará migração de usuários do setor privado para o público.

A tributação sobre transações financeiras, diz Canado, ganha nova conotação em relação à CPMF com a digitalização da economia. “Quando você torna a economia menos corpórea, a forma de rastrear essa economia, sem dúvida, é mais fácil por meio do fluxo de pagamentos.” A legislação, diz, está sendo desenhada para refletir esse novo mundo digital. Segundo ela, os detalhes do novo tributo devem ser anunciados próximo do envio da proposta, como feito com a CBS.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Alinhado com a ideia da criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o projeto de lei da CBS propõe unir no novo tributo as atuais contribuições ao PIS/Cofins numa cobrança não cumulativa, com alíquota uniforme de 12%, com o fim de várias desonerações.

Para Fabio Pina, economista e consultor de comércio e serviços, é estranho falar em uma reforma “conceitualmente positiva” como a criação de um IVA “e depois vir com uma espécie de CPMF”. Para ele, as estimativas do governo que indicam arrecadação de cerca de R\$ 120 bilhões com o novo tributo sobre transações mostram que não se trata de um microimposto.

Além da “nova CPMF”, a CBS também tem suscitado debates. Entre eles, está o fim da atual desoneração de PIS e Cofins sobre livros, que passariam a pagar CBS. Canado explica que, como a desoneração afeta recursos públicos, a ideia é que o benefício sirva às pessoas mais vulneráveis. Ela diz, porém, que levantamento do tributarista Eduardo Fleury mostra que mais de 70% do benefício é apropriado por quem ganha mais de R\$ 15 mil mensais. Com base em dados do IBGE, o estudo de Fleury mostra que 71,8% do consumo de livros no país vêm de famílias com renda superior a R\$ 14 mil, sendo que 47,8% vêm de famílias com renda superior a R\$ 23 mil mensais. Quem ganha até R\$ 5,7 mil mensais consome apenas 5,9% do total. Vanessa diz ainda que, apesar das discussões que tem acompanhado via imprensa e redes sociais, não houve demanda de audiência das editoras sobre o tema.

Outro ponto que chamou a atenção nos debates sobre a CBS, diz a assessora, foi a alegação de que a tributação da CBS no setores de saúde e educação geraria sobrecarga no setor público. Segundo ela, há estudos do governo apontando que a elasticidade é “mínima” no caso da educação e “quase nula” no caso da saúde. Pessoas que hoje consomem saúde e educação privadas, portanto, não migrariam para o setor público. Segundo a assessora, há um diálogo em curso com os dois setores sobre isso. Mas ela frisa que a ideia não é arrecadar mais CBS para gastar mais na oferta de serviços público.

Embora a PEC 45 não estabeleça isso, Bernard Appy, economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), diz que faz sentido ter mecanismos que garantam devolução do IVA no valor que corresponde ao custo tributário da educação ou da saúde privada a famílias de classe média.

“Vamos supor uma família que paga R\$ 800 para colocar o filho na escola privada. Vai subir para a família o custo tributário da escola, então pode-se fazer um sistema que devolva a ela o imposto incidente sobre esses R\$ 800, os R\$ 160”, exemplifica. Se a escola custar R\$ 10 mil por mês, diz, a devolução será limitada sobre os R\$ 800. Sobre o restante, o imposto é pago. Proposta com base em projeto elaborado pelo CCiF, a PEC 45 tramita na Câmara dos Deputados e estabelece a criação de um IVA, porém mais amplo que a CBS. Além de PIS e Cofins, a PEC propõe a unificação também do ICMS dos Estados e do ISS do municípios. Para Appy, as discussões envolvendo a reforma precisam considerar os efeitos na economia. Citando estudo

do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, ele diz que a reforma pela PEC 45 pode elevar o PIB potencial em 20% em 15 anos.

Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander Brasil e ex-secretária do Tesouro Nacional, afirma que não é possível dissociar a discussão de reforma tributária do momento de ajuste nas contas públicas. Se “desenhar um sistema legal”, mas permitir que os gastos continuem subindo, “vamos ter muitos estímulos para fazer puxadinho”, ela diz. Para ela, existe um caminho positivo para a reforma tributária, mas é preciso também uma discussão sobre reestruturação da assistência social e que o governo federal encaminhe uma proposta de reforma administrativa, o que, segundo Ana Paula, ajuda a conter gastos e é medida de produtividade da economia.

Veja a cobertura completa do evento na edição de amanhã do Valor

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Compre o seu caminhão e pague só em 2021

TCU estima em R\$ 42 bi pagamentos indevidos do auxílio

Valor inclui gastos até junho; órgão critica falta de avaliação periódica por Ministério da Cidadania

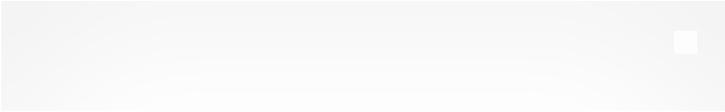
Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) estimou que os pagamentos indevidos do auxílio emergencial podem ter chegado a R\$ 42 bilhões até o mês de junho. O relatório de acompanhamento das ações de combate à pandemia foi votado ontem pelo plenário do órgão.

Do montante total identificado como indício de pagamento irregular, R\$ 23,7 bilhões foram destinados a 6,4 milhões de pessoas que estariam recebendo sem ter direito ao benefício. Outros R\$ 18,4 bilhões são de mães que foram indevidamente cadastradas como chefes de domicílio, o que garante o recebimento dobrado do auxílio, de R\$ 1,2 mil.

Já foram confirmados como irregulares pagamentos de R\$ 1,46 bilhão, que foram parar nos bolsos de 1,31 milhão de pessoas.



Relator do processo, o ministro Bruno Dantas destacou que as devoluções voluntárias de pagamentos indevidos somam R\$ 104 milhões, segundo os números mais atualizados. O valor se refere ao pagamento feito irregularmente a 111 mil pessoas.

Além dos pagamentos indevidos, a auditoria do TCU concluiu que o governo não fez estudos técnicos para basear a prorrogação de duas parcelas do auxílio emergencial de R\$ 600, válidas para os meses de julho e agosto.

Por esse motivo, o tribunal pediu para que os ministérios da Economia, da Casa Civil e da Cidadania “elaborem e divulguem avaliação integrada de risco sanitário, econômico e social para fundamentar a demanda por proteção social e a possível necessidade de prorrogação”.

O órgão de controle também apontou que o Ministério da Cidadania não está fazendo a avaliação periódica para verificar se os beneficiários ainda se encaixam nos requisitos do programa.

Durante a leitura do seu voto, Dantas alertou para o crescimento explosivo do déficit fiscal e chamou a atenção para a necessidade de ajuste fino entre o socorro aos mais vulneráveis e o equilíbrio das contas públicas.

Nessa seara, o ministro alertou para os riscos de desvirtuamento do chamado Orçamento de Guerra. Conforme antecipado pelo **Valor**, o TCU identificou riscos de que despesas criadas agora sejam intencionalmente jogadas para o futuro, o que violaria as regras da emenda constitucional que criou o orçamento. O estado de calamidade pública está vigente até 31 de dezembro.

Até o dia 30 de julho, o governo já havia direcionado R\$ 510 bilhões para as medidas de enfrentamento. Desse montante, R\$ 262 bilhões foram destinados a “auxílio aos mais vulneráveis, R\$ 126 bilhões, para o programa de manutenção de empregos, R\$ 79 bilhões, em ajuda aos entes federados, e R\$ 43 bilhões, para Saúde e demais ministérios.

Ainda assim, o plenário decidiu ontem ouvir preventivamente os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Braga Netto, sobre o problema.

O TCU já identificou sinais de que gastos criados para combater a crise podem extrapolar os limites do Orçamento de Guerra. Um exemplo é um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia que prevê gastos por 36 meses.

Após ouvir os representantes do governo, o tribunal pretende abrir um processo específico para acompanhar os gastos do Orçamento de Guerra. Dantas disse que eventuais ajustes nas regras dos gastos devem ser realizados no Congresso, e não por meio de “voluntarismo contábil”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

Tributação digital avança pelo mundo

Um estudo mostra que 22 países já aprovaram legislação para tributação direta na economia digital, e 77 tem tributação indireta. Brasil tem projeto. Grupo de países ainda busca acordo global

Por Assis Moreira — De Genebra

27/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A tributação da economia digital se propaga pelo mundo, enquanto no Brasil o governo prepara seu pacote de reforma tributária e um grupo de países tenta um acordo global sobre o tema.

Um estudo da consultoria KPMG mostra que 22 países já aprovaram legislação para tributação direta na economia digital, e 77 tem tributação indireta.

No caso da tributação direta, a França é fonte de inspiração, com uma lei que deve ser adotada até o fim do ano. Ela prevê taxação de 3% sobre o faturamento das empresas com receita acima de € 750 milhões no mundo e € 25 milhões na França de atividades digitais.



Entre os 22 países com legislação para taxação direta estão também Índia, Itália, México, Taiwan, Reino Unido, Paraguai e Uruguai. Além disso, seis países têm propostas em discussão, incluindo Brasil, Espanha e Tailândia. No caso do Brasil, trata-se de projeto do Cide-Digital do deputado João Maia (PL-RN), que se inspira na lei francesa.

Outros 10 países têm “intenções” de implementar taxação direta sobre a economia digital, como Canadá, Nova Zelândia, Rússia e África do Sul. Cinco nações esperam uma solução global sobre o tema, como EUA, Cingapura e Suíça.

Três outros países rejeitaram a taxação indireta: Austrália abandonou seu projeto; Alemanha, atualmente na presidência rotativa da União Europeia (UE), põe ênfase num acordo no bloco; e Chile.

Entre os 77 países que fazem taxação indireta (com IVA, imposto sobre valor agregado, ou imposto sobre serviços) da economia digital, o caso clássico é a Austrália.

O país taxa em 10% serviços e bens digitais importados. Passou cobrar de empresas não instaladas na Austrália, mas que precisam se registrar a partir de receita de 75 mil dólares australianos.

Apesar da irritação dos EUA, os australianos argumentam que a cobrança, mesmo sem a presença comercial no país, não é discriminatória contra o estrangeiro, pois já é feita a empresas domésticas.

Dez outros países estudam aplicar taxação indireta sobre a economia digital, segundo o levantamento da KPMG.

Relatório da Comissão Europeia estima que essas empresas pagam em média 9,5% de imposto sobre seus lucros, comparado a 23,2% das empresas de outros setores.

No Brasil, informações sobre a tributação dos lucros das empresas digitais não estão disponíveis. O deputado João Maia pediu formalmente esse tipo de informação ao Ministério da Economia.

'Fritura' de ministro reúne apoio de parte do Congresso

Rodrigo Maia foi um dos que apoiaram críticas de Bolsonaro à proposta de Paulo Guedes

Por Renan Truffi, Vandson Lima, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

27/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

As críticas do presidente Jair Bolsonaro à proposta da equipe econômica para o Renda Brasil encontraram eco no Congresso Nacional, que tem dado certo respaldo à "fritura" do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O primeiro a sair em defesa do chefe do Poder Executivo foi o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele teve um encontro com o presidente da República ontem e negou ter tratado do assunto na ocasião, mas disse que entende as críticas feitas publicamente por Bolsonaro à proposta de extinguir o abono salarial para viabilizar recursos ao programa.

"A equipe econômica vazou, antes da reunião com o presidente, qual era a sua ideia. De forma pública, também, o presidente anunciou que por enquanto a matéria está suspensa", disse.

Para o presidente da Câmara, “é óbvio” que é difícil acabar com o abono salarial, o seguro-defeso e desindexar o Orçamento público. “Mas também era difícil aprovar a reforma da Previdência”, exemplificou. “O presidente fez a análise correta, não é simples acabar com esse programa [abono] mesmo, não”, reforçou.

Ele destacou também que concorda com técnicos que defendem que o abono salarial é mal alocado e que há fontes alternativas de receitas, como subsídios tributários e a desoneração da cesta básica.

Outra possibilidade, segundo Maia, seria discutir mudanças no seguro-defeso. De acordo com ele, apesar de “complicado”, seria possível ganhar apoio se os beneficiários fossem incluídos dentro do novo programa de renda básica. “Eu estou disposto a fazer esses debates”, disse.

Por fim, Maia defendeu que, antes de comentar a proposta, é preciso primeiro “organizar a casa e ver o que gera consenso dentro do governo”. “Não tem nenhum problema o presidente, que é quem decide, divergir de um ministro”, amenizou.

No Senado, o tom foi parecido. Para alguns dos líderes, o Palácio do Planalto está certo ao rejeitar cortes de despesas sensíveis como forma de viabilizar um novo programa social. Mais do que isso, parte dos senadores alerta que o governo não terá sucesso em aprovar o Renda Brasil no Congresso, caso não consiga apontar uma fonte de despesas que não sacrifique ainda mais as classes D e E.

“Acho que o presidente Bolsonaro, nesse ponto, tem total razão. Não tem sentido aumentar só R\$ 40 ou R\$ 50 da renda do Bolsa Família sacrificando ainda mais quem mais precisa. Ele [Guedes] está tirando da classe D para jogar para a classe E. Na realidade, não está mexendo com as classes A e B. Só justificaria discutir uma unificação de programas sociais se, ao mesmo tempo, eu aumentasse para R\$ 300 o Renda Brasil e também pedisse uma cota de sacrifício para as classes A e B. Ele [Guedes] está procurando o caminho mais fácil, em vez do caminho mais justo. Nesse aspecto, eu dou razão para o presidente da República”, disse a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Na prática, o episódio expôs que ainda persiste uma contrariedade de alguns parlamentares com a política econômica do ministro. O distanciamento entre o Senado e Paulo Guedes se aprofundou na semana passada, quando o titular da Economia disse que a casa havia cometido um “crime” ao derrubar um veto ao reajuste dos servidores. O tom belicoso uniu senadores favoráveis e contrários ao veto.

Fiel integrante da base aliada do governo, o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) também saiu em defesa do presidente e contra o ministro da Economia. “O presidente hoje representa o sentimento do Parlamento [na questão do Renda Brasil]. Por isso se amplia a adesão pró-Bolsonaro. Guedes está fazendo trabalho de preservar as contas, mas tem que se encontrar outras saídas. Efeito de recuperação da economia será lento, os mais pobres devem ser os mais assistidos”, disse.

Já o líder do PSL na casa, senador Major Olímpio (SP), disse que Bolsonaro está atuando para “queimar” o próprio ministro, como já fez com outros integrantes da Esplanada dos Ministérios.

“Bolsonaro não suporta ser contrariado e já está fazendo com Guedes o que fez com vários ministros, humilhando e esvaziando as competências, assim como aconteceu com Santos Cruz, [Gustavo] Bebianno, Luiz Henrique Mandetta e Sergio Moro. Guedes já está andando na prancha. Quem está insistindo em gastos populistas e assistencialistas é Bolsonaro. Guedes insiste na austeridade fiscal e no cumprimento do teto de gastos”, afirmou o senador.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais
HONDA

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club